



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DEIZIANE PINHEIRO AGUIAR

**“MARCADO PARA MORRER”: MORALIDADES E SOCIALIDADES DAS
CRIANÇAS NA COMUNIDADE DO SERVILUZ (FORTALEZA-CE)**

FORTALEZA

2017

DEIZIANE PINHEIRO AGUIAR

“MARCADO PARA MORRER”: MORALIDADES E SOCIALIDADES DAS CRIANÇAS
NA COMUNIDADE DO SERVILUZ (FORTALEZA-CE)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Cultura, política e conflitos sociais.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá.

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A228" Aguiar, Deiziane Pinheiro.
"Marcado para morrer" : Moralidades e socialidades das crianças na comunidade do Serviluz (Fortaleza-CE) / Deiziane Pinheiro Aguiar. – 2017.
163 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2017.
Orientação: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá.

1. Moralidades. 2. Socialidades. 3. Violência Letal. 4. Favela. 5. Crianças. I. Título.

CDD 301

DEIZIANE PINHEIRO AGUIAR

“MARCADO PARA MORRER”: MORALIDADES E SOCIALIDADES DAS CRIANÇAS
NA COMUNIDADE DO SERVILUZ (FORTALEZA-CE)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Cultura, política e conflitos sociais.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Irllys Alencar Firmo Barreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Flávia Ferreira Pires
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Dedico, especialmente, à Rosa, Eduardo e Carlos, meus amigos e meus novos sobrinhos de coração. Dedico a todas as crianças do Serviluz e desejo que elas continuem sonhando e construindo um mundo melhor.

Dedico também a todas as mães que perderam seus filhos para a violência letal nas favelas e periferias, especialmente, dedico esse trabalho para dona Francisca, mãe, mulher, guerreira e minha amiga com quem venho aprendendo a cada dia.

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa não se faz só, pois, pessoas, direta ou indiretamente, contribuem durante esse processo longo e árduo da tessitura desse empreendimento. Dessa maneira, inicialmente, gostaria de pedir desculpas a todos que porventura sintam seus nomes ausentes nesses agradecimentos.

Agradeço ao Deus do universo acima de tudo. À minha mãe (mainha) que sempre acreditou em mim e me incentivou nessa jornada. Aproveito para pedir desculpas sinceras a ela por todas as vezes que me ausentei, pois, ou estava em campo sem dia e hora certa, em qualquer dia da semana, principalmente, nos fins de semana; ou estava durante horas a fio estudando na Biblioteca do Centro de Humanidades da UFC, o local que denomino como “meu mosteiro particular”. Aproveito para agradecer a todos os funcionários da Biblioteca, em especial, aos que convivi mais diretamente ao longo desse processo, gratidão pelas conversas nos intervalos que me fizeram esquecer por alguns instantes a exaustão dessa rotina de estudante profissional.

Agradeço imensamente ao meu orientador, professor Leonardo Sá, pelas conversas, conselhos nos momentos de angústia de pesquisa e pelas “quase sessões de terapia” que se tornaram nossos encontros de orientações ao longo desses seis anos de trabalho juntos, entre orientações e pesquisas coletivas. Leonardo, além de professor e orientador, tornou-se um amigo, alguém que respeito, admiro a trajetória e tenho imenso prazer em trabalhar.

Agradecimentos saudosos aos meus interlocutores, em especial, as crianças pesquisadas e suas famílias que me acolheram com imenso carinho e respeito. Ao Márcio, amigo de longa data e uma pessoa que tenho muita admiração e respeito.

Agradeço aos meus queridos amigos, Kalina Rosa, Bruno Duarte, Patrícia Raquel, Ellie de Freitas, pela amizade, carinho e incentivo. Amizades para uma vida toda. Gratidão!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da UFC, por minha formação acadêmica e pela escuta compreensiva acerca do meu objetivo de pesquisa durante as disciplinas cursadas. À Irllys Barreira, Andrea Borges Leão, César Barreira e Alba Carvalho, meus sinceros agradecimentos.

Agradecimentos ao LEV (Laboratório de Estudos da Violência). Aos amigos do Departamento de Ciências Sociais, esses que sempre me incentivaram: Antônio Sabino, Igor

Monteiro, Marcos Silva, Wendell Barbosa, Clodomir Cordeiro, Breno Taveira, Gabriela Rebouças, Rafael Silveira, Mário Felipe e Pedro Vicente.

Agradecimentos sinceros ao seu Nilson e à Betânia, funcionários terceirizados do Departamento de Ciências Sociais, pelas conversas e conselhos recebidos ao longo dessa caminhada.

Agradecimentos ao CNPq pelo financiamento da minha bolsa de mestrado durante esses dois anos.

“A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”.

(Guimarães Rosa)

RESUMO

O objetivo dessa dissertação é descrever e analisar como a situação e a condição de indivíduos “marcados para morrer” (ameaçados de morte) afeta as socialidades das crianças moradoras do Serviluz, tendo em vista que, muitas delas perderam seus parentes em decorrência da violência letal na favela. A interface com a antropologia da criança, a sociologia da infância, além da sociologia e antropologia da moral conduzem essa investigação. A problemática teórica central ou a generalidade teórica do objeto de pesquisa concentra-se no que estou chamando de sujeitos *indesejáveis*. Jovens são ameaçados de morte nas favelas e periferias, moralmente condenados, rechaçados da sua rede de relações sociais e informados (estigmatizados e condenados) como sujeitos *matáveis* ou como vidas descartáveis. A articulação dessa investigação socioantropológica se dá pela perspectiva da agência das crianças, das moralidades e das percepções que elas possuem sobre os sujeitos *indesejáveis*. Além disso, o “marcado para morrer” é compreendido aqui como um dispositivo moral extremamente relevante para as socialidades e a construção moral das crianças do Serviluz. O trabalho de campo etnográfico é a base desta pesquisa, a partir de conversas informais com crianças e adultos, conversações gravadas, roda de conversação e brincadeiras com as crianças. Através disso foi possível construir as interações em campo e a produção de dados empíricos.

Palavras-chave: Moralidades; Socialidades; Violência Letal; Favela; Crianças.

ABSTRACT

This thesis aims at describing and analyzing how the situation and the condition of individuals "marked to die" (threatened to be killed) affects the socialities of children who live in the Serviluz slum, since many of them have lost their relatives for lethal violence in *favelas*. Thus, the theoretical background of this investigation is made up of an interface with anthropology of children, sociology of infancy and sociology and anthropology of moral. Moreover, the central theoretical problem or the theoretical generality of the object of the present research is what I call 'undesirable subjects': young people who are threatened to death in slums and other peripheries; and who are morally condemned and rejected from their network of social relations and taken (stigmatized and condemned) as *killable* subjects or *disposable* lives. The articulation of this socio-anthropological work is given by the perspective of the children's agency, the children's morality and the perceptions they have about 'undesirable subjects'. In addition to this, The "marked to die" are understood here as extremely relevant moral devices for the socialities and moral development of children from Serviluz. In what regards to methodology, the ethnographic fieldwork is the basis of this research, in which informal conversations with children and adults were recorded. Besides, conversation circles and games also promoted interactions in the field, what, consequently, fostered the production of empirical data.

Keywords: Moralities; Socialities; Lethal Violence; Slum; Children

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Serviluz como locus de pesquisa: acesso etnográfico, metodologia e reflexões	21
<i>O acesso etnográfico: reflexividade em campo</i>	21
<i>Etnografia com crianças e metodologias possíveis</i>	27
<i>Entre brincadeiras, silêncios e conversações</i>	29
1 SERVILUZ E SUA HISTÓRIA SOCIAL	33
1.1 Serviluz, favela à beira-mar	37
1.2 As segmentaridades no Serviluz	45
2 CHACINA E PACIFICAÇÃO: EVENTOS CRÍTICOS NA COMUNIDADE DO SERVILUZ	50
2.1 A chacina da Estiva	50
<i>2.1.1 A chacina para as crianças</i>	52
2.2 Pacificação: as segmentaridades simbólicas e líquidas “em paz” no Serviluz	55
<i>2.2.1 As percepções das crianças sobre a pacificação</i>	64
3 “MARCADO PARA MORRER”	69
3.1 As crianças e os “marcados para morrer”	75
<i>3.1.1 Carlos, Eduardo e Rosa: a família e a chacina da Estiva</i>	77
<i>3.1.1.2 Francisca e as crianças: situações, dramas familiares e conflitualidades</i>	80
<i>3.1.1.3 Francisca, a mãe de Carlos, Eduardo e Rosa</i>	84
<i>3.1.1.3.1 Os outros filhos da Francisca, o pai das crianças e o trabalho</i>	89
<i>3.1.2 Carlos</i>	92
<i>3.1.2.1 O que Carlos fala sobre Mateus?</i>	98
<i>3.1.3 Eduardo</i>	100
<i>3.1.4 Rosa</i>	104
<i>3.1.4.1 Rosa: família, escola e o medo dos mortos (e da própria morte)</i>	104
<i>3.1.4.2 A chacina, o desenho e o irmão, Mateus</i>	108
<i>3.1.4.3 A segunda conversação gravada com Rosa</i>	112
<i>3.1.5 Lucas, Gabriela e Jéssica: famílias, perdas e conflitualidades</i>	116
<i>3.1.5.1 A luta de dona Maria, a avó de Lucas</i>	116

<i>3.1.5.2 Lucas, neto e “filho” da avó Maria</i>	121
<i>3.1.5.3 Joelma, a mãe da Gabriela e da Jéssica</i>	126
<i>3.1.5.4 Gabriela</i>	129
4 O ESGARÇAMENTO DO VÍNCULO DE PARENTESCO	134
4.1 Vingança, honra e justiça: sentimentos e perspectivas nos grupos familiares	139
4.2 Socialidades e socialização das crianças: projetos de vida reconfigurados	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	153
ANEXO A – MAPA DAS REGIONAIS DE FORTALEZA	163

INTRODUÇÃO

O objetivo dessa dissertação é descrever e analisar como a situação e a condição de indivíduos “marcados para morrer”¹ (ameaçados de morte) afeta as socialidades das crianças moradoras do Serviluz, tendo em vista que, muitas delas perderam seus parentes em decorrência da violência letal na favela. A antropologia da criança e a sociologia da infância, além da sociologia e antropologia da moral, norteiam o esforço dessa investigação. A problemática teórica central do objeto de pesquisa concentra-se no que estou chamando de sujeitos *indesejáveis*. Jovens são ameaçados de morte nas favelas e periferias, moralmente condenados, rechaçados da sua rede de relações sociais e informados (estigmatizados e condenados) como sujeitos *matáveis* ou como vidas descartáveis. O desdobramento dessa investigação socioantropológica se dá pela perspectiva da agência das crianças, da moralidade e das percepções que elas possuem sobre os sujeitos *indesejáveis*. Além disso, o “marcado para morrer” é compreendido aqui como um dispositivo moral extremamente relevante para as socialidades e a construção moral das crianças do Serviluz.

As crianças são compreendidas nessa pesquisa como potentes agentes morais e capazes de reconfigurar os significados da vida social, especificamente, sobre as moralidades lançadas aos “marcados para morrer” e à perda de entes assassinados. O acesso às famílias e aos casos de jovens “marcados para morrer” e assassinados foi possibilitado através da construção de uma pesquisa longa iniciada no ano de 2013 no Serviluz. Os resultados da primeira incursão nesse campo de estudos foram sistematizados e apresentados na minha monografia no ano de 2014².

A pesquisa de campo etnográfica que será apresentada nesse texto teve duração de nove meses, de agosto de 2015 a maio de 2016. As conversas informais, brincadeiras, conversações gravadas e constante interação em campo foram fundamentais para a compilação do material empírico da pesquisa.

De modo geral, essa é uma pesquisa *com* crianças e não *sobre* crianças, mas, ao mesmo tempo, é uma investigação socioantropológica sobre intimidade, proximidade,

¹ Categoria nativa que se refere às pessoas ameaçadas de morte por diferentes motivações, podendo ser por conflitos interpessoais ou por conflitos relacionados às práticas criminosas, como, por exemplo, a dívida de drogas, entre outras.

² “*Não tenho medo da Estiva, não*: crianças entre interações e acusações na comunidade do Serviluz” (AGUIAR, 2014).

domesticidade, vizinhança e parentesco, sobre as famílias do Serviluz, suas relações de parentesco, vicinalidades e as conflitualidades intrínsecas a esses universos. Não sendo particulares ou especificidades do local, esses elementos e relações chama-nos atenção pela heterogeneidade e pelas concepções de vida, morte, laços parentais, sonhos e esperanças que apresentam.

Procuro dirigir minha análise para às falas das crianças, seus pontos de vista sobre o universo social e simbólico, mas, primordialmente, sobre a violência e os conflitos armados dentro da favela, diante da situação de jovens “marcados para morrer” e como esse contexto afetaria suas vidas e sua rede de relações. Principalmente, no âmbito do esgarçamento nas relações de parentesco e como a condição e a situação de “estar marcado para morrer” mobiliza estratégias morais e socializantes na educação das crianças.

As crianças pesquisadas são parentes, vizinhos ou conhecidos desses jovens, todas elas já viveram ou conhecem histórias e situações de assassinato em decorrência de “marcação” dentro e fora da favela, ou seja, possuem um leque de significações acerca desse assunto.

O “marcado para morrer” como dispositivo moral carrega uma série de significados e significantes circunscritos por uma gama de *eventos críticos* e moralidades que contaminam as socialidades de crianças e adolescentes no Serviluz, mas também, se disseminam no processo de diferenciação social, além de afetar decisivamente os processos de socialização das crianças. Entorno da situação e condição do “marcado para morrer” está espraiada uma série de categorias (nativas e analíticas) que estarão diluídas ao longo desse texto, como exemplo: 1ª) a) *Chacina e Pacificação*: são eventos e fenômenos sociais de suma importância para a compreensão dos conflitos da favela do Serviluz; b) “Tretas”: categoria nativa para denominar os confrontamentos corporais ou discussões, armados ou não, entre os jovens da comunidade em decorrência de variadas motivações: disputas e controle pelo tráfico de drogas e de armas, ou ainda, por zonas de assalto, conflitos interpessoais e, na maioria das vezes, por questões banais, por exemplo, um circuito de fofocas na comunidade podem ocasionar guerras letais e delimitações simbólicas do espaço. Essa categoria nativa está direta e indiretamente associada à Chacina, mas também, à Pacificação. 2ª) a) *Ameaça de morte* (“marcação para a morte”) e pessoas *matáveis* e *indesejáveis* (categorias analíticas); b)

“envolvidos” e “não-envolvidos” no crime ³ (categorias nativas): são categorias imprescindíveis para discutir as práticas classificadas como criminosas e as moralidades acrescidas naquele contexto social. 3ª) *Carreira e Trajetória*: como categorias fundamentais para compreender o processo de classificação “bandido/vagabundo” *versus* “cidadão de bem” ⁴ tão presente nas falas das mães, das (os) cuidadoras (res) e das crianças. Essas classificações possuem eficiência simbólica nas socializações das crianças e conduzem suas socialidades dentro da favela. Por fim, 4ª) A morte em decorrência de assassinato como fenômeno *social, moral e extremo* estava direta ou indiretamente sendo ressaltada nas falas das crianças pelas lembranças, reconstrução da memória e sentimentos de saudade pela perda dos jovens “marcados para morrer”. A *indiferença moral* ou a *inconformação* por essas perdas foram dois polos percebidos nos discursos e expressões performativas das crianças pesquisadas.

As questões morais e culturais do Serviluz influenciam sobre uma situação e condição muito presente no cotidiano das pessoas. Estar “marcado para morrer”, aliás, estar “marcado” engendrava um processo extremamente significativo, no qual essa situação tornava-se um próprio regime de moralidades dentro da favela, um dispositivo moral de suma importância. “Marcado para morrer” como um fenômeno espreado de moralidades contaminava e dava forma às regras da comunidade, à convivência coletiva, à cultura local, influenciando diretamente nos comportamentos e nas socialidades dos moradores do Serviluz. Essa dimensão intersubjetiva da condição de “estar marcado” só ganha força e legitimidade por conta da sua capacidade de organizar a comunidade e torná-la espaço de sobrevivência, onde não percebemos apenas a “falta de” (“ausência de”), mas também a presença de discursos, práticas, modos de socialização, evitações, honra, disciplina e valores. Poderíamos comparar esse fenômeno com a *anomia social* de Durkheim ⁵ (1999; 2014). A representatividade simbólica e moral que a “marcação para a morte” carrega dentro daquela

³ “Envolvidos” e “não-envolvidos” no crime é uma operação classificatória de diferenciação social e moral muito presente no cotidiano e nas socialidades dos moradores do Serviluz. Crianças, adolescentes, adultos e velhos, sem exceção, se utilizam dessas categorias para falar de casos reais, mas também, para momentos jocosos.

⁴ Segundo um menino de 12 anos, “cidadão de bem” é “quem não desvia do caminho para não cair no caminho do mal, o caminho das drogas. A pessoa tem que ficar firme”.

⁵ Para Durkheim, a sociedade é um organismo vivo (um corpo social), sendo assim, esta possui dois estados: 1) estado normal: fenômenos que ocorrem com regularidade na sociedade; 2) estado patológico: comportamentos que representam doenças e devem ser isolados, representando risco para a harmonia e o consenso social. Esses estão fora dos limites permitidos e aceitáveis pela ordem social e pela moral vigente em dada sociedade. No corpo social cada órgão deve desempenhar bem sua função para que a engrenagem não falhe. A anomia social, esse estado doente do organismo vivo, é a representatividade da sociedade que deixou de exercer seu papel de freio moral sobre os indivíduos. Mas por outro lado, o estado de anomia social possui sua positividade, por exemplo, o crime, segundo Durkheim, compreende um fenômeno de reforço da moral coletiva e fortalecimento da coesão social. Dessa maneira, compreendo que o dispositivo moral “marcado para morrer” no Serviluz opera como uma anomia social em sua positividade, mantendo o controle moral da comunidade e espreado-se nas intersubjetividades dos sujeitos.

coletividade tem uma força motriz capaz de conduzir várias gerações. Simultaneamente, crianças, adolescentes, adultos e velhos se utilizavam da expressão, da significação e das histórias reais dos “marcados para morrer” para manterem o controle social e a seguridade na comunidade diante de tantas guerras vividas e receios de outras tantas por vir.

A socialidade das crianças, os projetos de vida, as expectativas, os desejos, os cuidados, as lições de moral, as brincadeiras e chacotas, as fofocas, as conversas, os silenciamentos diante dos assassinatos de jovens, as relações sociais e intersubjetivas da comunidade, ou seja, tudo que envolvia o sujeito e o mundo social dentro daquele universo se voltava para aquela situação e condição do “marcado para morrer”. Não havia um dia em campo no qual não se ouvisse algo que referendasse isso. É uma realidade latente na vida cotidiana dos moradores do Serviluz.

A morte é vista como um tabu social e algo estritamente extinto das conversas cotidianas, principalmente, na frente das crianças. Isso é válido se considerarmos as pluralidades de percepções e o processo de socialização das crianças, as representações sociais construídas ao longo da história. Na sociedade ocidental, o normal da vida social é a morte por envelhecimento ou de morte natural, segundo Elias (2001). Morrer jovem e, ainda por cima assassinado, é algo extremamente abominável.

A morte e sua percepção são uma construção social extremamente complexa e não simplesmente um processo biológico: “há várias maneiras de lidar com o fato de que as vidas, incluídas as das pessoas que amamos, têm um fim” (ELIAS, 2001, p. 7). A evitação, além do tabu da morte, perpassa muitas vezes na crença inabalável de que os “outros morrem, e eu não” (ELIAS, 2001, p. 7). As dificuldades sociais, a aceitação do fim da vida e o processo de atribuições e significados à morte, as atitudes em relação aos “moribundos” foram analisados por Norbert Elias (2001) como aspectos peculiares de sociedades num estágio particular de desenvolvimento, logo, com uma estrutura particular. Segundo Elias (2001), enquanto avançamos cada vez mais num processo civilizador, a morte foi tomando proporções de medo e dor, recalçamento e algo que não se deve falar na frente das crianças, tornando-se assim um dos grandes perigos biossociais na vida humana “(...) tanto como imagem mnemônica, é empurrada mais e mais para os bastidores da vida social durante o impulso civilizador. Para os moribundos, isso significa que eles também são empurrados para os bastidores, são isolados” (ELIAS, 2001, p. 19). Dessa maneira, os “moribundos”, aqueles que morrem gradativamente ou por velhice ou por doença, sofrem mortes sociais na dimensão das relações interpessoais. São esquecidos pela vida social e rechaçados das relações comunitárias e

familiares. Dessa maneira, compreendo que os jovens “marcados para morrer” tornam-se seres “indesejados” e “moribundos” diante de sua rede de relações sociais, afinal, por conta da “marcação”, a sua morte é lenta e gradativa, provocando situações de evitação, rechaçamento e esgarçamento dos laços afetivos e sociais, tanto antes quanto depois do assassinato, assim como irei discutir mais ao longo do texto.

Sendo assim, a partir da interface da antropologia da criança e da sociologia e antropologia da moral ⁶, esta pesquisa tem por objetivo compreender como as “mortes desconsideradas” de pessoas classificadas como *indesejáveis* ⁷ (ARENDRT, 2013) são significadas pelas maneiras de falar de crianças que convivem em fronteiras de guerra na favela do Serviluz. Busquei etnografar as sensibilidades morais das crianças sobre o “problema metafísico, religioso e político da vida *matável* ⁸” (AGAMBEN, 2002), em geral tido como um problema dos adultos. É por, etnograficamente, saber que as crianças possuem forte potencial agentivo e moral, e possuem muito a dizer sobre os temas complexos da moralidade que proponho esse texto a partir de um acesso etnográfico que vem se tecendo desde 2013 e continuado nos anos de 2015 e 2016 através da pesquisa de campo no mestrado. Dessa maneira, uma microrrede de quase oitenta crianças compõe essas experiências etnográficas no Serviluz.

Compreender a significação simbólica dada para “mortes desconsideradas” através do ponto de vista de crianças moradoras do Serviluz é ao mesmo tempo perceber a

⁶ A sociologia e a antropologia da moral fizeram-se necessárias na pesquisa a partir das variadas inquietações no campo e que deram origem a elaboração e diálogos no *paper* apresentado no 39º Encontro Anual da Anpocs, “Não matarás? Pessoas indesejáveis e o ponto de vista das crianças sobre crueldade, moralidades e justiça nas favelas de Fortaleza” (AGUIAR, Deiziane P.; SÁ, Leonardo; BARREIRA, César, 2015).

⁷ Hannah Arendt (2013), em “Origens do totalitarismo”, reflete sobre as imputações e subjugações sofridas pelo povo judeu ao longo dos processos de antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. Os judeus eram classificados como pessoas supérfluas, sem valor moral e passíveis de extermínio (assim se processou ao longo da história, ou seja, um processo de desubjetivação foi se encerrando diante da figura do povo judeu). Com o antissemitismo moderno e no quadro do desenvolvimento do Estado-Nação, os judeus passam a ser vistos como uma ameaça, pois, por serem ricos e desinteressados pelo poder político, mas mantendo íntima relação com as fontes de poder do Estado (financiando as crises), eles eram identificados como a própria personificação do poder. O totalitarismo consagrou o povo judeu como inimigo em potencial, desde a descendência do indivíduo ao contato mais íntimo que poderia se ter com alguém de origem judaica. Na verdade, tudo e todos que pudessem ser empecilhos para a construção de um poder total e universal, seriam classificados como supérfluo, descartável, indesejável e exterminável.

⁸ Segundo Agamben (2002), a vida nua é a vida *matável* e *insacrificável* do *homo sacer*. No direito romano arcaico, a vida nua tornou-se uma figura obscura, “na qual a vida humana é incluída no ordenamento unicamente sob a forma de sua exclusão (ou seja, de sua absoluta *matabilidade*)” (AGAMBEN, 2002, p. 16). Esse termo, *sacer*, é a representação do “enigma de uma figura do sagrado aquém ou além do religioso, que constitui o primeiro paradigma do espaço político do Ocidente” (Ibid., p. 16). Em relação à vida *matável* enquanto elemento metafísico, Agamben discorre: “A politização na vida nua é a tarefa metafísica por excelência, na qual se decide da humanidade do vivente homem, e, assumindo sua tarefa, a modernidade não faz mais do que declarar a própria fidelidade à estrutura essencial da tradição metafísica. A dupla categorial fundamental da política ocidental não é aquela amigo-inimigo, mas vida nua-existência política, *zôe-bíos*, exclusão-inclusão” (Ibid., p. 16).

moral enquanto uma dimensão de potencialização da agência, como uma dimensão da vida social e considerando a sociologia da moral como uma *sociologia da agência*, assim como Werneck (2013) propõe ao fazer uma releitura da sociologia da moral de Durkheim aos sociólogos contemporâneos⁹. Procurar compreender a agência moral das crianças sobre a situação de “estar marcado para morrer” ou de “mortes matáveis” e de como essa situação contamina suas socialidades cotidianas é uma maneira de abordar a problemática sociológica em outra perspectiva, tendo em vista, romper com o modelo adultocêntrico de pesquisas convencionais sobre a temática, propondo aqui uma pesquisa que priorize os relatos das crianças.

As crianças como *agentes competentes* (WERNECK, 2013) possuem grandes capacidades de compreensão do mundo social. Então, por que não escutar as crianças imersas num universo de lutas faccionais armadas na favela e acerca da morte (ou ameaça de morte) de “pessoas desconsideradas”, sejam essas pessoas pertencentes as suas redes de parentesco, vicinalidade, amigos e conhecidos “marcadas para a morte”? Nesse sentido, a moral nessa pesquisa é percebida como um dispositivo e como faculdade cognitiva dos atores sociais. As crianças possuem *capacidade moral* (WERNECK, 2013) e, logo, são sujeitos sociais passíveis de serem pesquisados.

O ponto de vista de meninos e meninas e a escuta das suas narrativas tornam-se relevantes para compreender que as concepções morais das crianças não são mera reprodução do mundo dos adultos, mas fruto de suas produções em contextos situacionais de vivência e experimentação nas suas redes de relações, onde as crianças são seres ativos e atuantes, *produtoras de cultura* (CORSARO, 2011) na vida social, atores sociais plenos nas relações sociais, onde *crianças e adultos são pensados como seres sociais incompletos* (COHN, 2005) e em formação, ou seja, ambos estão constantemente fazendo (re) apropriações e tecendo (produzindo) o mundo social e suas relações¹⁰. Dessa maneira, o patamar distanciador e adultocêntrico que possa existir entre adultos e crianças é preciso ser desmistificado, desconstruído para que possamos escutá-las e torná-las sujeitos de pesquisa, assim como propõe Sarmiento (2005; 2011).

⁹ Werneck (2013) considera que os atores sociais são *agentes competentes*, pois possuem capacidades de compreensão do mundo social. Além disso, a moral, segundo Werneck, é um dispositivo e uma faculdade cognitiva inerente aos atores sociais. Distinguir entre o que é o bem e o que não é o bem (para eles) é uma operação que antecede a capacidade crítica dos atores sociais, completando, assim, essa capacidade moral que todos nos detemos. Dessa maneira, considero as crianças pesquisadas como *agentes competentes* e possuidoras de potente *capacidade moral* diante da situação e condição dos “marcados para morrer”.

¹⁰ Complementar a essa discussão, no campo da sociologia da infância, Delgado e Muller (2005) notam que não há por que separar crianças de adultos como se pertencessem a espécies diferentes. A infância é como uma coleção de ordens sociais diferentes.

As crianças nessa investigação estão sendo consideradas como *reprodutoras interpretativas de cultura* (CORSARO, 2011), ou seja, não são meramente consumidoras da cultura social dos adultos, pois suas interpretações abrangem aspectos criadores de sua participação na sociedade, colaboram ativamente para produção e mudanças culturais, e, como os adultos, são afetadas pela sociedade e cultura que integram (CORSARO, 2011). O que Corsaro (2011) nos quer dizer é que, de um lado, as crianças reproduzem a cultura social dos adultos, afinal, são socializadas e compartilham o mesmo mundo social que eles, mas, por outro, as crianças são capazes de interpretar e ressignificar essa cultura (são interpretadoras de cultura), sem abrirem mão da reprodução cultural, ou seja, assim como nós, adultos, também fazemos.

Diante dessa problemática, algumas questões conduzem essa investigação, direta ou indiretamente: Como as crianças narram situações de “vidas matáveis”? Como elas e sua rede de relações sociais significam a morte? E de que maneira a morte prematura pode fragilizar as socialidades das crianças e da família? Como as crianças falam sobre os sentidos de justiça, direito, moral, vida, morte, piedade, compaixão e outros temas correlatos? Para as crianças, quem pode morrer? Quem pode matar, o que e quem é matável? Qual seria então a agência moral das crianças diante de pessoas matáveis? Crianças também desejam a morte de jovens “marcados para morrer” na favela? Como se manifesta a agência moral das crianças nas situações de extermínio de jovens na favela, em chacinas ocorridas na comunidade, na rua em que se mora, na casa do vizinho ou em sua própria casa? De que modo a rotina, o imaginário infantil, as práticas de convivência, a rede de relações sociais são afetados, interrompidos, fragilizados pelas situações de ameaça de morte ou assassinato, tanto de jovens envolvidos e não envolvidos no crime? Como meninos e meninas se portam diante de eventos críticos de violência onde a vida e a morte parecem não ter valor, pelo menos no que diz respeito às pessoas envolvidas no crime? O que teriam as crianças para narrar sobre a morte, sobre o medo de morrer ou sobre o medo da morte dos outros (parentes, vizinhos, colegas e seus pares como um todo)? Mas, primordialmente, como o esgarçamento do vínculo de parentesco processa uma reconfiguração da rede (ou grupo) familiar, das relações sociais, das práticas (das socialidades) das crianças que perderam entes assassinados na favela? Como essas crianças (re) agem nesses contextos, ou melhor, diante de situações que marcam suas infâncias, contornam seus modos de viver, interagir, brincar, conversar, contamina seu imaginário simbólico e lúdico, degradando suas vidas direta ou indiretamente? ¹¹

¹¹ Esses questionamentos surgiram logo no princípio da pesquisa de campo, especificamente, com o evento crítico da chacina da Estiva, no ano de 2015. Além disso, foi desse desdobramento de questões que emergiu o

Os meninos e meninas dessa pesquisa carregam consigo traumas que dificilmente são cuidados, sanados. A maioria dos adultos da comunidade já passou por situações (direta ou indiretamente) de violência (presenciar, ser vítima ou saber de histórias, ou seja, em variadas posições enquanto ator social) e no presente banalizam uma gama de violações ao imaginarem que as crianças irão esquecer facilmente determinadas cenas violentas e cotidianas, pois é “comum” e “normal”. A invisibilidade dos sentimentos das crianças diante de situações de violência é alarmante, seja violência doméstica (sendo esta merecedora de maior respaldo para o universo simbólico dos adultos), seja a violência simbólica e a violência letal que lhes atinge diretamente, quando são elas o alvo das balas perdidas e assassinadas, ou indiretamente, quando são seus parentes, vizinhos, amigos e conhecidos dentro da comunidade.

Por fim, o texto que se segue se estrutura em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresento o Serviluz e a sua história social. Procuo etnografar a comunidade e como se dão as relações de vicinalidade do lugar em meio às segmentaridades simbólicas existentes. No segundo capítulo, discuto a chacina da Estiva e a pacificação posterior ocorrida no Serviluz, as percepções dos moradores, entre crianças e adultos. No terceiro capítulo, abordo a situação e a condição do “marcado para morrer” e suas implicações nas vidas das crianças: Carlos, Eduardo, Rosa, Lucas, Gabriela, Jéssica e suas famílias, os quais perderam seus entes assassinados na favela, diante de uma multiplicidade de motivos e tramas. Procuo construir uma apreciação descritiva sobre a vida de suas mães e avós (suas cuidadoras), a trajetória desses meninos e meninas, assim como os eventos violentos mais recentes ocorridos em suas trajetórias. No quarto capítulo, discuto através de um esforço de análise os relatos apresentados nos capítulos anteriores, a partir de como a reconfiguração que emergiu com o esgarçamento nas relações de parentesco contaminou indistintamente os modos de pensar, as práticas, as socializações, as socialidades, o *imaginário social*¹² e *simbólico* (BOURDIEU, 1996) e as percepções sociais das crianças pesquisadas que perderam seus entes.

paper “Não matará? Pessoas indesejáveis e o ponto de vista das crianças sobre crueldade, moralidades e justiça nas favelas de Fortaleza” (AGUIAR, Deiziane P.; SÁ, Leonardo; BARREIRA, César, 2015) apresentado no 39º Encontro Anual da ANPOCS, em 2015.

¹² Na “Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer”, Bourdieu (1996) diz, inicialmente: “o mundo é a minha representação” (Ibid., p. 83). Ele reforça ainda que o imaginário social constitui a teia de representações e identidades de determinada sociedade ou grupo, legitimando seu poder e seu controle através dos símbolos que inflam a noção de pertencimento, ou melhor, a relação entre ser conhecido e reconhecido.

Serviluz como *locus* de pesquisa¹³: acesso etnográfico, metodologia e reflexões

O acesso etnográfico: reflexividade em campo

O (des) conhecer, desbravar, enquanto alguém que chega, extrai dados, informações e nunca mais retorna. Essa era a grande preocupação da maioria dos meus interlocutores. Sentiam-se receosos. Os relatos a respeito desse tipo de postura assumida por outros pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que passaram pelo Serviluz eram recorrentes em suas falas.

Eu “conheci” o Serviluz compreendendo, conversando, percebendo, interagindo, compartilhando, mas também ajudando sempre que fosse necessário e solicitado, e, muitas das vezes, estava lá apenas para conversar sobre a vida, sobre política e religião, lavar as louças ao final de uma atividade do projeto, aconselhar um colega ou ouvir conselhos, ensinar a tarefa de matemática de uma criança, brincar e cuidar das crianças enquanto a mãe não voltava para casa, comprar um lanche para os meninos do projeto quando faltava, fazer o almoço ou o café com os voluntários do projeto. *Tempo*: palavra complicada e intrigante em campo, mas o *Tempo* se torna limitado se pensarmos nele apenas como cronológico, pois, antes de tudo, ele possibilita fazer amigos, construir afetos, compartilhar momentos que ficam marcados no corpo e na alma.

A pesquisa como processo inventivo, de criação e como um verdadeiro *artesanato intelectual*¹⁴ (WRIGHT MILLS, 2009) exige da pesquisadora uma série de cuidados, estratégias; montar e desmontar a máquina de interpretações sociais para fins de análise, mas também, de compreensão do universo simbólico que se encontra espreado na pesquisa de campo. Procurar incorporar a fala dos atores sociais para uma nova escrita (a sua escrita)

¹³ A comunidade do Serviluz como um *locus* de pesquisa já foi cenário de observação de vários pesquisadores, principalmente, da Universidade Federal do Ceará (UFC). Já foram produzidas cinco dissertações de mestrado, Anjos (1983 – UFC), sobre a prostituição no Farol; Almeida (1995 – UFC), analisando as brigas de gangues e o extinto forró da bala; Nogueira (2006 – PUC/SP), pesquisando a história social do Serviluz e os trabalhadores do mar; Campos (2012 – UFC), sobre a socialidade e as narrativas do Serviluz; Pinho (2012 – UFC), discutindo a prostituição no extinto Farol Velho através das narrativas orais de ex-prostitutas. Duas teses de doutorado também foram produzidas acerca do Serviluz, a primeira de cunho etnográfica, Sá (2010 – UFC), abordando as relações sociais dos jovens do Serviluz, e a segunda, historiográfica, Nogueira (2015 – PUC/SP). Além dessa vasta produção, duas monografias priorizaram o Serviluz enquanto um *locus* de pesquisa, Aguiar (2014 – UFC) e Oliveira (2015 – UFC).

¹⁴ Seguindo os conselhos de Wright Mills (2009), essa pesquisa se processou em exaustivas escritas e reescritas de pensamentos, inquietações lançadas ao papel e diversas discussões com meus formadores, e, inclusive, com meus interlocutores adultos, teceram essa dissertação. Nesse *artesanato intelectual* que procurei mergulhar apenas uma “certeza” ficou: a “certeza” não existe, pois a inquietação que impulsiona a criatividade, sem a inquietação não haveria graça ser pesquisadora.

gestam desconfortos, cautela e um sentimento de traição ao discurso apresentado pelos interlocutores. O empreendimento (ou esforço) de fazer pesquisa torna-se árduo. Quando se trata de pesquisar crianças esses aspectos são intensificados e, se a temática for violência, conflitualidades, perdas parentais prematuras, o senso de responsabilidade também se intensifica. A pesquisadora ganha corpo, sua *condição existencial e intersubjetiva se transforma* (WAGNER, 2012; CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998) e a autoanálise ocupa espaços inimagináveis, ao ponto de se ver em situações profundas de envolvimento pessoal, onde a maneira de construir bons sentimentos ao meio de tantas histórias, versões e compartilhamentos se torna um modo de empreender seu “fazer pesquisa” com aprendizado (lição de vida). Tomar essa experiência como autoanálise é tornar esse processo transformacional.

Diante dessas espirais de confrontamentos no “fazer pesquisa” estão os sujeitos e os objetos que compõem a vida social. Há uma gama de classificações ao seu redor e povoando suas relações, ou seja, coisas ditas, lidas e escritas preexistem à chegada da pesquisadora em campo. E o que fazer? Entre as estruturas sociais e a agência (ação) dos sujeitos estão as mediações simbólicas (e são muitas). Portanto, é essa complexidade que necessita ser explorada: as produções de discursos e de práticas. Nessa perspectiva, procurei embasar minha escrita no que concerne às versões, aos relatos, à *teia de significados*¹⁵ (GEERTZ, 2003) e ao poder de agência dos sujeitos sociais diante das adversidades no esgarçamento das relações de parentesco, nas quais as crianças estão inseridas, habitando um grupo familiar que vivencia uma fratura com a perda de um jovem assassinado na favela.

O acesso etnográfico é conquista, mas também conhecimento. Acessar etnograficamente é “aprender com o outro” na vivência e na interação no campo. Senti-me assim desde que iniciei minhas primeiras incursões no Serviluz, em 2013. O acesso etnográfico, primeiramente, demanda conhecimento do *locus* de pesquisa (territorialidade,

¹⁵ Em “A Interpretação das Culturas” (2003), Clifford Geertz aponta que a Cultura é constituída por construções simbólicas, nas quais os significados estão contidos num conjunto de símbolos compartilhados. Nesse sentido, há um compartilhamento das ideias, onde a teia de significados está amarrada coletivamente em dada sociedade ou grupo. O conceito de cultura, enquanto estrutura e sobre a qual as ações humanas se baseiam, é, para esse antropólogo, fundamental para compreender os conflitos entre grupos heterogêneos que convivem num mesmo espaço. Culturas diferentes gestam ações e interpretações diferentes, emergindo conflitos inflamados. Geertz ainda diz: “Acreditando, como Marx Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais, enigmáticas na sua superfície” (GEERTZ, 2003, p.15). Assim como Geertz, me engajei na interpretação dos significados, procurando mergulhar neles. A heterogeneidade encontrada nesse processo de pesquisa foi assustadoramente imensa, além dos conflitos entre a minha “teia de significados” e a do outro.

peessoas, relações, objeto) e, em segundo lugar, requer autoconhecimento, pois um pesquisador sem reflexividade para acessar e permanecer em campo, desanima, não volta mais, desestimula. É necessário se conhecer e se dispor a viver o campo, interagir com as pessoas de modo respeitoso (respeito às diferenças) e procurando sempre fazer trocas simbólicas. Esse foi o caminho que escolhi para acessar o Serviluz.

Através do acesso etnográfico e dos desafios que emergiram em campo, um emaranhado de questões me inquietaram: Como seria possível dar visibilidade aos sentimentos, ações e expressões das crianças pesquisadas? Como seria possível alavancar meios para escutá-las? Creio que sem a pesquisa de campo, o cuidado e a paciência, não teria sido possível levar adiante a investigação que eu havia proposto. Se a tarefa já era difícil, lidar com narrativas sobre os mortos, sobre a violência letal, o crime, o abandono, os sentimentos, as tristezas, as angústias dos adultos, imagine o desafio que seria abordar isso com as crianças. A dificuldade era amplificada.

Uma esperança talvez me impulsionasse diante do desânimo daqueles momentos que você acredita que seu trabalho não influenciará em nada, a ponto de percebê-lo com insignificância. Os momentos passados com as crianças, a interação, a escuta, a brincadeira, compartilhar o mínimo de tempo possível, mudava algo em mim, na minha existência e talvez nelas também. Ficava-me sempre uma “certeza”: sem a escuta e sem o trabalho de campo, não seria nada possível, nem para mim, nem para elas e eu nem poderia tentar transmitir a sensibilidade que essa construção merece. Tocar na vida do outro, na dor, na memória, em algo que certamente é significativo para elas, pois, afinal, é a história delas e, isso deveria ser importante para mim também. De fato o é, pois, agora, essa se tornou a minha história. Porque depois que se escuta, entre os ditos e não ditos (no compartilhamento dos silêncios que ficam), você agora faz parte da história, você tomou corpo para si. A pesquisadora está dentro do campo e dessa história, não seria possível (não de modo tão automático) virar as costas e dizer “terminei meu campo”. O campo nunca acaba, pois ele fica dentro de você, te dilacera e te faz sorrir, chorar, “estando lá ou aqui”, escrevendo ou vivendo sua vida. Mas para onde eu vou quando “acabar o campo”? Os pesquisadores têm prazos para a conclusão de seus trabalhos. Os interlocutores continuaram lá e eu, a pesquisadora, que deveria “ir embora”, pelo menos momentaneamente, para escrever e procurar fechar um ciclo. Sair do campo é um momento doloroso. É, com certeza, pior do que “entrar em campo”. Mas falarei agora de como se processou minha inserção no campo de pesquisa.

O Serviluz, o *locus* dessa pesquisa, passou a existir para mim, ou melhor, tomei conhecimento da sua existência pela primeira vez em 2012, nas aulas do professor Leonardo Sá, hoje meu orientador. Ele sempre relatava sobre sua pesquisa de tese nas aulas de Sociologia III, na graduação em Ciências Sociais. Posteriormente, li uma breve reportagem numa revista que contava um pouco da história do lugar e isso logo despertou minha curiosidade. Conversando com uma amiga que integrava comigo o mesmo laboratório de pesquisa na época, o Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC), onde eu era bolsista de iniciação científica, fiquei sabendo mais sobre o Serviluz. Então, certa vez, essa amiga me convidou a conhecer o lugar. Aceitei o convite e fomos num sábado pela manhã ao “paraíso perdido”, designação através da qual muitos jovens denominam a comunidade. Era a primeira vez que eu ia a uma favela, apesar de sempre ter pertencido à classe média baixa. Morei diversas vezes em periferia e há muitos anos residi na Região Metropolitana de Fortaleza. Na verdade, conhecia a capital cearense minimamente, mesmo acessando a cidade para fins de estudo, trabalho e lazer.

A empatia e a sintonia com o Serviluz emergiu rapidamente, mesmo na insegurança de estar num lugar onde você não se situa de modo tão prático como seria em lugares familiares, por conta do conhecimento geográfico. Porém, para mim, tudo era novidade. Sentamos e tomamos uma água de coco no Titanzinho e conversamos um pouco com o dono do bar-restaurant e também com um morador (que parecia estar alcoolizado, segundo a minha amiga) durante horas. Enquanto minha amiga lhe escutava atentamente, vez ou outra eu caía em dispersão olhando para aquele mar tão lindo e vendo os rapazes surfando. Sentia-me muito à vontade. Parecia que estava passeando e a estudante de ciências sociais não estava ali. Logo após, eu fui ao Serviluz mais algumas vezes: a aula de campo do meu orientador (oportunidade em que conheci o Projeto Vila Mar e a dona Joyce, coordenadora geral desse projeto) e, outra vez, acompanhando uma amiga do curso que estava iniciando sua pesquisa de campo na localidade.

Já nesta época, 3º semestre do curso de graduação, me interessava pela temática de violência e conflitos sociais, mas tinha também grande interesse em estudar crianças e, então, fui pesquisar meninos em situação de rua no Centro de Fortaleza (Praça da Lagoinha), mas quando fui iniciar minhas primeiras incursões em campo, a praça estava em reforma. Dessa maneira, fui pesquisar na Beira-Mar, no bairro Meireles. Do ano de 2012 a 2013 pesquisei neste bairro, na região de praia, mas infelizmente, a estratégia metodológica que

procurei esboçar não funcionou da maneira que desejava. Uma série de dificuldades foi emergindo em campo.

Então, outras ideias foram se configurando, as lições que emergiram do meu campo anterior e uma entrevista que realizei com um profissional do movimento em defesa pelos direitos da juventude em situação de rua me impulsionaram a acessar o Serviluz novamente. Voltava ao Serviluz não mais na condição de “andarilha” ou aluna em aula de campo ou “assistente de pesquisa de campo” de uma amiga, mas como uma “pesquisadora interessada” pela localidade. Sem desmerecer as oportunidades que me aproximaram do Serviluz inicialmente, pois com certeza elas teceram minha chegada em campo na condição de pesquisadora e interessada em explorar aquele universo desconhecido para mim. Essas oportunidades abriram portas para meu aprendizado e desenvolvimento, tanto como pesquisadora iniciante quanto pessoa, e, hoje, não consigo me imaginar distante do Serviluz, que se tornou uma das minhas casas de acolhida.

Nessa mesma época, iniciávamos uma pesquisa coletiva na comunidade, com duração de dois anos, sob a coordenação do professor Leonardo Sá. O objetivo era entrevistar mães que haviam perdido filhos para a violência letal (2013-2015). Essa experiência foi determinante para alicerçar a construção da minha rede de contatos e mobilizar a elaboração do meu projeto de pesquisa para o mestrado. Dessa maneira, meu acesso etnográfico e movimentação no Serviluz se constituem por três ciclos ou momentos de pesquisa: 1) a pesquisa de campo na graduação (2014), resultando na minha monografia; 2) as entrevistas em profundidade com mães que perderam jovens assassinados, na condição de supervisora de campo (2014-2015) e 3) a pesquisa de campo no mestrado (2015-2016).

Acessar um *locus* de pesquisa com intenções etnográficas tem sua complexidade e sua espiral exige cautela, como, por exemplo, na construção da rede de contatos. É trabalhoso construir essa rede e, principalmente, iniciar uma nova rede, pois exige da pesquisadora articular e mobilizar pessoas que você conhece para se aproximar de outros interlocutores, onde as referências da pessoa que lhe apresentou emergem nessa nova relação, ou seja, inicialmente, aos olhos desse novo contato, você é como a pessoa que lhe apresentou a ele, no estilo “me diga com quem andas que te direi quem és”. No primeiro ciclo de pesquisas no Serviluz, meu orientador indicou Beto e este me apresentou a Márcio e mais outros três jovens da comunidade. Através deste último se teceu uma multiplicidade de outras redes de contato de 2014 a 2016. Jovens, adultos, idosos e crianças e, inclusive, famílias inteiras passaram a compor minha rede de interlocutores na comunidade e ao longo desta pesquisa

descobri que muitas das pessoas que eu já conhecia eram amigos, parentes e vizinhos da rede mais ampla que eu tinha acesso em campo. Roger e Soraia também foram pessoas importantes na tessitura dessas redes micro e macro de contatos. Eles possibilitaram que eu chegasse aos segmentos do Farol, da Favela e da rua do bagulho no Serviluz. Esses locais eram de difícil acesso, principalmente, em períodos de “guerra”, então, seria importante ter intermédios para poder acessá-los.

A aproximação com as crianças e com suas famílias deu-se através, inicialmente, por um projeto social missionário da comunidade que pesquisei em 2014, durante minha pesquisa monográfica. Posteriormente, em 2015, me reaproximei das crianças que já conhecia e, além disso, a minha inserção nas famílias por conta da pesquisa das mães que perderam jovens para a violência letal me possibilitou conhecer outras crianças. Dessa maneira, novas redes de intermediários e interlocutores mobilizados em campo permitiram a construção dessa pesquisa.

Das mulheres e mães que menciono nesse texto, apenas duas, Maria e Joelma, foram entrevistadas pela pesquisa das mães, em 2015, e, através delas, fui apresentada as suas crianças: Lucas, Gabriela e Jéssica. A Francisca, mãe de Carlos, Eduardo e Rosa, conheço desde 2014, pois suas crianças integravam o projeto social que eu acompanhava à época. A família de Francisca perdeu um jovem na chacina da Estiva em 2015 e tal evento foi decisivo na pesquisa de campo do mestrado.

Diante da complexidade de interações no Serviluz durante nove meses (2015 – 2016), além das crianças e mães apresentadas nesse texto, acompanhei em campo as atividades do projeto social missionário que pesquisei em 2014, o que me permitiu acesso a quase todos os segmentos da comunidade e estar com aproximadamente oitenta crianças, contabilizando toda a agenda semanal do projeto. Outras famílias e suas crianças também estiveram envolvidas nessas interações de campo: Marta, Soraia, Melina (mães) e Augusta (avó). Mas escolhi centralizar as análises entorno das crianças de Francisca, Maria e Joelma¹⁶, sendo as crianças daquela o foco de maior atenção, em decorrência da intensidade dos relatos e maior tempo de interação.

¹⁶ Todas as crianças e adultos mencionados nesse trabalho possuem nomes fictícios.

As crianças dessa pesquisa são meninos e meninas (4 – 14 anos) ¹⁷ da classe popular. Algumas são evangélicas (como praticantes assíduos ou sazonais) e a maioria é afro-ameríndia descendente e com pais e avós oriundos do interior e do sertão do Estado do Ceará.

Além das crianças, as suas famílias e seus cuidadores também fazem parte dessa pesquisa, pois falar das crianças também é falar de todas as suas relações intersubjetivas, afetivas e de parentesco. Por esse motivo a importância das famílias e, principalmente, das mães. Elas são mais presentes do que o pai. A história dos “marcados para morrer” é a história da família, das crianças, das mães e das cuidadoras, fundamentalmente. O “marcado” não é um elemento isolado dentro do contexto social da favela. A história dele é a história da favela, do lugar, das relações, de como as relações se constroem, se especializam e se dinamizam no cotidiano.

A metodologia de trabalho foi possibilitada pelas interações com as crianças e com os adultos da comunidade, o que acabou por enriquecer o meu aprendizado e a elaboração de uma *escuta interessada* ¹⁸ (BOURDIEU, 2012). A pesquisa de campo etnográfica com as crianças foi realizada através de conversações informais (livres e gravadas), roda de conversação e brincadeiras, além do compartilhamento de tempo que tudo isso exige.

Etnografia com crianças e metodologias possíveis

A sociologia da infância é uma área nova de estudos, mas que vem sendo desbravada por pesquisadores do mundo todo. Manuel Jacinto Sarmiento, diretor do Centro de Educação da Universidade do Minho, em Portugal, disse, em entrevista ¹⁹, que há 20 anos essa área enfatiza que as crianças necessitam ser conhecidas em sua verdadeira realidade. Dessa maneira, a sociologia da infância se propõe a constituir a infância como objeto

¹⁷ As concepções de infância, mas também, do que seja “ser criança” são bastante relativas dependendo do contexto cultural. No Serviluz, como, por exemplo, essa questão era tratada de maneira situacional. Meninos e meninas com 12 anos de idade acima eram na maioria das vezes tratadas como crianças, afinal, os cuidados com essa transição, de menino a rapaz e de menina a moça, era carregada de medos por parte dos cuidadores: envolvimento com práticas ilegais, sensação de liberdade nessa fase da vida, descobertas envolvendo a ampliação dos conhecimentos de mundo e da sexualidade, e outros elementos eram apenas algumas das manifestações de receio por partes dos cuidadores do lugar. Tratar meninos e meninas como crianças tornava-se mais seguro do que vê-las como pré-adolescentes.

¹⁸ Em “A miséria do mundo” (2012), Bourdieu compreende que uma *escuta interessada* é fundamental na interação com os sujeitos sociais, pois se trata de uma escuta atenta, e não divagante sobre os temas abordados pelos interlocutores, seja numa entrevista ou numa conversa informal.

¹⁹ A entrevista foi realizada em agosto de 2011 pela Revista Educação.

sociológico, através do qual procura “interrogar a sociedade a partir de um ponto de vista que toma as crianças como objeto de investigação sociológica por direito próprio, fazendo acrescer conhecimento, não apenas sobre infância, mas sobre o conjunto da sociedade globalmente considerada” (SARMENTO, 2005, p. 363). Já a antropologia da criança e a etnografia com esses atores sociais ainda vem procurando galgar espaço, principalmente, no Brasil (PIRES, 2009). Mas uma das bases primordiais para compreender esse campo é reconhecer que escutar as crianças se constitui como ato necessário na nossa sociedade.

Segundo Corsaro (2011), escutar não é um ato passivo, escutar é compreender e absorver. A interação envolvendo escuta e conversação faz transbordar confiança, além de transferência de condição, principalmente, da criança para a pesquisadora. O ato de escuta não se sustenta em apenas estar atenta e informada para determinadas categorias que possam emergir na interação com as crianças pesquisadas. As minhas emoções deveriam estar balanceadas, eu deveria estar parcialmente bem para escutar, pois escutá-las não era uma operação fácil. A minha sensibilidade já era muito aguçada e estar envolvida com crianças que já conhecia há algum tempo intensificava meu senso de responsabilidade. Emprestar meus ouvidos como uma amiga, dar um abraço no momento de silêncio e calar quando não parecia ser conveniente a fala. Eu estava tocando diretamente em traumas, dores, marcas cotidianas de violência, fosse ela dentro de casa ou na casa ao lado, na rua, na escola, no projeto, no bairro. Estava tratando diretamente e indiretamente com os traumas delas, mas também com os meus próprios.

Além disso, meu objeto de pesquisa estava bombardeado por interditos em todas as direções: 1) as crianças como atores sociais primordiais de pesquisa; 2) falar sobre a situação e a condição dos “marcados para morrer” e os sentimentos das crianças acerca desse assunto; 3) as manifestações de dor e silêncio das crianças que perderam entes assassinados na favela, afinal, falar sobre a morte e sobre os mortos “não é assunto de criança”, segundo as concepções do senso comum, e apenas os adultos possuem esse direito e legitimidade de fala. Esses três interditos que enumerei são apenas alguns exemplos dos tabus que enfrentei no campo e na academia. O desafio que me lancei deveria ser superado todos os dias para que a pesquisa continuasse. A reflexividade constante, o teste da metodologia mais adequada para tocar num assunto tão tabu e restrito (e que não fosse estranhado pelos olhos atentos dos adultos que me observavam em campo) e a autoanálise foram modos de “fazer pesquisa”, mas também de sobreviver à pesquisa, pois mesmo nas dificuldades, gostaria de dar prosseguimento a ela. Gostaria de seguir com a pesquisa talvez nem tanto por mim, mas pelas

crianças pesquisadas, era a maneira que eu possuía de contar suas histórias, seu sofrimento, suas manifestações sobre um mundo tão latente e real que era o contexto de perder um ente e ter que encontrar modos de sobrevivência diante do esgarçamento do vínculo de parentesco.

Nas interações com as crianças, brincando, conversando e rindo, por vezes, os conflitos, ou melhor, a recordação de situações conflitantes e expressões de violência entrecortavam as conversas, ao ponto das brincadeiras tornarem-se manifestações dessas conflitualidades cotidianas. As crianças informavam através das brincadeiras e das práticas discursivas que *os conflitos são inerentes à vida social*²⁰ e também estão presentes nos momentos lúdicos de meninos e meninas da comunidade do Serviluz. Por um lado, tais situações não interrompiam a brincadeira, por outro, percebia-se que os conflitos estavam espalhados em todos os lugares que mantinham socialidades, em casa, na rua, na escola, no projeto, e isso as afetavam indistintamente. A memória era rica em detalhes para as situações de violência. O silêncio também entrava em cena e constituía esforço, percepção, aquela dor que não se encontra palavras, o inarrável, ou por não saber como se expressar (expressar essa dor) ou por ser um *não dito*²¹ (FOUCAULT, 2011).

Entre brincadeiras, silêncios e conversações

Nessa pesquisa duas ferramentas metodológicas foram sendo elaboradas e tornando-se fundamentais: a brincadeira e a conversação com as crianças²². Na busca de acessar seus modos de falar, silêncios e manifestações em situações de perda por violência letal e de esgarçamento da rede de relações sociais, mas também do laço parental, me dispus a escutar, brincar e conversar com as crianças, seja na casa delas ou em outros espaços da favela. Assim, fui construindo meu campo, ampliando a compreensão dos eventos críticos ocorridos cotidianamente no Serviluz. A brincadeira, que pode ser pensada alternadamente

²⁰ Georg Simmel (1983) concebe *os conflitos como inerentes à vida social*, ou seja, não é um fenômeno isolado e nem tão pouco uma patologia social.

²¹ Em “A ordem do discurso” (2011), Foucault analisa como se constrói a produção do discurso associado ao poder e ao saber (ou a verdade). A produção de um discurso pode ser controlada pelo número de procedimentos de controle/exclusão que esteja dominando a situação discursiva, sendo de três tipos: interdição (os tabus); separação (razão x loucura) e verdade/falso (passados pelo crivo da institucionalização). O “não dito” é uma forma de coerção e interdição dentro desse patamar, o que pode ser dito, quem pode dizer e quando se pode dizer, onde o controle da verdade é o objetivo.

²² Além das brincadeiras e das conversações, o diário de campo também esteve presente nessa pesquisa, pois acabou se constituindo como material empírico relevante para a compreensão do universo simbólico e lúdico das crianças, mas também, dos discursos dos adultos do Serviluz.

como objeto e metodologia, facilitou a aproximação com as crianças e também permitiu compreender como elas pensam as situações dos ameaçados de morte a partir de suas práticas narrativas e lúdicas. A brincadeira tornou-se recurso sério para a pesquisa do ponto de vista metodológico e também das condições existenciais, intersubjetivas, de convívio humano em campo. Na conversação, utilizei duas maneiras de trabalhar, as registradas por um gravador de voz ou as livres (ambas conversas informais). A convergência entre brincadeira e conversação possibilitou uma ampliação da experiência de campo, principalmente, no que tange à construção do difícil acesso aos eventos críticos de violência letal sofrido e presenciado pelos sujeitos. Os discursos com seus silêncios e as práticas socioculturais das crianças, como avaliam os eventos e como tais situações influenciam no imaginário infantil são os elementos principais da análise da agência simbólica e moral delas.

Todas as conversações foram realizadas com o consentimento dos responsáveis pelas crianças e, também, pelas próprias crianças. Aquelas registradas por um gravador de voz apenas foram realizadas após um longo período de interação.

As conversações gravadas foram um verdadeiro desafio, pois testar uma nova metodologia em campo é sempre algo que desperta ansiedade e insegurança no pesquisador e, quando os interlocutores são as crianças, me parece que as imprevisibilidades são alargadas e os desafios potencializados. O jogo de cintura entra em cena e o improviso, a criatividade da pesquisadora deve ser acionado a qualquer momento.

Na primeira tentativa, mas nas demais também, o estranhamento ocorreu de ambas as partes, pesquisadora e pesquisados, um gravador que inibe ambos os atores, um instrumento estranhado numa conversa e livre, solta e sem roteiro pré-determinado, apenas a escuta e o diálogo. As perguntas em meio às várias conversas vão fluindo e a criança ficando mais à vontade, mas acho que um pouco diferente dos adultos, (ou não, afinal, as crianças são mais espontâneas ao demonstrarem desconforto com algo) ela não esquecia que o gravador era o terceiro elemento em cena: eu, ela e o gravador de voz. Falava, ria e olhava para o gravador, ao passo que procurava se certificar que realmente estava sendo tudo devidamente gravado, mesmo com o incômodo, ela se sentia importante em saber que sua voz estava sendo gravada e estava participando de uma pesquisa. Ninguém poderia interrompê-la, pois a conversa era com ela e sobre ela. A pesquisadora no improviso comumente de campo a deixava à vontade, apesar da *escuta interessada* (BOURDIEU, 2012), e a respeitabilidade por sua narrativa se sobressaia.

Rosa (8 anos) foi uma das crianças que mais se expressou diante de todas as ferramentas propostas em campo. Ela também contribuiu na escolha sobre o que conversaríamos, do que brincaríamos e quais desenhos nós iríamos desenhar ²³, ou seja, ela comandava a pesquisa de campo quando eu estava em sua presença. A postura de Rosa se diferenciava das outras crianças pesquisadas. Essas sempre que possível me colocavam na situação de escolher a brincadeira e sobre o que conversaríamos, pois eu era a adulta (a tia) e sabia o que fazer, o que me causava desconforto, afinal, a proposta era escutar as crianças da maneira mais espontânea possível.

Enquanto algumas crianças interagiam para além das minhas expectativas, como Rosa, outras silenciavam o máximo possível, como foi o caso de Gabriela e Eduardo. O Eduardo (12 anos), irmão da Rosa, conversava horas comigo sobre quem ele era, o que gostava de fazer, dos planos que tinha para o futuro, mas quando fosse para falar do irmão assassinado na chacina da Estiva, o menino silenciava. Isso ocorreu em dois momentos: ou quando estávamos os dois sozinhos conversando ou quando sua mãe e irmãos estavam por perto. Dessa maneira, enquanto Rosa me deixava sem fôlego com suas lembranças sobre o irmão assassinado, suas brincadeiras e desenhos que remetiam àquela perda (e de modo espontâneo), Eduardo me provocava desconforto, angústia, enfim, não compreendia (inicialmente) porque para ele era tão difícil falar do irmão, apesar de que adorava falar sobre sua família e o quanto amava todos. A conversação gravada como Eduardo demorou longo tempo a ser realizada. Ele marcava e desmarcava comigo todas as vezes, mas até que se concretizou. Essa experiência não foi tão feliz. Creio que acabei deixando minha ansiedade e expectativa por sua fala emergir nessa conversação, ao ponto de tornar esse momento enviesado. Um erro cometido em campo, mas refletido.

Após essa conversação e entre minhas reflexões e escrita do diário de campo, percebi o erro que havia cometido. Todas as vezes que Eduardo falava da família e dos irmãos eu lhe interrogava sobre o irmão assassinado e ele, ou silenciava e mudava de assunto, ou dava respostas curtas e com uma voz embargada. A maneira que encontrei para me desculpar

²³ Rosa foi a única criança que se expressou pelo desenho durante a pesquisa de campo, assim como irei demonstrar em capítulo posterior. Na verdade, o desenho não foi uma proposta que lancei como fundamental nessa pesquisa, diferentemente da pesquisa monográfica, em 2014, pois preferi testar outras possibilidades de explorar os discursos das crianças. Mas por outro lado, se o desenho não era a proposta inicial, ele acabou que se inserindo na pesquisa pela intervenção da Rosa a partir de uma brincadeira, ou seja, o desenho transformou-se numa brincadeira interessante para compreender o universo simbólico e lúdico daquela menina. Segundo Pires (2007), “o desenho é um material de pesquisa interessante para captar justamente aquilo que primeiro vem à cabeça, aquilo que é mais óbvio para a criança. [...] os desenhos podem funcionar como um guia para a observação participante” (Ibid., p. 236).

com Eduardo foi conversando com ele dias depois, onde me retratei e disse que não faria mais aquilo. A reação de Eduardo me deixou confusa mais uma vez, ele disse: “Tia, não precisa pedir desculpas. Olha, se a senhora puder, podemos marcar outra conversa [gravada] próximo sábado”. Essa conversa não se realizou, primeiramente, porque estava terminando o campo e precisa me afastar para escrever o texto de qualificação, e, em segundo lugar, não estava preparada para essa conversa, pois sentia a necessidade de refletir melhor como ela poderia se processar sem ser tão violenta e sem ferir tanto as lembranças e os silêncios do Eduardo.

Dessa maneira, preferi excluir a transcrição dessa conversação nesse trabalho, em respeito à Eduardo (ao seu silêncio, à sua dor que ainda não consegue se expressar em palavras) e à minha reflexividade que ainda esta em processo de amadurecimento. Alguns podem se perguntar: Por que ela decidiu confidenciar esse “erro”? Porque acredito que as pesquisas não são perfeitas e os erros que comentemos em campo devem ser relatados para poderem ser refletidos juntos, entre outros pesquisadores e não-pesquisadores.

1 SERVILUZ E SUA HISTÓRIA SOCIAL

O *Serviluz* é *lar* e “porto seguro” para muitas pessoas. “Comunidade” para uns, “favela” para outros (os de “fora” e os de “dentro” se utilizam das duas designações dependendo da situação). É muito comum quando se quer denegrir a imagem da localidade dizer: “a favela do Serviluz”. Principalmente, quando o objetivo é intensificar as dificuldades de manutenção da subsistência e a ausência do saneamento básico, além do caráter dos moradores. Só conhece o Serviluz quem habita lá, quem tem história de vida lá. Isso aprendi desde o meu primeiro contato com a localidade. Mas qual é a história social do Serviluz? Por que recebe esse nome? Como se deu a construção socioespacial e de relações de uma das comunidades mais antigas da cidade de Fortaleza?

O historiador André Aguiar (2006) ressalva que o Serviluz é um núcleo habitacional com recente ocupação urbana, dada as transformações ocorridas nos espaços da cidade de Fortaleza, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX. As condições cotidianas dos moradores do lugar estão diretamente relacionadas ao modo de vida dos pobres na periferia urbana, principalmente, os das áreas litorâneas. Eles estão sempre na linha tênue entre as políticas públicas e os setores privados da cidade, entre contradições e mediações. O Serviluz está:

Situado entre o oceano Atlântico, o novo porto é um complexo industrial especializado no ramo de gás e combustível, esse estreito pedaço de praia no extremo leste de Fortaleza foi ocupado por um contingente bastante heterogêneo de trabalhadores. Ali, ainda hoje, pescadores, meretrizes, surfistas, portuários, trabalhadores da indústria, pequenos comerciantes e, sobretudo, trabalhadores do mercado informal, os ditos ‘biscateiros’, misturam-se, configurando aspectos particulares de uma comunidade culturalmente multifacetada e marcada por distintas experiências migratórias (NOGUEIRA, 2006, p. 10).

André Aguiar também discorre sobre a moradia das famílias na comunidade do Serviluz. Trata-se de casas apertadas em ruas bastante estreitas que parecem mais um labirinto, casas estas que constantemente se encontram ameaçadas pela invasão da areia das praias por conta dos fortes ventos. Há muitos relatos, segundo o historiador, de pessoas que tiveram suas casas derrubadas pelas ações dos ventos ou pela água da chuva. O avanço das marés, as cortinas de areias, a feroz ventania e depois, o fogo da indústria petroquímica,

formaram elementos que iam se misturando à paisagem social do lugar. Nogueira chama essa mistura de “relação orgânica, intensa e imediata entre homem e natureza, entre natureza e cultura” (NOGUEIRA, 2006, p. 10).

O nome *Serviluz* é originário do antigo *Serviço de Luz e Força de Fortaleza*, uma empresa geradora de energia elétrica extinta ainda nos anos de 1960. Com a desativação dessa, o nome *Serviluz* se tornou o nome popular para designar a favela que circundava a usina. Os moradores fazem um trocadilho em que ao mesmo tempo estão se reconhecendo como pertencentes daquela localidade: “Aqui é o *Serviluz*: de dia falta água e de noite falta luz”. (NOGUEIRA, 2006, p. 10).

O que ocasionou as primeiras ocupações no *Serviluz* e de grande parte da área leste da cidade foram o novo porto de Fortaleza e a sua transferência para aquela região, mas também a instalação de um novo ponto de meretrício em 1961, a chamada zona do Farol do Mucuripe, que entrou em “crise” nos anos 90. Os períodos de forte estiagem (1978-1982) que geraram intenso processo migratório para nossa capital, mas também o deslocamento de uma comunidade de pescadores que antes ocupavam a área do cais do porto, fez com que no fim dos anos 1970 o *Serviluz* estivesse povoado por uma diversidade de trabalhadores.

A praia do Mucuripe antes mesmo de tudo isso era um reduto de jangadeiros e prostitutas, mas com a construção do cais e chegada da indústria trouxe outros personagens: estivadores e outros indivíduos. No fim de 1970, com uma estiagem de quatro anos, novas favelas se formaram sobre as dunas da parte leste da cidade. Mas as favelas que circundavam o complexo portuário datam desde a década de 1940, no Mucuripe. Foi com a construção do novo porto que tudo se transformou na região.

No ano de 1970 a imprensa cearense divulgava a situação dos bairros periféricos nas páginas policiais, produzindo representações que não correspondiam à realidade. Sobre determinados espaços da cidade, como o *Serviluz*, traziam notícias categorizando esses espaços como “perigosos”. As associações comunitárias existentes se expandem após os anos 1990 e contribuem para uma melhoria do lugar.

Antes do término da construção do porto do Mucuripe, Fortaleza se encontrava em avançado e intenso processo de crescimento urbano em decorrência do inchaço populacional e pela favelização (como exemplo, na região de dunas da região leste se verificou uma acentuada aglomeração de pessoas vindas de diversas partes da cidade,

sobretudo, do interior do Ceará, ou seja, essa migração que possibilitou a ocupação dessa porção de Fortaleza). O porto e as fábricas que se consolidavam na região foram responsáveis pela numerosa quantidade de trabalhadores que além de trabalho firmavam moradia perto dos locais de labuta.

Onde se constituiu a comunidade do Serviluz, até o início dos anos 1960, apenas havia a paisagem formada pelo mar e pelo morro, quase não havendo ocupação humana no local. Mas Nogueira fala que a ocupação maciça do Serviluz pode ser dividida em dois momentos, o princípio da década de 1960 e o início dos anos 80. No primeiro momento, início dos anos 60, uma pequena porção da praia foi tomada por pescadores retirados da área do porto e nesta mesma época se iniciava o período áureo da pesca da lagosta, atividade que atraía muitos trabalhadores oriundos do interior do Ceará para a região do Mucuripe. A ocupação dessa área se deu também por conta da Colônia de Pescadores se encontrar em interseção com a Capitania dos Portos, onde parte do terreno da marinha foi concedido para a habitação dos pescadores. No segundo momento, as atividades portuárias criaram necessidades de moradia para os trabalhadores do cais, então, na região do Serviluz, foi disponibilizada uma pequena vila, próxima ao porto e paralela a linha férrea desativada, a Estiva.

As migrações ocorridas em fins de 1970 e princípio de 1980 para a localidade se caracterizaram por uma variedade de trabalhadores dedicados a profissões urbanas, diferentemente da ocorrida na década de 60, onde o Serviluz foi tomado por pescadores e prostitutas. Essa característica do bairro “foi tanto uma consequência da segregação espacial imposta às camadas pobres da cidade quanto uma clara demonstração de que os pobres não foram totalmente expulsos da praia, quando essa passou a ser economicamente valorizada” (NOGUEIRA, 2006, pp. 58-59).

A prostituição figurava desde o início das obras do novo porto. A zona de meretrício de Fortaleza, recém-transferida para a região a leste da cidade, se localizava logo atrás do empreendimento portuário, o que indicava que a pobreza e a prostituição deveriam ser isoladas. A prostituição era do tipo de bordéis, que se diferenciava em muitos aspectos da praticada nas ruas. Havia campanhas e exigências públicas da vizinhança que os bordéis fossem removidos de perto das “casas de bem e de família”, pois uma zona de prostituição específica poderia trazer um estigma à localidade. O Farol do Mucuripe abrigou essa leva de prostitutas, que segundo Anjos Júnior (1983), 90% das mulheres eram oriundas do interior do

Ceará ou de estados nordestinos próximos. A ampliação dessas mulheres era de acordo com o movimento da zona portuária, jovens migrantes e estrangeiras. As madames desempenhavam papel importante nesse universo, eram elas que iam ao interior do estado recrutar jovens para trabalharem nos cabarés e eram elas também que negociavam diretamente com o prefeito de Fortaleza a transferência da “zona”. Havia 70 cabarés na região do Farol, onde entre quatro e seis mulheres estava em cada um. O estabelecimento disponibilizava de serviços de bar, espaço para dançar e aluguel de quartos. O desenvolvimento comercial do local se expandiu também com os botecos aos redores, com o consumo interno de alimentos, cosméticos, perfumes e roupas. Os estrangeiros pagavam em dólar. Anjos Júnior (1983) diz que os cabarés eram frequentados por americanos, franceses e que brasileiro não tinha vez, pois as mulheres tinham *status*. Elas ganhavam muito dinheiro e se vestiam bem, algumas juntaram uma “boa grana” ou se casaram com os estrangeiros, mas outras se casaram com os pescadores e trabalhadores da localidade e constituíram suas famílias por ali.

Mas o Farol não se restringiu apenas a zona de prostituição, a praia era local de lazer para muitas pessoas de “fora” da comunidade, sobre isso Nogueira (2006) discorre:

A zona de prostituição levava o nome do farol desativado que foi transformado em museu e, mesmo sendo alvo de preconceitos devido à sua localização, o Farol do Mucuripe foi durante certo tempo um importante ponto de visitação turística da cidade. Nos depoimentos, percebe-se que várias personalidades de Fortaleza e estrangeiros endinheirados se misturavam alegremente às mulheres e pescadores que residiam nos arredores. O “acolhimento” tornou-se uma prática econômica e cultural importante para a comunidade. Altos funcionários das multinacionais em estadia na cidade, muitos dos quais também estrangeiros, tinham nessa localidade a possibilidade de diversão e entretenimento ao lado da empresa que trabalhavam. Com toda essa movimentação, não apenas as casas noturnas lucravam, o pequeno comércio local cresceu consideravelmente, [...] e as pequenas mercearias foram se transformando para atender um público exigente e diversificado (NOGUEIRA, 2006, p. 63).

Diante desse crescimento local pescadores e “lagosteiros” (na época, a lagosta era de grande lucratividade) usufruíam dos serviços sexuais das mulheres do Farol, mas mesmo assim elas davam predileção aos marinheiros, pois eram menos grosseiros e generosos nos pagamentos. Nogueira percebeu em sua pesquisa historiográfica que há na fala das pessoas certa recusa e negação sobre a história do lugar relacionada à prostituição na comunidade, como uma espécie de “mancha negra”.

O Serviluz resguarda uma diversidade cultural abrangente, as práticas culturais juvenis mais intensas são: pesca artesanal, surfe, música, dança, estilo de vida praieiro, religiosidade popular e projetos sociais. Sá (2010) acrescenta que diante dessa diversidade há duas práticas desenvolvidas na comunidade que são suas maiores riquezas: a pesca artesanal e o surfe. Desde bem pequenas as crianças já praticam uma dessas atividades e é onde, na maioria das vezes, seus primeiros processos de socialização.

Outros discursos sobre o Serviluz são disseminados e muitas vezes de maneira superficial. Falo daqueles apresentados nos noticiários da cidade. Esses sempre trazem matérias sobre o Serviluz relacionadas ao Titanzinho que tem sua história marcada pela relação forte com o mar, sua beleza natural, o surfe, os projetos sociais que desenvolvem atividades com os jovens nativos, os grandes nomes do surfe internacional oriundos do Serviluz (por exemplo, a surfista Titã Tavares que conquistou diversos prêmios), a relação dos moradores com o mar, porém, logo em seguida, falam dos problemas estruturais e de saneamento básico que a comunidade sofre. Em outras matérias jornalísticas apresentam os casos de homicídios e outros crimes no interior da comunidade. Os noticiários já divulgaram também que 90% da população do Serviluz é beneficiada com o Bolsa Família e 80% têm apenas o Ensino Fundamental e vivem na informalidade, mas que 20% da população total do Serviluz sobrevive ainda da pesca, a atividade mais antiga da região. Em 2010 tramitava um projeto para a construção de um Estaleiro ²⁴, com a perspectiva de gerar 1.200 empregos diretos, onde 80% seriam de baixa qualificação e, segundo o governo, beneficiaria grande parte da população do Serviluz ²⁵. Mas tal vultoso empreendimento não foi executado devido as pressões de moradores e lideranças comunitárias que estavam receosos pela remoção de diversas famílias.

1.1 Serviluz, favela à beira-mar

A orla marítima da cidade de Fortaleza (CE) é, historicamente, um lugar de moradia das camadas populares. São zonas de alta vulnerabilidade civil e socioeconômica ²⁶.

²⁴ Fábrica de navios gaseiros para a *Petrobras Transporte S/A – Transpetro*.

²⁵ Notícia divulgada pelo jornal *Diário do Nordeste*, em 10 de fevereiro de 2010, “A simplicidade do Serviluz”. <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/a-simplicidade-do-serviluz.1.734754>>.

²⁶ Sá (2010) argumenta que o Serviluz é uma área de risco segundo a Defesa Civil de Fortaleza, pois está no quintal de uma distribuidora da *Petrobras*, que armazena produtos inflamáveis e altamente explosivos.

Os segmentos populacionais destes lugares de ocupação popular enfrentam em disputas sociais e históricas os segmentos hegemônicos com seus investimentos e agenciamentos de poder social baseados na violência organizada, e também em modernos procedimentos de especulação imobiliária e financeira. Portanto, as favelas à beira-mar estão em lutas históricas contra a segregação socioespacial que foi estabelecida de acordo com os critérios e os movimentos dos padrões de moradia de camadas médias, médias altas e ricas da cidade. A população, principalmente, crianças e adolescentes, está inserida em situação de alta exposição à violência letal, conflitos armados entre traficantes de drogas, exploração sexual de crianças e adolescentes, e uma onda de homicídios sem precedentes na história do Ceará. A taxa de homicídios no Serviluz é praticamente o dobro do restante da cidade, a morte matada por arma de fogo é recorrente e faz parte da realidade cotidiana dos moradores (SÁ, 2010, 2013; AGUIAR; SÁ, 2015).

O Serviluz é uma favela à beira-mar situada numa faixa de praia de pouco mais de três quilômetros enquistada na zona portuária, entre o cais do porto e o início do circuito de turismo e lazer da Praia do Futuro. Seu nome oficial não consta como Serviluz na Secretaria Executiva Regional II, e sim como Cais do Porto ²⁷. Dessa maneira, o Serviluz inexistente na configuração urbana de Fortaleza e quando falamos dele estamos falando de um dos bairros situados no Grande Vicente Pinzón, entre o Mucuripe e a Praia do Futuro ²⁸.

Essa “favela” do litoral leste da cidade de Fortaleza abriga 22.382 pessoas ²⁹ distribuídas em aproximadamente cinco mil famílias, em uma área de 2,56 km². Essa comunidade pode ser compreendida como uma comunidade de “glórias” (prêmios conquistados pelos moradores nos campeonatos de surfe do circuito nacional e mundial), disputa de território entre facções rivais, “perdas” (altos índices de violência letal e outras modalidades de interação violenta), marcada fortemente pela segregação socioespacial ³⁰, lutas e resistências, abandono dos poderes públicos, onde os direitos pela vida, direitos à

²⁷ Vide Mapa 1 (Anexos).

²⁸ Mas o Serviluz não é a única “favela” à beira-mar da orla marítima de Fortaleza. Existe ainda Vila Velha, Barra do Ceará, Pirambu, Cristo Redentor, Moura Brasil, Poço da Draga, Praia do Futuro e Caça e Pesca. Assim como estas, o Serviluz é uma comunidade no litoral leste da cidade de Fortaleza, onde vivem 22.382 pessoas distribuídas em aproximadamente cinco mil famílias, em uma área de 2,56 km².

²⁹ Esse número não corresponde a realidade, segundo o historiador André Aguiar, pois a dimensão geográfica confusa não corresponde à totalidade da população que lá habita. Estatísticas oficiais se chocam diante dos dados.

³⁰ Como mencionado no início do texto, essa segregação socioespacial dentro da comunidade se deu em decorrência do funcionamento da principal zona de meretrício da cidade (entre 1960 e 1990), que mesmo entrando em colapso não desapareceu por completo, pois surgiram novos mercados do sexo diferentes do formato antigo, destacando aqui a exploração sexual infantil.

saúde, à educação, ao lazer, à alimentação são “esquecidos”, são negligenciados a essa população. As relações, as práticas, os discursos nesse contexto são dos mais variados possíveis.

A renda média do Serviluz, segundo os dados do Censo demográfico de 2010, é de R\$393,02, ou seja, inferior ao salário mínimo ³¹. Mas o que mais chama a atenção é o fato de estar localizado numa das Regionais (SER II) mais ricas da cidade Fortaleza ³², pois entre os dez (10) bairros mais ricos da cidade, a Regional II possui os 9 bairros mais ricos. Outro aspecto revelador das condições sociais da comunidade diz respeito ao seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). O IDH – Educação ³³ figura entre os 10 piores de Fortaleza, mas o melhor índice está para a Regional II se comparada com as outras Regionais, o que configura um verdadeiro disparate o fato de o Serviluz estar localizado na SER II. Sá (2010) analisa outras perspectivas que representam a situação socioeconômica e histórica da comunidade.

Destarte, a população residente no Serviluz está marcada por três fontes principais de estigmatização, marginalização e exclusão social. A primeira fonte está ligada à prostituição, pois no Farol Velho, porta de entrada do Titanzinho, funciona uma das mais antigas zonas de baixo meretrício da cidade com concentração de cabarés e de trabalhadores e trabalhadoras do mercado do sexo, com casos graves de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, violações, violência doméstica e sexual em geral. A segunda fonte é a da periculosidade criminal associada aos conflitos armados entre facções juvenis rivais com arsenais de armas que promovem guerras, vinganças, homicídios rituais, além de estarem envolvidos em diversos graus com o mundo do crime onde imperam acertos de contas, assaltos, furtos, roubos, tráfico de armas, de drogas e alta criminalidade letal. A terceira fonte de estigmas e de imputações negativas é relativa aos riscos socioambientais da área de moradia da comunidade, que está sujeita a incêndios, explosões, soterramentos e contaminações devido à vizinhança inflamável e poluente do complexo industrial portuário do Mucuripe no bairro Cais do Porto (SÁ, 2010, pp. 183 - 184).

³¹ O salário mínimo atual é de R\$724,00, para fins comparativos.

³² A Secretaria Executiva Regional (SER) II é formada por 20 bairros, onde moram 325.058 pessoas. O grande objetivo da Regional II é reduzir os desníveis sociais entre seus bairros. A Regional II abrange a Aldeota, bairro com grande adensamento comercial e de serviços, responsável por importante fatia da arrecadação municipal. Os bairros da SER II são: Aldeota, Cais do Porto, Cidade 2000, Cocó, De Lourdes, Dionísio Torres, Engenheiro Luciano Calvalcante, Guararapes, Joaquim Távora, Manuel Dias Branco, Meireles, Mucuripe, Papicu, Praia de Iracema, Praia do Futuro I e II, Salinas, São João do Tauape, Varjota, Vicente Pinzon. Fonte: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/regionais/regional-II>>. Nessa regional ainda temos Castelo Encantado e morro Santa Teresinha, duas comunidades com perfil semelhante ao Serviluz.

³³ O IDH – Educação é calculado a partir da variável Porcentagem da População de 10 anos ou mais alfabetizada.

Para além dos dados estatísticos, a “favela” do Serviluz tem uma praia que é a sua *festa*, dela se tira o sustento pela pesca, se “tira onda” para surfar e se divertir e também há campeonatos de surfe local. Na praia se bate um racha de futebol, no mar se banha o corpo que já é salgado desde os tempos de infância. Uma prática recorrente de crianças, adultos e idosos é a contemplação do mar na ponta do espigão. As *socialidades* se constroem no “fluxo das ondas” entre a praia do Titanzinho e a praia do Vizinho ³⁴. Um paraíso sem igual que deixa encantado tantos visitantes. Um paraíso natural que também é banhado por um “mar de sangue” e de lágrimas, mas também de esperança, como exemplo, o esporte como construção de cidadania e “salvação” dos jovens.

A dinâmica das ruas, vielas e becos do Serviluz é extremamente relevante para compreender suas singularidades e semelhanças com outras comunidades e bairros de Fortaleza. Muitos bares e pequenas mercearias já estão abertas logo de manhã cedo, a movimentação de pessoas se intensifica, (os “de dentro” da comunidade voltando do trabalho, pelo menos aqueles que trabalham no período noturno, ou os “de fora” chegando para surfar, ou ainda, pessoas se encaminhando para apanhar o transporte público com destino aos seus trabalhos), homens aparentemente alcoolizados movimentando e agitando onde passam, crianças brincando de bola, de bila ³⁵ ou conversando nas calçadas. As interações e as conversas nas ruas se estendem de esquina em esquina, assuntos que vão desde qual time local irá ganhar no campeonato de futebol até a comida que irá para o fogo naquele dia. Mulheres varrem suas calçadas todos os dias, lavam roupas nessas mesmas calçadas em bacias grandes e conversam com a vizinhança e com os passantes, simultaneamente. Sempre aos sábados nos finais das manhãs é costumeiro se encontrar pelas ruas do Serviluz muitas mulheres e homens desempenhando atividades domésticas entre a porta de casa e a rua, pois é o dia que estão de folga do trabalho, “é o dia de lavar roupa suja”. Os varais espalhados pelas ruas e vielas configuram o cenário dos fins de semana, onde passar pela rua se torna um desafio, pois os passantes driblam e disputam espaço com as roupas que secam. Nas ruas também observamos pichações nos muros dos comércios e em pontos de esquina, como exemplo, “comando favela”, “O Titanzinho precisa de Deus”. Inscrições que sempre remetem ao contexto violento dos conflitos e na expectativa de dias melhores.

³⁴ A praia do Vizinho recebe essa denominação porque se encontra ao lado da praia do Titanzinho, logo após o paredão. Essa praia é uma das prediletas para banhistas, surfistas e pescadores, não sendo menos importante que a do Titanzinho.

³⁵ A bila também recebe a denominação de bola de gude, mas, usualmente, os moradores chamam o brinquedo de “bila”.

As crianças também fazem parte da paisagem cotidiana da localidade. Logo de manhã cedinho elas passam com o saco de pão que será acompanhado do café quentinho que espera em casa. Crianças aos montes acompanhadas entre elas ou entre adultos, mas sendo mais raro vê-las andando livremente em turmas, de bicicleta na direção ou na garupa, ou caminhando. Na casa das crianças, as avós, tias, mães, irmãos, pais ou padrastos esperam o pão para irem trabalhar ou exercer outras atividades. Na casa das crianças há poucos cômodos e a família, sendo numerosa, dorme amontoada. As casas aparentam constantemente estado de reconstrução. Não há uma semana dentro de uma rua que não se observe uma obra sendo iniciada. As meninas, geralmente, não possuem quartos e dividem com os irmãos homens. As casas poderiam ser barracos na beira da praia ou casas simples ou ainda casas duplex. Outros jovens que já moram na rua preferem o chão como cama, pois é mais “friozinho”³⁶.

Independente do dia da semana, a praia do Titanzinho sempre está repleta de usuários. Não é muito difícil encontrar algum jovem pelas ruas com uma prancha embaixo do braço. Os surfistas mais destacados na prática do surfe são fotografados por profissionais e assediados pelos jovens da comunidade. A filha do Titanzinho e a atleta de surfe reconhecida internacionalmente, Tita Tavares, está costumeiramente marcando presença nas calçadas da comunidade e rodeada por crianças e adolescentes que sonham ser com ela quando crescerem. Mas a praia não é ocupada apenas pelos “de dentro”, é frequente a movimentação de “carrões”³⁷. Os “de fora” aprendem a surfar no Titanzinho através de aulas particular promovidas pelas diversas escolas de surfe existentes por lá. Muitos desse público chegam de madrugada quando o pico das ondas está perfeito. Os moradores costumam relatar que a atração dos “de fora” pela comunidade, principalmente pelo Titanzinho, se dava por dois motivos (que podem ser pensados separados ou em interseção): o Titanzinho abrigar o melhor pico de surfe do Ceará e a procura por drogas ilícitas.

Os costumes alimentares da comunidade e suas práticas interativas também compunham o cenário do Serviluz, como exemplo, um senhor agachado na calçada de casa segurava um pão numa mão e um peixe na outra; ia comendo os dois simultaneamente. O costume de comer na própria panela em que o alimento foi feito também era comum de se ver nas calçadas. Os jogos nas ruas a qualquer horário do dia perfaz uma das práticas de diversão mais vistas nas ruas da localidade. Os grupos de jogadores de cartas, xadrez e bingos, na

³⁶ Expressão de um “ex-menino de rua” voluntário de um projeto social da comunidade.

³⁷ Outros “carrões” sempre se fazem presente na comunidade, as viaturas do Ronda do Quarteirão que já fazem parte do cenário cotidiano.

maioria das vezes, são apenas de mulheres ou de homens, onde jovens, adultos e velhos se reúnem na calçada de um vizinho.

Diante de todo contexto apresentado até aqui há um cenário preocupante nessa comunidade, o Serviluz é considerado uma das favelas mais violentas pela ordem simbólica da cidade e está militarmente ocupada pelo Estado (SÁ, 2010) e, recentemente, passou a abrigar uma sede do *Ceará Pacífico*, projeto de realização do atual Governador, Camilo Santana. Muitas problemáticas afetam o lugar: a falta de água, luz, saneamento básico, a ameaça do avanço do mar contra os barracos e um constante “comer com areia” em detrimento dos ventos fortes (NOGUEIRA, 2006); as lutas entre gangues juvenis, lutas faccionais, “há períodos de calmaria no Serviluz e períodos de guerra aberta” (SÁ, 2010, p. 247). Os jovens do Serviluz possuem relações intersubjetivas abrangentes dentro da comunidade e demonstram possuir respeito por suas redes de parentesco e amizade, *consideração* (SÁ, 2010). Mas no universo das lutas armadas eles dizem: “antes a mãe dele chorar do que a minha”. Eles atribuem a esse estilo de vida como algo natural a dinâmica de pessoas envolvidas no crime e explicam: “o caçador deve ter mais predadores para não ser a caça do dia”. A lógica interna tem sua ordem, por exemplo, um jovem da comunidade que rouba os de “dentro” da favela é considerado um problema sério e com total descrédito. Os mercados ilícitos de drogas e armas estão presentes, mas não são os únicos motivos da situação de morticínio dos jovens. Disputas por segmentos territoriais, disputas amorosas, vingança familiar, discussões banais em contextos interacionais perfazem as dinâmicas da violência armada letal na favela do Serviluz. As “tretas”³⁸ muitas vezes de cunho interpessoal passam a ser coletiva, uma gama de conflitualidades se instauram nas relações intersubjetivas e nas práticas cotidianas da localidade, podendo uma pessoa se tornar uma figura subjetivamente indesejada na favela.

As crianças, os adolescentes e os jovens do Serviluz estão cotidianamente em situação de exposição à violência e à criminalidade ligada ao mundo das drogas e de tráficos de armas com recrutamento ainda na infância para realização de assaltos e outras ações criminosas. Estão expostos à violência institucional, principalmente, à violência policial. Além do mais, estão na fronteira dos agenciamentos realizados para a exploração sexual de crianças e adolescentes e o recrutamento para o mercado do sexo. São sujeitos sociais com

³⁸ As tretas são confrontamentos corporais ou discussões, armados ou não, entre os jovens da comunidade em decorrência de variadas motivações: disputas e controle pelo tráfico de drogas e de armas, ou ainda, por zonas de assalto, conflitos interpessoais e, na maioria das vezes, por questões banais, por exemplo, um circuito de fofocas na comunidade podem ocasionar guerras letais e delimitações simbólicas do espaço.

baixa escolaridade, vítimas dos altos índices de drogadição no ambiente familiar, incluindo mães e pais, da insegurança alimentar e da exclusão sociocultural (AGUIAR; SÁ, 2015).

No dia a dia, os eventos de violência letal são frequentemente presenciados pelas crianças na favela. Algumas das crianças com quem mantenho interlocução podem ser definidas pelo seguinte tipo ideal, apresentado de modo descritivo, como se fosse um relato real, mas se trata de um caso do possível³⁹: algumas crianças pesquisadas são filhos de pais usuários abusivos de drogas, de traficantes de drogas, ladrões, assaltantes, prostitutas, homicidas. É comum o pai ou algum membro de sexo masculino da família estar “marcado para morrer” ou ser “envolvido” no mundo do crime, também é comum crianças filhas de ex-presidiário, homens agressores domésticos, inclusive, com relatos frequentes de abuso sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, entre outras características que fazem das crianças interlocutoras da pesquisa de campo sentirem-se distantes dos padrões de sociabilidade de crianças das camadas médias. É recorrente, além do grande medo que sentem as crianças, elas nutrirem sentimentos de vingança em relação aos parentes já atingidos pelas conflitualidades e chacinas. Há a crença social de que crianças quando crescem buscam vingar seus parentes assassinados. De modo que esses relatos ganham força de crença, sendo confirmados por narrativas de casos que respaldam essa intenção. As redes familiares vão distribuindo as crianças entre si para educá-las coletivamente⁴⁰, as situações mais complexas são das crianças abandonadas à própria sorte, são um pequeno grupo, mas chamam a atenção da coletividade.

Um exemplo desse cuidado coletivo é Márcio, morador do Serviluz e coordenador de um projeto missionário sem fins lucrativos e que se sustenta através da ajuda dos moradores. Ele acolhe, protege e sempre se faz presente no crescimento de Messias, um menino de 5 anos que é seu vizinho. A mãe de Messias é usuária abusiva de drogas, o pai é ex-usuário e ex-presidiário, atualmente mora no interior do Estado, não reconhece o filho e possui outros filhos com outras mulheres. O menino têm mais três irmãs (por parte de mãe), 6, 13 e 14 anos, respectivamente. A irmã mais nova de Messias é criada pela avó paterna e as

³⁹ “Caso do possível” é uma espécie de técnica narrativa e etnografia utilizada por Sá (2010), onde o pesquisador se baseou em relatos reais, mas ao mesmo tempo mesclou várias histórias (reais) para exemplificar a situação dos interlocutores, como se fosse uma ficção da vida real. O objetivo de tal narrativa é a não identificação das pessoas e abrangência dos casos transformados num tipo ideal.

⁴⁰ A circulação de crianças é uma prática nas camadas populares, as crianças transitam entre as casas de diversas “mães”, sendo essas mulheres pertencentes à rede de parentesco ou não (FONSECA, 1999). Acrescentamos que não apenas mulheres figuram com cuidadoras de crianças abandonadas à própria sorte na favela do Serviluz, os jovens, sendo parentes ou não, também atuam como cuidadores.

duas mais velhas são usuárias abusivas de drogas como a mãe. As meninas atuam em atividade de roubo na praia e estão atualmente em cumprimento de medidas socioeducativas. A casa de Messias é um “internamento”, ou seja, dia e noite estão a mãe, seu tio materno e vários amigos da mãe usando drogas e, além disso, a casa sempre está muito suja e os ratos são presença constante. Nessas condições, Márcio conseguiu um abrigo para Messias e logo depois enviou a mãe do menino para uma casa de recuperação de dependentes químicos, e sempre que lhe é possível faz visitas aos dois. Dessa maneira, o jovem tornou-se o cuidador dessa família, o tutor familiar e comunitário não apenas dessa, mas de muitas outras. Porém, infelizmente, nem todas as crianças nas condições de Messias ou em situação pior têm esse acolhimento comunitário na favela. Desenvolvem-se quase que por conta própria. Sobre as crianças Sá (2010) explana que elas crescem no *mundão* e aprendem com ele, pois:

[...] são acolhidas e rejeitadas pelo mundo por não terem tipo acolhimento em suas famílias. O que é o mundão? Mundão é algo que se diz de boca cheia, ‘eu vim do mundão’, ‘eu fui do mundão’, ‘me criei no mundão’ [...]. O mundão é o lugar da irmandade no crime. Mas também da irmandade na sobrevivência, o que implica principalmente receber afeto, carinho e atenção de alguém. [...] as crianças brincando de peia, aprendendo a brigar em torneios informais de vale-tudo, ou brincando de polícia e bandido com cabos de vassoura e pedaços de madeira que simulam as pistolas dos confrontos reais que assistem sistematicamente em seu mundo vivido, em seus locais de moradia, se objetivando como objetos de violência (SÁ, 2010, pp. 248 - 256).

Ainda como um caso do possível, há também as crianças sem pai na favela, a mãe passa o dia fora labutando pelo sustento da casa e as crianças vão para a escola municipal da comunidade ou então para outras escolas de periferia, isto quando não há vagas ou são inexistentes as escolas dentro da comunidade. Após a manhã na escola meninos e meninas gostam de brincar na rua de bola, de pular corda, de pega-pega, de “bila” (bola de gude) ou de “peia” (chicote) ⁴¹ com os coleguinhas. Em decorrência de múltiplas exclusões e violações dos direitos de crianças e adolescentes, alguns meninos são “convidados”, ou melhor, recrutados ainda muito jovens para serem “aviãozinho” do tráfico de armas e de drogas da favela, sendo oferecido como recompensas um tênis da moda e alguns trocados. As crianças e os adolescentes se tornam “meninos envolvidos no crime”, mesmo que engajados ou terem passado pelos vários projetos sociais dentro da comunidade. “Trampando” como “aviãozinho”

⁴¹ A brincadeira da “peia” é uma prática infantil na comunidade do Serviluz. As crianças montam uma roda cercando um colega e o surram simultaneamente, e ele precisa se defender do ataque coletivo, há uma dimensão de aprender a se defender numa briga nessa brincadeira. Em outra versão da brincadeira, forma-se uma roda e “quem falar primeiro, leva peia”, segundo um de meus interlocutores.

inicia seu “vício” nas drogas e começa a furtrar as encomendas para seu próprio uso. Os traficantes desconfiam e ele deve começar a pagar pelo que consome. A dívida aumenta. Passa a assaltar e a furtrar os de “dentro” e os de “fora” da comunidade para alimentar o seu consumo de drogas e pagar o débito. Aos 12 anos, aproximadamente, a criança já pode ter perdido seus grandes amigos de infância, assassinados por dívidas de drogas e conflitos interpessoais em contextos mesclados. Os assaltos e os furtos aumentam e a polícia vai lhe “marcando”. Os furtos aos moradores e aos vizinhos da comunidade vão se tornando constantes, gerando uma revolta comunitária contra a criança. Então, um comerciante, um dono de mercearia, não aguentando mais as “estripulias” do moleque encomenda a alguma gangue ou policiais ou seguranças privados para “dar-lhe um jeito”. Pode ser uma surra, mas com o tempo pode estar “marcado para morrer”. Aos 18 anos, mais tardar, pode ser morto na esquina de casa ou em outra rua próxima. A comunidade local perde mais uma vida. (AGUIAR; SÁ, BARREIRA, 2015).

1.2 As segmentaridades no Serviluz

A *segmentaridade*⁴² (DELEUZE E GUATTARI, 1996) é, por vezes, *dinâmica*, *flexível* e, outras vezes, *dura*. Ambas são potentes em conteúdo e forma. Dessa maneira, podem fazer alusão a configuração simbólica dos segmentos do Serviluz, mas também, podem traçar as percepções dos moradores da comunidade. Pensar as segmentaridades a partir de Deleuze e Guattari é um esforço de compreensão para analisar os segmentos do Serviluz na sua dimensão flexível e molecular, como líquidos (BAUMAN, 2001), mas também, como

⁴² Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996) elaboram a noção de *segmentaridade* para serem capazes de analisar os diferentes agenciamentos nas sociedades complexas, por exemplo, as máquinas do Estado. Os modos de segmentação organizam as sociedades, tanto “primitivas” quanto “modernas”, e eles são de três tipos: *binária* (por exemplo, homem x mulher), *circular* (por exemplo, os círculos concêntricos que a cada dia dependemos mais e constitui cada indivíduo; círculos espaciais: a “cidade”, o “bairro” etc.) e *linear* (os processos lineares que nos estruturam: a família, a escola etc.). Ao sairmos de um processo já entramos num novo, isso é o que os autores chamam de *linhas em fluxos*. Sendo assim, eles esclarecem que somos tão segmentarizados quanto as sociedades “primitivas”, ou seja, diferenciar “modernos” de “primitivos” não faz o menor sentido. Além disso, a binaridade entre “segmentaridade” e “centralidade” é muito fraca para os objetivos de Deleuze e Guattari, pois a primeira diz respeito à flexibilidade das sociedades ditas primitivas, afinal, elas não absorvem a centralização de poder num aparelho de Estado, e, a segunda, corresponde à política moderna (sólida e estável). A vida moderna é segmentarizada, mas, diferentemente das sociedades “primitivas”, eliminou a segmentaridade dos modos de existir e a endureceu singularmente. Dessa maneira, a melhor distinção a ser feita é entre segmentaridade flexível (“primitiva”) e segmentaridade endurecida (“moderna”). Na primeira, o poder converge para todas as direções, sem centralização, enquanto que na segunda, o mesmo não ocorre. Mas essas noções na prática são entrecruzadas, havendo flexibilidade no endurecimento e rigidez na flexibilidade, na qual toda a sociedade (mas também os indivíduos) são entrecortados por ambas segmentaridades (uma *molar* e outra *molecular*).

simbólicos (BOURDIEU, 1998) e estigmatizados (GOFFMAN, 2012), ou seja, *segmentaridades líquidas, simbólicas, estigmatizadas* em fluxos contínuos e espalhadas na vida coletiva dos moradores.

O Serviluz é entrecortado por fronteiras e áreas de conflito onde ocorrem diversas disputas por território entre facções rivais, assim como, vários conflitos de fronteira e isso, conseqüentemente, se reflete em disputas armadas letais dentro da “favela”. Alguns desses segmentos territoriais são: Farol Velho (zona de baixo meretrício) ou Favela, Titanzinho (onde há a maior concentração da rede de parentesco e onde o surfe é destaque), Estiva (que surgiu em 1960, juntamente com o segmento do Farol e foi ocupado por estivadores e suas famílias. A permanência destes trabalhadores se justificava por ficarem mais próximos do local de trabalho), Campo do Paulista (segmento dos comerciantes locais e dos donos de peixarias), Rua do Bagulho, Portão, Boca do Golfinho, Rastro, Pracinha (o mais recente segmento da comunidade) e Sardinha. Esses segmentos e suas fronteiras são *simbólicos* (BOURDIEU, 1998), e desempenham importância na vida do bairro. Tais segmentos e suas fronteiras são repressivas zonas de poder, mas são nestas que se constroem as trajetórias, as subjetividades, as sociabilidades e as *interações cotidianas* (GOFFMAN, 2012) de crianças, adolescentes, adultos e idosos do lugar, ou seja, um alto grau de significação é percebido na vida social daqueles que nasceram e se criaram ou chegaram para morar no Serviluz já na fase adulta. Um aglomerado de gerações e histórias a se contar compõe a história da própria comunidade.

Na percepção dos interlocutores, entre jovens, crianças, lideranças comunitárias e profissionais que trabalham na localidade, os principais segmentos do Serviluz são: Titanzinho, Estiva e Pracinha. A visibilidade direcionada a esses segmentos está legitimada em três eixos: 1) são nesses segmentos que se concentram os “bichões da favela”⁴³, as “tretas” entre os jovens e os assassinatos; 2) em consequência do primeiro eixo, alguns projetos sociais e atividades comunitárias visam integrar a juventude da comunidade das três áreas, pois a maioria dos moradores não pode deslocar-se de um segmento ao outro, correndo risco de vida; 3) para, além disto, dentro dessas espacialidades simbólicas mencionadas como as principais, acerca de dois anos têm surgido segmentos de “uma rua para a outra”, ou seja, segmentos dentro dos segmentos estabelecidos ou definidos/conhecidos. Os conflitos estão se inflamando e se esvaindo. Alguns interlocutores acreditam que, diante dessa dinâmica, daqui

⁴³ Bichão da favela (SÁ, 2010) é um termo multifacetado e nativo, que corresponde aos jovens armados da favela que dominam o mundo do crime e ditam as regras no território.

há algum tempo Titanzinho, Estiva e Pracinha irão desaparecer, pois vão se fragmentar cada vez mais por conta das lutas entre as facções armadas e das “tretas” interpessoais.

Mas e as crianças o que teriam a relatar sobre essa dinâmica das segmentaridades sociossimbólicas no Serviluz? Meninos e meninas, entre 4 e 12 anos de idade, participantes de um projeto social missionário no Serviluz ⁴⁴, relataram seus pontos de vista sobre as *segmentaridades* armadas e de conflitos do lugar, em rodas de conversação ⁴⁵ ou através de desenhos e pelas conversas informais produzidas na minha pesquisa monográfica no ano de 2014.

As crianças percebiam as fronteiras simbólicas, mas também, as internalizam nas suas interações e ressignificam as representações existentes dos segmentos territoriais de conflitos, além de confrontarem-se cotidianamente com experiências de distanciamento intersubjetivo entre elas e todos os outros moradores. Expressavam fortemente a Estiva como uma *ameaça em potencial* ao Titanzinho, assim como os interlocutores adultos. As crianças que na roda de conversação defenderam a Estiva, diziam que era um local “bom” e que “não gostam” do Titanzinho ou da Pracinha, eram moradoras da Estiva. Elas compreendiam que pessoas de uma determinada área não poderiam passar para outra, pois isso corresponderia um *risco de vida*. O imaginário das crianças e as significações que faziam das *segmentaridades* estavam sempre conjugados aos assassinatos, às ameaças de morte e a todo conflito interpessoal e cotidiano da favela.

Não podemos deixar de ressaltar que muitas dessas crianças tinham suas redes de parentesco envolvidas no crime, haviam perdido irmãos, primos, pais, parentes de consanguíneos ou não, em confrontos letais e em decorrências de múltiplas motivações, amigos e vizinhos ameaçados de morte. O universo infantil desses meninos e meninas estava minado por interações violentas que emergiam de “dentro” e de “fora” das suas zonas de pertencimento, de dentro da favela ou oriundas dos bairros vizinhos e de outras periferias da cidade.

Os segmentos sociais possuem certa flexibilidade, segundo Deleuze e Guattari (1996), entre tarefas e situações, entre fusão e cisão, há forte comunicação entre os heterogêneos e os ajustamentos entre eles podem se seguir numa multiplicidade sem precedentes. Assim como acontece com os segmentos Titanzinho, Estiva, Pracinha e os tantos

⁴⁴ Os objetivos desse projeto era integrar as crianças pertencentes aos diferentes segmentos armados e de conflitos para que crescessem amigas e as “guerras” no lugar fossem extintas nas futuras gerações.

⁴⁵ As crianças pertenciam as principais áreas de conflito.

outros no Serviluz, os heterogêneos interagem entre conflitos e interações, se ajustam, se motivam e os moradores os justificam, os vivem de variadas maneiras.

Deleuze e Guattari (1996) subdividem a *segmentaridade* em dois tipos: uma “primitiva” e flexível e outra “moderna” e dura. Esta última própria do Estado moderno e de seu sistema altamente organizado, por isso a denominam de “dura”. Mas tal divisão é apenas para fins analíticos e uma complementa a outra, há uma interdependência e, onde:

[...] nossas sociedades continuam se banhando num tecido flexível sem o qual os segmentos duros não vingariam [...]. Toda sociedade, mas também todo indivíduo, são, pois, atravessados pelas duas segmentaridades ao mesmo tempo: uma molar e outra molecular (DELEUZE E GUATTARI, 1996, p. 90).

O Serviluz é constituído por segmentos simbólicos do tipo flexível, onde as segmentaridades se projetam no espaço social e nas relações cotidianas. A *segmentaridade flexível* (DELEUZE E GUATTARI, 1996) se apresenta como chave de leitura para analisarmos o contexto cotidiano de uma favela que não está excluída da ordem da cidade e dos domínios do governo, afinal, integra todo esse complexo. Também é importante considerar que há no Serviluz projeções de uma *segmentaridade dura* (DELEUZE E GUATTARI, 1996) e estabelecida pelos *bichões da favela* diante das regras e ordenamentos implementados para o tráfico de armas e de drogas, ou até mesmo aquelas estabelecidos pelos coordenadores de projetos sociais e de associações em geral ditando as regras e os princípios morais para crianças e adolescentes, mas também, podemos lembrar, por exemplo, das igrejas existentes na comunidade que procuram galgar ainda mais fiéis. Enfim, a *segmentaridade dura* não se reflete apenas do *exterior* para o *interior*, mas o inverso também ocorre.

Então, pode-se dizer que as *segmentaridades* do Serviluz são compostas por *segmentaridades flexíveis* e *duras* ao mesmo tempo, se pensarmos nas interações sociais, no policiamento comunitário, nas disputas diversas, nos jovens armados, nas vítimas, nos conflitos sociais, na maneira como políticos (nativos ou não), moradores, traficantes simbolizam o território. Tudo está convergindo ao complexo e a heterogeneidade nesses territórios e tudo aparenta esvaír-se num piscar de olhos.

Será necessário esclarecer no fim desse tópico que não apenas o Serviluz, mas toda a cidade é *segmentarizada*, o bairro, a comunidade, a “favela”, as ruas, as casas, os

signos, os significados, os significantes, os sujeitos sociais são *segmentarizados*, tudo que nos constitui, que nos é intrínseco e que está dentro de uma configuração social de relações *intra* e intersubjetiva é *segmentarizado*. Tais *segmentaridades* estão tão incrustadas e não podemos retirar-se das *segmentaridades*. A segmentaridade binária, a circular e a linear (DELEUZE E GUATTARI, 1996) perpassam umas nas outras sem uniformidade e são transformadas na própria discursividade dos agentes sociais que contextualizam e significam os segmentos de conflito no Serviluz.

Dicotomizar, polarizar e classificar em binários a situação e a condição das *segmentaridades simbólicas, líquidas e estigmatizadas* do Serviluz não faz sentido, afinal, a heterogeneidade se sobressai diante da homogeneidade, mesmo que haja tentativas de uniformização e ordenação, as linhas de fuga, o molecular se sobressaindo ao molar e as *interações vivas* entre os agentes sociais se espriam dentro da favela e para além dela. É necessário, diante de tudo aqui exposto, reconsiderar as experiências dos jovens envolvidos ou não no crime, dos moradores do Serviluz, entre adultos e crianças, a sua rede de relações, as crianças e suas famílias que perderam seus jovens para a violência armada.

2 CHACINA E PACIFICAÇÃO: *EVENTOS CRÍTICOS* NA COMUNIDADE DO SERVILUZ

2.1 A chacina da Estiva

A imprensa cearense no dia 12 de agosto de 2015 noticiou mais uma chacina ⁴⁶ na cidade de Fortaleza ⁴⁷, uma rotina que reverbera com a difusão dos sentimentos de medo no dia a dia e que alimenta agenciamentos dos programas policiais televisivos locais. Desta feita, a chacina foi no bairro Serviluz, mais especificamente, no segmento territorial da Nova Estiva, pertencente à *segmentaridade* da Estiva. A Estiva figura dentre os vários segmentos que demarcam os pertencimentos de moradia, segundo origem, antiguidade e redes de parentesco na favela, bem como também os pertencimentos dos “envolvidos” nos conflitos armados entre as facções ou comandos em suas lutas intestinas pelo poder que envolve códigos de *guerras*, do *mundão* e da *consideração* nas relações de poder e dominação nos mundos do crime nas favelas à beira-mar, assim como foi analisado por Sá (2010). Com a nova chacina, os interlocutores dessa pesquisa, moradores do Serviluz, expressaram perplexidade e tristeza devido ao fato de que a última chacina de grandes proporções havia ocorrido lá há três anos e eles não esperavam mais que isso ocorresse no bairro tão cedo. Relataram, inclusive, que esses eventos estavam incidindo mais diretamente no bairro vizinho do Vicente Pinzõn.

Um dos interlocutores relatou com pesar que as “guerras” parecem estar voltando ao cotidiano do bairro, guerras cujos relatos mais antigos remontam aos anos 1990 ⁴⁸. Foi, então, após um considerável intervalo de tempo que esse *evento crítico* ⁴⁹ (DAS, 1995)

⁴⁶ O termo “chacina” etimologicamente se origina a partir do latim vulgar *siccina*, que significa “carne seca”. No significado original, a palavra está designada ao esquartejamento e matança de suínos e bovinos, principalmente, o processo de “curar” ou “salgar” a carne destes. Como o ato de matar esses animais era sempre muito violento, chacina passou a ser a ação de matar, executar brutalmente e de forma cruel alguém, mas que envolvam ao menos três pessoas (ou vítimas).

⁴⁷ Fortaleza é a capital com maior concentração de crimes violentos letais do Brasil, com 77,34 mortes violentas por 100 mil habitantes, é o dobro da média das capitais e quase três vezes a média nacional. Em lugares como o Serviluz, passa-se ao dobro da média da metrópole. O Serviluz, portanto, possui uma das mais altas taxas de crimes violentos intencionais entre os bairros estigmatizados como muito violentos pela geografia moral da metrópole de Fortaleza. <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/09/1688265-capitais-brasileiras-tem-um-assassinato-a-cada-meia-hora.shtml>>.

⁴⁸ Sobre isso consultar Diógenes (2008). A socióloga Glória Diógenes fez uma apreciação, na década de 1990, sobre a relação entre cultura juvenil, violência e gangues nos bairros de periferia de Fortaleza. Nesse período, as gangues emergiram fortemente na capital cearense, gestando conflitos intensos entre cidade, periferia e sociedade civil.

⁴⁹ Evento crítico é um conjunto de eventos violentos que derivam da irrupção da própria violência no cotidiano, como momentos de “quebra do cotidiano”, que permitiriam explicar as transformações ocorridas na sociedade e dos sofrimentos gestados em acontecimentos críticos, segundo a antropóloga indiana Veena Das (1995).

ocorreu nessa localidade da Nova Estiva, despertando perplexidade numa população que parecia já supostamente habituada a lidar com tantas mortes por agressão decorrentes do uso de armas de fogo, como se eventos de crueldade não fossem mais moralmente avaliados no contexto das interações simbólicas. A aparente indiferença diante das mortes matadas que são corriqueiras parece mais é esconder um circuito ativo de fofocas e conversas discretas sobre os fatos. E, em hipótese, assim como César Barreira (2013 e 2015) explana, o modo como percepção da crueldade e dispositivos morais se imbricam nas situações sociais cotidianas e extracotidianas é uma questão conceitual decisiva.

Os crimes que ocorreram na noite do dia 11 de agosto de 2015 vitimaram cinco jovens, quatro morreram no local do crime e um não resistiu a caminho do hospital. A Nova Estiva enquanto uma área de conflito armado é classificada localmente como uma das mais bem armadas e com o “comando” de tráfico mais forte, organizado e equipado. No Serviluz, as pessoas por causa dessa representação compartilhada da Estiva como lugar de domínio sólido ficaram pasmas: “mas como conseguiram entrar? Ninguém entra aqui?”, perguntavam-se confirmando a representação de que a Estiva é o lugar mais armado, mais protegido, vigiado e “filmado” pelos integrantes do comando que lá controla o tráfico de drogas. “Será que foi a polícia?”, perguntavam-se igualmente muito dos interlocutores, pois havia características de invasão de um grupo armado militarizado, paramentado, com capuzes, botas, em carros pretos, motos, homens fortes, que remetiam para características imaginadas do estereótipo do policial militar ou civil dos grupos especiais dessas corporações. “Não, acho que foi a milícia, ex-policiais”, diziam outros. “Mas todos os jovens assassinados tinham passagens pela polícia, já tinham passado por prisão, logo não seria novidade se viessem e matassem eles”, avaliavam ainda. “Olha, mataram, faz pouco tempo, dois traficantes na Favela, mas não foi por esse motivo que foram lá matar eles”, e os rumores seguiam e chegavam por todos os lados, apontando para *os conflitos de versões que caracterizam práticas etnográficas* (ZALUAR, 2009).

Alguns relatos se apresentaram como dispositivos morais, colocando as mortes numa balança, em peso e medida, as vidas exterminadas. Segundo algumas falas sociais, o fato de terem sido assassinados dois traficantes do segmento da Favela (inimigos da Estiva) não justificaria ou não seria ocasião para se iniciar uma “guerra”, como forma de retaliação, gerando uma chacina na Estiva, pois a Favela, inclusive, não teria poder de fogo suficiente para invadir a Estiva. Dessa maneira, boa parte das explicações estava diretamente relacionada à ideia de extermínio cometido pela polícia, mas também, havia boatos, dizendo

que as execuções foram perpetradas por um grupo de extermínio contratado para “fazer o serviço”, havendo supostamente uma briga interna à facção da Estiva, ou entre a Favela e a Estiva, ou entre a Estiva contra a Estiva. Um emaranhado de versões conflitantes que acompanha a trama dos conflitos. Um dos indivíduos considerado como cabeça do tráfico foi executado naquela noite e isso desencadeou uma nova complexidade aos fatos, pois as explicações e as justificativas passaram a ocupar boa parte das conversas informais no bairro devido à ocorrência desse *evento crítico* (DAS, 1995) ⁵⁰.

2.1.1 A chacina para as crianças

As crianças foram fortemente afetadas pelo clima de medo trazido pela chacina. João e Cristiano andavam pelas ruas da Estiva, caminhando até a casa de Dona Francisca, mãe de um dos rapazes assassinados na chacina, que teve a casa invadida no dia daquele evento crítico. Seu filho foi morto dentro da casa dela. Ele tinha saído recentemente da prisão e era classificado como “envolvido” no mundo do crime. Dona Francisca é também mãe de três crianças (Rosa, Eduardo, Carlos). As crianças disseram que “antes 10h (22h) era cedo, agora 7h (19h) é tarde”, para ressaltar como a chacina é um marcador da experiência sociotemporal e socioespacial para meninos e meninas. Os episódios de extermínio pontuais ou as chacinas ocorridas nos últimos quatro anos no Serviluz, uma em 2012 e outra em 2015, tornaram-se marcantes para os sentimentos de pertença dos moradores.

Para ampliar a compreensão, tomemos algumas manifestações situacionais das crianças e adolescentes diante do *evento crítico* (DAS, 1995) da chacina da Estiva. Primeiro, as manifestações do Cristiano (11 anos), do João (12 anos) e da Carol (13 anos) em relação aos irmãos e a mãe que perderam um jovem na chacina. Cristiano e João visitaram a família juntamente comigo e mais três jovens da comunidade, isso após uma semana do ocorrido ⁵¹.

⁵⁰ Essa discussão inicial foi apresentada pela primeira vez no 39º Encontro Anual da Anpocs, no GT37 Sociologia e Antropologia da Moral. O artigo, “Não matará? Pessoas indesejáveis e o ponto de vista das crianças sobre crueldade, moralidades e justiça nas favelas de Fortaleza”, é fruto de uma coautoria (AGUIAR, SÁ e BARREIRA, 2015).

⁵¹ Estive na casa de dona Francisca, juntamente com o coordenador do projeto missionário e mais dois voluntários. Os rapazes levavam os seus “instrumentos de trabalho”, Jorge com um violão e o coordenador com uma Bíblia, mas à primeira vista, aquela visita à casa da mãe e dos irmãos, que enterraram um jovem assassinado na chacina da Estiva, teria duas características: um louvor a Deus e o consolo aos parentes, mas, principalmente, a mãe.

Cristiano chorava copiosamente na sala da mãe que perdeu um filho na chacina, ele abraçou Rosa, irmã menor da vítima, mas também, manifestou certa solidariedade ao ir conosco na casa daquela família. João também expressou solidariedade ao confortar a mãe do jovem assassinado. Ele narrou o ato de fala de Mateus, o filho perdido, que dizia, na esquina de casa na companhia dos colegas, não gostar de estar usando drogas e que não desejava aquilo para ninguém. Na sala da casa da filha de dona Francisca, as crianças estavam perplexas com a chacina, calavam-se diante dos comentários, outras queriam expressar em palavras tudo o que acontecera e como se sentiam, mas a voz da mãe mandava o filho calar-se: “cala a boca e deixa eu (sic) falar de novo, eu sei como foi”. A mãe era o *porta-voz autorizado* (BOURDIEU, 1996) que conseguia “agir com palavras em relação a outros agentes”, no caso, os filhos.

Carol, ao conversar comigo sobre o acontecimento, expressou sentimento de tristeza e alívio por não ser com ninguém de sua família, mas, também, manifestou sentimento de injustiça: “e nem vão prender, tia, polícia não prende polícia”. Na percepção da menina, a morte de Mateus e todos os outros jovens assassinados naquela noite “ia ficar por isso mesmo”. A menina de 13 anos expressava uma repulsa à polícia, sendo esta vista ainda mais fortemente como um potencial “agente assassino” e implacável diante daquele contexto, “o policial que mata e nunca será preso”. Carol era vizinha de rua onde mora Rosa, Eduardo e Carlos, e estava com medo de brincar nas ruas do segmento da Estiva e de estar com os coleguinhas, irmãos de Mateus, e recusava-se a ir para a casa destes visitá-los.

O tempo da brincadeira na rua com os coleguinhas que foi minimizado e agora estar em casa depois do almoço, após a escola e ir dormir cedo à noite, tornou-se um alívio para as mães que possuem filhos classificados como travessos e uma mudança drástica na experiência sociotemporal e socioespacial das crianças, além da ruptura com seus laços de afeto e amizade com os coleguinhas que mudaram de casa ou daqueles que não saem mais de casa. Afinal, a rua tornou-se perigosa em qualquer horário do dia e da noite. As brincadeiras das crianças e suas relações intersubjetivas com outras crianças do bairro restringem-se agora aos espaços de dentro das casas, a liberdade da rua, pelo menos momentaneamente, está interdita. A rua tornou-se um local que não se deve demorar muito tempo e a evitação, se possível, é necessária, por exemplo, pegar outro caminho para chegar em casa.

Sobre espaços da casa e espaços da rua, mas também de socialidades e brincadeiras, recordo de outra situação em campo, no ano de 2014. Certa vez, numa das atividades do projeto missionário, um menino de 10 anos estava aflito com o horário que o encontro terminaria naquela noite e sua preocupação tornou-se chacota dos colegas: “fulano, por que tu tá tão apressado, você está por acaso ‘marcado’⁵²? Dessa maneira, o medo que as crianças possuem das ruas em situações próximas e extremas de casos de assassinatos de jovens na favela, são passíveis de tornar-se uma brincadeira e pôr em xeque a “masculinidade dos meninos”, ou seja, as provocações e insultos situacionais emergiam em contextos de dramas familiares e nas impossibilidades de vivenciar a infância nas ruas da comunidade.

As crianças pareciam sentir muito por tudo aquilo, pelo evento crítico da chacina e demonstravam seus sentimentos de perda mesmo aquelas que não perderam um parente, mas um vizinho, alguém que viam praticamente todos os dias. Elas perderam um espaço na rua para brincar por conta do medo e dos cuidados dos pais e cuidadoras, perderam os amigos que se mudaram para uma casa mais distante, perderam as tardes que pareciam mais alegres antes da chacina, perderam os minutos a mais na rua enquanto a mãe mandava entrar para jantar e dormir. Essas crianças presenciavam pela primeira vez uma chacina, a geração atual de crianças da Estiva que passava pela primeira chacina. Mas elas não eram as primeiras gerações a passar por isso, os adultos já sabiam como era isso, já tinham presenciado quando crianças, na sua época.

Uma parte da infância ia ficando mutilada, tendo que fazer do silêncio diante da violência presenciada um *relato de dor não dita*⁵³ (DAS, 1999), as restrições aumentavam, o medo tomava de conta, o medo da rua do trilha, o *medo dos outros*⁵⁴ (CASTRO, 2011). Antes era um caso aqui e outro acolá de assassinato, a intervalos de uma ou duas ou três semanas. Mas agora foram cinco assassinatos numa única noite e todos na mesma rua,

⁵² “Marcado” é uma categoria êmica que representa estar “marcado para morrer”, “ameaçado de morte” e em decorrência de variadas motivações, podendo ser por conflitos interpessoais ou por conflitos com práticas criminosas, por exemplo, dívida de drogas e outras. A preocupação do garoto na atividade foi interpretada como uma pessoa que está em fuga por algum motivo não aparente, pois para os colegas, ainda era muito cedo para tanta pressa.

⁵³ Em “Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos” (1999), Veena Das, a partir do acontecimento da Partição da Índia (1947), transcorre sobre como a violência afeta os limites da capacidade humana de representar. A domesticação da violência e o trabalho do tempo para a cicatrização das vítimas são os principais desdobramentos que a antropóloga indiana ressalta em seu texto. A linguagem falha no relato de *dor não dita*, e apenas o *trabalho do tempo*, a construção e reconstrução, o rebuscar, o reelaborar a narrativa podem permitir certa clareza aos eventos violentos sofridos pelas vítimas.

⁵⁴ Assim como Eduardo Viveiros de Castro (2011), compreendo que o *medo dos outros* perpassa pelo “medo dos seres definidos por sua radical alteridade”, pois “a alteridade é objeto de um desejo igualmente radical por parte do Eu” e essa forma de medo “implica necessariamente a inclusão ou a incorporação *do* outro ou *pelo* outro como forma de perpetuação do devir-outro” (Ibid., p. 885).

naquela rua onde as crianças costumavam brincar, apenas um dos jovens havia sido vítima de bala perdida, os outros estavam “marcados para a morte”, as mortes foram premeditadas, ou seja, as balas estavam endereçadas. No caso de Mateus, segundo o relato da mãe e de seus filhos, os assassinos entraram na casa, executando o jovem na frente dos irmãos pequenos e da mãe, em outro caso, o jovem considerado cabeça do tráfico local foi assassinado em casa e o mais surpreendente para os moradores era que este aparecia muito raramente em sua casa, pois ele morava num bairro de classe média de Fortaleza, os boatos corriam pelas ruas: “como sabiam que o fulano estava em casa naquela noite?”. É o indício de que havia “traíragem”, delação.

As crianças recebiam os vivos e os adultos recebiam, por sua vez, os mortos. A mãe de Mateus, dona Francisca, mudou-se temporariamente para a casa da filha, segundo os boatos das vizinhas e as expressões dessa mãe, o motivo perpassava pelo temor da aparição do espírito de Mateus, mas isto não aparentava ser o mesmo temor das crianças. Elas estavam temerosas pelo retorno dos exterminadores do seu irmão e de uma nova chacina acontecer ali tão próximo, com medo de uma nova guerra. As crianças temiam mais violência, mais perdas, assim como os adultos, mas temiam também a perda de espaço para brincar nas ruas, da liberdade de estar na rua até tarde e sem medo, temiam a perda das suas redes de interações com os seus coleguinhas e o afastamento destes, por exemplo, quando crianças mudam-se com suas famílias após o assassinato de um ente ou na situação onde este está “marcado para morrer” e a família inteira deveria se refugiar em outros bairros ou no interior do Estado para salvaguardar a vida do ente envolvido no crime e a vida de todos os seus parentes. A perda simbólica dos espaços de sociabilidades e das redes de interação das crianças é potente para compreender os conflitos dentro da favela, afinal, mexem de modo significativo com o imaginário infantil e com seus agenciamentos morais sobre o lugar, as pessoas e as relações comunitárias.

2.2 Pacificação: as segmentaridades simbólicas e líquidas “em paz” no Serviluz

A busca da homogeneidade, a perseguição maciça da ordem e a extinção do caos e da ambivalência foram apenas algumas das grandes questões dentro do plano da modernidade, segundo Bauman (1999). A modernidade renegava as diferenças, afinal, o diferente não era

interessante para a nova rota de planos ordenados, o diferente e “mostruoso” (o louco, o mendigo, o deficiente físico, a prostituta, o criminoso, o desviante das normas padronizadas dominantes) são desprovidos de crédito e confiabilidade, um perigo social, carregando seus *estigmas*⁵⁵ (GOFFMAN, 2012) durante toda sua trajetória de vida. Sendo inaceitáveis as diferenças, a modernidade as extipou com muita força e altivez, e pelo que ainda experimentamos na vida social, muita coisa não mudou, alguns eventos cotidianos e práticas sociais nos faz acreditar que ainda vivemos na modernidade, o pós-moderno inexistente. Nesse ínterim de conflitualidades: ordem, desordem (caos), ambivalências, estigmas, “Outros”, estranhos entre segmentaridades liquidificadas e simbólicas no Serviluz, gostaria de ressaltar nas linhas abaixo o processo de pacificação instaurado nessa favela no segundo semestre do ano de 2015.

A chacina na Estiva foi pouquíssima divulgada na mídia e antecedeu a chacina da Grande Messejana, ocorrida no mesmo ano (2015), e que foi profundamente debatida e midiaticizada. Na chacina da Estiva foram assassinados cinco jovens, sendo um deles por bala perdida, mas as outras balas estavam endereçadas. As execuções foram realizadas muito provavelmente por um grupo de extermínio (homens vestidos de preto, encapuzados, grandes e com forte aparato armado) que invadiu as casas das vítimas numa madrugada de agosto e que não deveriam ter eliminado apenas cinco jovens, mas dez, segundo os relatos dos amigos, vizinhos e parentes das vítimas. O *evento crítico* (DAS, 1995) da chacina no Serviluz não é uma novidade na configuração cotidiana da comunidade, tendo ocorrido outras ao longo dos anos e, sem falar, nos muitos outros assassinatos isolados e cotidianos naquela localidade.

Transcorrido um mês após a chacina na Estiva, o Serviluz experimentou um novo movimento ou *evento crítico* (DAS, 1995), o processo de pacificação, assim como vinha ocorrendo em várias outras periferias de Fortaleza. Esta “pacificação” se deu por intermédio dos próprios moradores e jovens pertencentes às facções do tráfico de drogas e de armas da comunidade que antes se encontravam em disputa. O “pacto de paz” parecia estar reconfigurando as *segmentaridades* e, se antes os moradores imaginavam que as áreas de conflito iriam desaparecer pelo aniquilamento dos inimigos, agora o que se apresentava eram linhas de segmentaridades e fronteiras cada vez menos borradas e acinzentadas, onde a união entre os pólos que antes estavam em disputa (em “guerra”) confraternizavam entre si (na realização de festas na rua, por exemplo) e permitiam aos “antigos inimigos” o trânsito livre

⁵⁵ Segundo Goffman (2012), um estigma é “um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (Ibid., p. 13).

por suas áreas territoriais (antes disputadas). Além disso, discursavam que essa ação era pelo “bem da comunidade”, dando fim a “guerra”.

A pacificação acabou por gerar uma disputa discursiva, onde os conflitos de interpretações e versões espalhavam-se por todos os lados. Márcio, morador do Serviluz, relatou na época que observava uma movimentação diferenciada aos fins de semana nas duas praias da comunidade (Titanzinho e Vizinho). Elas estavam lotadas. Crianças, jovens e pais de todas as áreas estavam juntos novamente, as pessoas estavam felizes. Antes havia um medo de estar na praia por conta das balas perdidas durante os confrontos dos segmentos rivais. Pessoas envolvidas com o crime e não envolvidas agora usufruíam das praias. As mães da comunidade estavam muito contentes porque finalmente poderiam inscrever seus filhos nos cursos ofertados pelo Centro Comunitário Luiza Távora (localizado no Titanzinho), nos cursos de informática e outros de capacitação profissional.

Para Márcio, a “paz” se processou da seguinte maneira: Após dois meses da chacina na Estiva a “paz” foi estabelecida com a Favela, mas antes disto algumas mortes antecederam o evento de pacificação. A execução de um jovem envolvido com o tráfico local na esquina da Favela por um grupo da Estiva levou ao “acordo de paz”, segundo alguns relatos. Márcio naquele momento começava a cogitar a chegada do PCC ⁵⁶ no Ceará e que talvez estivesse chegando ao Serviluz. Hoje ele já descarta essa possibilidade, mas crê que o PCC ou o Comando Vermelho chegou às outras favelas e periferias de Fortaleza. Márcio disse ainda que o “acordo de paz” se constituiu de maneira interna, entre os próprios jovens das facções inimigas que haviam resolvido dar uma trégua, pois muitas mortes estavam ocorrendo.

Dessa maneira, a sequência de “acordos de paz” entre os segmentos foram: 1ª) Paz da Estiva com a Favela; 2ª) Paz de todos os segmentos com a Pracinha; 3ª) Paz com a Rua do Bagulho; e 4ª) Paz com a rua São Sebastião, a única que havia sobrado como inimiga. Na rua São Sebastião moravam numa casa cinco jovens envolvidos com o crime que estavam confinados, não poderiam sair pois, se o fizessem, seriam executados pelas facções inimigas. Um desses jovens estava com uma tornozeleira eletrônica. Essa situação gerava uma zona de tensionamento na vizinhança, pois, como todos outros segmentos haviam acordado a paz, a qualquer momento um confronto poderia emergir nessa rua, ou por parte dos jovens

⁵⁶ O Primeiro Comando da Capital (PCC) é uma organização criminosa no Brasil. A facção atua principalmente em São Paulo, mas possui legitimidade em vários outros estados brasileiros.

envolvidos no crime ou pela polícia. Após a intervenção de algumas lideranças e vizinhos, os jovens que moravam nessa casa resolveram aceitar a “paz” e um alívio foi instaurado na rua.

Havia um grande disparate para Márcio nesse “ambiente de paz”. Segundo ele, a “paz” produzia um *incômodo* nas pessoas, onde a *estranheza* se manifestava, por exemplo, “alguém que já lhe fez um mal, já foi seu inimigo e agora pode andar livremente na sua rua e cumprimentá-lo”. Por outro lado, ele percebia como algo positivo o estabelecimento da “paz” no Serviluz, pois “há 16 anos isto não era vivenciado”, segundo Márcio. Em contrapartida, a “paz” poderia gerar o fortalecimento do crime dentro da favela, “o tráfico vai ficar organizado”, era uma preocupação de Márcio. Segundo ele, o tráfico entrava num ciclo de unificação (e negociação) e, logo, de fortalecimento, onde a venda de drogas iria ficar intensa, aberta e acessível “as pessoas mais vulneráveis”. Na “ausência de disputas” e num movimento de integração entre as facções, o fortalecimento do mercado ilícito de drogas iria ganhar mais espaço na comunidade. Ele acreditava que a pacificação emergia de modo comunitário, entre os próprios jovens do crime e não havia cabimento pensar numa ordem advinda do PCC ou do Comando Vermelho. A “paz” aparentava ter dois pólos mistos e por vezes descolados para ele, um “pólo negativo e outro positivo” (SIMMEL, 1983), “a qualquer momento a guerra pode explodir. Onde tem fúria, pode ter fogo depois e incendiar”, ressaltou Márcio. A “paz” lhe parecia momentânea, mas tal visão não era apresentada apenas por Márcio, pois Jorge e Josué, jovens voluntários no projeto missionário e amigos de Márcio, também não esboçavam força de crença nas manifestações de “paz” na favela onde moravam. Os jovens relatavam que a intenção da pacificação era apenas para facilitar o mercado de drogas e de armas, além de manter a polícia distante da favela.

Antes da pacificação dos segmentos, segundo Márcio, havia muita estigmatização, as pessoas não podiam circular por outras áreas, principalmente, nas inimigas, pois incômodos e ofensas poderiam emergir: “Ei, você é lá da Estiva, sai daqui, você não pode andar aqui”. Essas pessoas eram identificadas pelo modo de se vestir, de andar e se comportar. Mesmo que a pessoa não fosse envolvida no crime ou não tivesse parentes no crime, mesmo assim, era abordada e ofendida, o que a impedia de circular em áreas inimigas as quais não pertencia. Os pertencimentos se expressavam no corpo, no vestuário, no comportamento. Um sentimento de revolta motivava essas pessoas a entrarem no crime. Elas se aliavam as gangues da sua área para combater aquelas que lhes estigmatizavam, segundo Márcio. Para ele, a geração anterior entrou no crime não foi por vontade própria, mas por esses motivos apresentados acima e agora com a “paz”, a nova e a futura geração do Serviluz

irá vivenciar outro movimento e não entrará mais no crime, pois o processo de estigmatização será rompido. Os motivos que impediam a circulação em outras áreas iam para além da disputa territorial e do tráfico local, pois a base explicativa deste jovem estava pautada em algo muito mais complexo, a *estigmatização pelo local de pertencimento* (SILVA, 2005; VILHENA, 2002).

Uma problematização emerge dessas questões: Será que o estigma vai evaporar rapidamente assim como Márcio imaginava? Se correlacionarmos com outros acontecimentos, podemos ver que não, por exemplo, a Favela (Farol Velho) até hoje carrega uma marca, o “estigma da prostituição”⁵⁷, pois o segmento da Favela alocou a principal zona de meretrício da cidade em décadas passadas. As novas gerações ainda são estigmatizadas pelas vidas de suas avós, tias e mães que foram prostitutas na localidade, mesmo que estas já tenham “largado a vida” há tantos anos. Aquela *segmentaridade* em si é vista pela comunidade com outros olhos, um local tabu e proibido.

As situações de estigmatização alavancadas na fala do Márcio me fizeram lembrar as várias situações que acompanhei no seu projeto social em 2014, entre xingamentos e ofensas havia muita conflitualidade entre as crianças na hora de buscar o lanche ao final de cada atividade, por exemplo. Além disso, há *segmentaridades estigmatizantes* que emergem nas próprias atividades com as crianças e que são agenciadas pelos colaboradores e organizadores dos projetos sociais, como exemplo, na hora de dividir filas para entrar, para lanchar, para brincar, para receber presentes e para ir embora de acordo com os locais de pertencimento de cada criança, ou seja, uma “inocente organização da atividade infantil” torna-se um mercado de diferenças e estigmatização. As crianças nestas situações são “repartidas” pelos locais de pertencimento, elas demonstram incômodo com tais *segmentaridades* e zonas de diferenciação que estão para além daquela interação momentânea, mas que é sub-reptícia e com forte grau de discriminação, com nítido reforçamento dos segmentos *estabelecidos*⁵⁸ (ELIAS e SCOTSON, 2000) (Dentre esses,

⁵⁷ Consultar (Anjos, 1983) e (Pinho, 2012).

⁵⁸ Elias e Scotson (2000) analisam a lógica da configuração social e das relações de interdependência que se verificam na cidade através da etnografia que esboçaram na pequena cidade do sul da Inglaterra (década de 1950), Winston Parva (nome fictício). Violência, discriminação e exclusão social foram as abordagens primordiais discutidas nessa obra. Winston Parva dividia-se em três bairros distintos: 1ª) os habitantes eram privilegiados economicamente, dessa maneira, a ascensão social desses permitiu que migrassem do bairro 2 para o 1 (um bairro de classe média na cidade); 2ª) o bairro mais antigo da localidade, o que legitimava os moradores a se sentirem mais importantes (superiores) que os demais, pois eram os habitantes mais antigos; 3ª) O “loteamento” correspondia a zona 3 da cidade, os habitantes eram recém-chegados e, logo, os *outsiders* em relação à zona 2, principalmente. Não havia quaisquer distinções étnicas, econômicas e sociais entre a zona 2 e

Titanzinho – por possuir o melhor pico de surfe do Estado e ser o segmento mais visado na ordem simbólica da cidade; e Estiva – por ter o maior aparato armado da favela) em detrimento dos segmentos ditos *outsiders* (ELIAS e SCOTSON, 2000) (Dentre esses, Favela – estigmatizado pela antiga zona de meretrício; e Pracinha – reconhecida como uma das mais carentes no Serviluz, com carência de iluminação pública e saneamento básico). Compondo esse panorama, Favela e Pracinha entravam em atrito constante com o segmento *estabelecido* (ELIAS e SCOTSON, 2000) nas suas socialidades cotidianas. O termômetro entre segmentos *estabelecidos* e *outsiders* estava também para a recorrência de conflitualidades e assassinatos na favela, quem matava mais e quem era mais vitimado, a disputa entre os segmentos se inflamava nas relações cotidianas dos moradores e se refletia na interação das crianças. Dentro de um *jogo situacional*, apenas restava para as crianças se resignar às ordens, se não, seriam punidas, não receberiam o lanche e nem os presentes nas atividades, seriam chamadas de “íngratas” pelos adultos, mas também, por outras crianças.

O *estigma* (GOFFMAN, 2012) ainda está consolidado mesmo diante da aparente “homogeneidade” transcorrida com o “acordo de paz”, os tidos anormais, inferiores, desviantes morais e de caráter, aquelas pessoas desacreditadas e desconsideradas na matriz cultural e intersubjetiva do lugar, os fora da ordem, da norma ou do padrão dominante estabelecido continuaram sofrendo com os julgamentos e as imposições e, provavelmente, muito mais do que se imagina, pois as novas configurações das segmentaridades simbólicas no Serviluz estão abertas, acessíveis, expostas as redes de proteção, ou pelos discursos ou pela prática da força, estão espraiadas nos vários segmentos. Quem realmente assegura que os “inimigos” são agora os “verdadeiros amigos”, quem garante que os “novos amigos” não vão continuar estigmatizando, fazendo fofocas e intrigas diante da *identidade social virtual* (GOFFMAN, 2012) e desrealizada que foi constituída para aquele que antes era o “inimigo”?

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com ‘outras pessoas’ previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua ‘identidade social’ (GOFFMAN, 2012, pp. 11-12).

3, pois todos os habitantes de ambas as zonas eram operários das fábricas locais. A coesão entre a zona 1 e 2 reforçava a discriminação e exclusão contra a zona 3. A configuração social e as relações da localidade se pautava primordialmente sob esse contexto.

Dessa maneira, as *expectativas normativas em exigências* (onde as exigências são demandas efetivas) são salvaguardadas e desempenham mais potência, rigor diante das interações entre os moradores do Serviluz. O “estranho” ou a pessoa estigmatizada tende a controlar as informações sociais e a sua identidade pessoal, mas o encontro com os normais pode torná-lo inseguro em relação à maneira como estes o identificarão e o receberão, uma sensação de não saber “o que os outros estão pensando de mim”. Uma produção de incômodos e desconfortos com a nova configuração dos segmentos simbólicos no Serviluz é exemplo disso e a possibilidade de emergir novas conflitualidades diante da “paz” está numa linha tênue, um *mal-estar na civilização*⁵⁹ (FREUD, 2011) mesmo “em tempos de paz” está instaurado.

Pode-se acrescentar que a pessoa estigmatizada algumas vezes vacila entre o retraimento e a agressividade, correndo de um lado para a outra, tornando manifesta, assim, uma modalidade fundamental na qual a interação *face-to-face* pode tornar-se muito violenta (GOFFMAN, 2012, p. 28).

Nesse sentido, o estigma torna-se potente e irrefutável de discussão nas interações sociais, a sua permanência diante de novas configurações (estas que não são eternas, hoje se apresentam de uma maneira, amanhã será outra coisa) tomam uma altivez e força, como que havendo uma atualização dos estigmas a cada interação. Sendo assim, é interessante ressaltar a convergência que Bauman faz com Goffman: “o estigma parece ser uma arma conveniente na defesa contra a importuna ambiguidade do estranho” (BAUMAN, 1999, p. 77) e, nesses termos, os “inimigos internos” do Serviluz que agora aparentam “amizade” diante do “pacto ou acordo de paz” podem se tornar os “estranhos”.

Francisca, mãe de Carlos, preparava-se na noite do dia 30/01/2016 para ir ao culto da sua igreja, um louvor pela “paz estabelecida” no Serviluz, mas em contrapartida haveria outra manifestação de festejo em decorrência deste fato, ela me contou que iria ocorrer uma festa na pracinha da Estiva em “comemoração ao acordo de paz”, falou isto com tom de desprezo e cisma. A festa contaria com a participação de todos os jovens que antes eram

⁵⁹ Sigmund Freud cunha esse conceito para discorrer sobre a distinção entre cultura e civilização. Essa acaba por produzir um mal-estar nos indivíduos, pois as exigências das pulsões e civilidade são antagônicas e operam opressões quando se aproximam. Sendo assim, para o bem de todos e da civilização, o indivíduo é sacrificado, tendo que exercer um autocontrole constante de suas pulsões.

inimigos, pertencentes aos segmentos rivais ou facções inimigas, eles iriam festejar aquele novo momento. Quando eu estava indo embora da comunidade naquela noite, na parada do ônibus uma moça conversava com um jovem sobre essa mesma festa e sobre outra que ocorreu na noite anterior. Há poucos dias havia ocorrido um torneio de futebol e a comemoração foi no Bar da Bala e no mesmo time jogavam Estiva e Favela, que saíram como ganhadores do torneio. A comemoração aconteceu até o outro dia pela manhã. A moça relatava que havia muitas pessoas e que foi muito animado, que tinha gostado e que alguém conhecido dela pagou as rodadas de cerveja. Comentavam que muitos comerciantes estavam deixando de lucrar com esses festejos, pois se recusavam a abrir seus estabelecimentos para esses “jovens do crime” e que antes eram os “inimigos”, afinal, uma série de brigas ocorriam em festas e bares quando estavam presentes Favela e Estiva, o receio dos comerciantes locais não era à toa.

Os “inimigos” tornaram-se “amigos” e o que seriam estas duas categorias/classificações num processo de oposições em tensão e conflito, em ambiente de luta simbólica na favela? Bauman diz:

Existem amigos e inimigos. [...] Amigos e inimigos colocam-se em oposição uns aos outros. Os primeiros são o que os segundos não são e vice-versa. Isso, no entanto, não é testemunho de sua igualdade. [...] esta é uma variação da oposição-chave entre *interior* e *exterior*. O exterior é a negatividade para a positividade interior. O exterior é o que o interior não é. Os inimigos são a negatividade da positividade dos amigos. Os inimigos são o que os amigos não são. Os inimigos são amigos falhados; eles são a *selvageria* que viola a *domesticidade* dos amigos, a *ausência* que é uma negação da *presença* dos amigos. O avesso e assustador “lá fora” dos inimigos é, como diria Derrida, um *suplemento* – tanto um acréscimo a como um deslocamento do aconchegante e confortável “aqui dentro” dos amigos. [...] A oposição entre amigos e inimigos separa a verdade da falsidade, o bem do mal, a beleza da feiura [...] o próprio do impróprio, o certo e o errado [...] (BAUMAN, 1999, pp. 63-64).

Os jovens que até então disputavam os segmentos simbólicos do Serviluz, ou por conta do tráfico de drogas e de armas ou por conflitos interpessoais, estão imbricados em duas lógicas e práticas, mas também, em dupla condição, “amigos” e “inimigos” ou poderíamos dizer “inimigos” que se tornaram parcialmente “amigos”. Bauman alude duas pragmáticas, *cooperação* e *luta*, que podem fazer problematizar essa questão:

Os amigos são criados pela pragmática da cooperação. São moldados pela responsabilidade e o dever moral. Os amigos são aqueles cujo bem-estar eu sou

responsável *antes* que ajam em reciprocidade e *independente* disso; só com essa condição pode-se efetuar a cooperação, ostensivamente um laço contratual bidirecional. A responsabilidade deve ser antes uma dádiva para eventualmente se tornar uma troca. Os inimigos, por outro lado, são criados pela pragmática da luta. Eles são construídos pela renúncia à responsabilidade e ao dever moral. Os inimigos são aqueles que rejeitam responsabilidade por meu bem-estar *antes* que eu rejeite responsabilidade pelo bem-estar deles, ostensivamente uma inimizade de dois lados e uma ação hostil recíproca (BAUMAN, 1999, p. 63).

Se os “inimigos internos” não coabitam mais a mesma *segmentaridade simbólica ampla, líquida, simbólica* (no caso, o Serviluz) e de luta entre as facções rivais, quem será agora o inimigo em potencial e primordial? Será o Estado ou algum outro “inimigo” (melhor seria, um “estranho”) já existente na matriz de interação desses jovens?

As facções rivais podem aparentar em primeira instância uma imitação à lógica dominante do Estado, a implementação da pacificação na favela e o desejo de ordem que advém de seus próprios acordos. Afinal, a “ordem deve ser tanto exclusiva quanto abrangente” (BAUMAN, 1999), onde é necessário:

[...] tornar clara e nítida a fronteira da ‘estrutura orgânica’, quer dizer, excluir o meio’, suprir e exterminar tudo o que seja ambíguo, tudo que fique em cima do muro e que portanto comprometa a distinção vital entre o dentro e o fora. Instaurar e manter a ordem significa fazer amigos e lutar contra o inimigo. (BAUMAN, 1999, p. 33).

Dessa maneira, poderíamos refletir a “união” dessas facções rivais no Serviluz como um *estado jardineiro*⁶⁰, desejosos do poder de ordem total na comunidade, ou melhor, de ordenamento interno, proteção em relação aos “inimigos externos”, afastamento dos “estranhos”, ou, pelo menos, daqueles que os consideram como “estranhos”, afinal, o “fora” da favela os vê como os “estranhos” (uma pessoa *fora de lugar e sem casa*, um tentador objeto de genocídio, alguém indesejável e “matável”), e como potenciais perigos à sociedade. O “acordo de paz”, aparentemente, desejava garantir uma homogeneidade, uma ordem de integração e unidade dentro da favela, onde a frase “estávamos perdendo muitas vidas” tornou-se a justificativa para essa “paz”. Então para que o “dentro” da favela seja sólido (aparentemente, pois a liquidez e o molecular prevalecem nas relações intersubjetivas e

⁶⁰ O Estado moderno, segundo Bauman, era um *estado jardineiro*, onde a população era segmentada entre plantas úteis e ervas daninhas, estas sendo passíveis de serem eliminadas, exterminadas da sociedade racionalmente planejada.

cotidianas) é necessário se ter um inimigo, a construção de um “fora” para fazer distinção com o “dentro”.

A “união” entre os “inimigos de dentro” poderá emergir numa “autonomia coletiva”, pois a liberdade de trânsito dentro da favela, o “acordo de paz” poderá possibilitar e fortalecer a transição (a negociação) de drogas e de armas, segundo os interlocutores, mas também, será gestada uma nova autonomia transicional de pessoas, ou seja, de *sociabilidades possíveis* dentro de segmentos antes impossíveis de serem explorados. E é deste ponto que podemos pensar na construção de uma “ordem dentro da favela” como caráter de *resistência*.

Emancipação, liberdade para circular, universalidade de acessos aos segmentos e ao convívio dentro da favela era um dos *pólos positivos* nessa nova reconfiguração alavancada com a pacificação. Assim algumas lideranças e ativistas culturais pertencentes à comunidade preferiam enxergar, era uma maneira de dar sentido ao complexo da pacificação e engendrar práticas de socialidade nos variados espaços do Serviluz, onde a intenção era ocupar; por exemplo, Roger, jovem morador da comunidade e organizador de um coletivo cultural no Serviluz, percebia a pacificação com um momento de tranquilidade, trégua que deveria ser aproveitado da melhor maneira possível, como, por exemplo, abrindo os espaços da comunidade para promover eventos culturais e artísticos gratuitos para a juventude, integrar os moradores pela arte produzida localmente.

2.2.1 As percepções das crianças sobre a pacificação

No dia 30/01/2016, Carlos e sua mãe, Francisca, relataram alguns aspectos e situações na nova *configuração* (ou *reconfiguração*)⁶¹ (ELIAS, 1994) que a comunidade do Serviluz adquiria com a pacificação interna, ou melhor, o “acordo de paz” mobilizado pelo tráfico local. Sobre isso, Carlos (12 anos) falou:

⁶¹ Para Elias, as configurações são formadas por grupos interdependentes de pessoas, e não por indivíduos singulares, onde *configurações* e *teias de interdependência* são indissociáveis, afinal, são essas teias que dão origem as configurações de variados tipos: família, estado, cidade etc. Compreendo que, no caso da família de Francisca, a configuração social e a relação de interdependência existente na comunidade operacionalizou uma reconfiguração decisiva nas trajetórias daquela mãe e de suas crianças. Dessa maneira, as configurações e os eventos ocorridos na coletividade afetavam direta e indiretamente as vidas singulares de cada um, mas o inverso também se apresentava.

Primeiro fizeram às pazes Estiva com Favela, aí depois com Pracinha, Rua do Bagulho e depois com a Sardinha fizeram às pazes [...] Porque muitas pessoas inocentes estavam morrendo. [...] Os *bichões* que fazem esses acordos de paz [...] *Bichão é o chefe* (A mãe de Carlos, Francisca, retruca: “É o dono de todas as bocadas”). [Conversa informal com Carlos e Francisca, 30 de janeiro de 2016].

Para Carlos, o “acordo de paz” foi necessário porque muitas pessoas inocentes estavam morrendo. Essa “paz” é fruto de um processo, ou seja, não emergiu de uma “hora para outra”. A “paz” não ocorreu sem motivações, afinal, havia muitos interesses envolvidos. Primeiramente, Estiva com Favela “fizeram às pazes”, então depois, “Pracinha, Rua do Bagulho, até com a Sardinha ⁶² fizeram às pazes”. Os “bichões ⁶³” que comandaram esses acordos, segundo o menino.

Em outra situação, na casa de Francisca, Rosa falou de seu pai e do local onde este morava ao passo que correlacionava com o Serviluz: “Tia, o pai mora num lugar mais tranquilo [em relação ao Serviluz], lá na rua da morte, no Pirambu”. Eduardo ouvindo, complementou: “Aqui também tem, mas é a rua da bala” [na Favela]. Com o olhar coercitivo da mãe que tentava entender como ele sabia daquilo, ele consertou sua fala: “ouvi falar”, demonstrando não ter envolvimento, ou melhor, não circular por essa rua. Francisca continuou a explicação: “O pais dos meninos mora no Pirambu, no Caldeirão”.

O Pirambu também estabelecia uma pacificação naquele mesmo período e é interessante notar que as crianças procuravam fazer aproximações com o local de moradia do pai e o Serviluz. As duas comunidades não se distinguiam em relação à violência, as conflitualidades, ou seja, o pai que era distante (afetivamente) compartilhava com os filhos uma realidade muito próxima.

Em abril de 2016, um jovem foi assassinado na Estiva ⁶⁴, Conrado, como mencionei acima. Francisca contou-me que o rapaz deixou um filho, a esposa grávida e foi executado na frente da avó. Conrado era amigo de Mateus e ela recordava que deu várias roupas do filho para ele, pois tinham o mesmo corpo gordo (falou dessa lembrança com um ar triste).

Rosa também conhecia o jovem e falou que este era melhor amigo do seu irmão e usava drogas. A menina revelou quem havia assassinado o rapaz: “os policiais”. Ela disse:

⁶² A Sardinha também era um segmento (e comando) inimigo (rival) da Estiva, pois esta executou o bichão da Sardinha.

⁶³ “Bichão” é o “chefe”, segundo Carlos, é o “dono de todas as bocadas” (fala de Francisca).

⁶⁴ Interessante pontuar que logo no início da pacificação, a família comentava que não havia mais registros de assassinatos na comunidade, mesmo discurso proferido por outros moradores.

“Foi a polícia, aqueles malditos, a delegada mandou eles para acabar com o crime, mas ela não sabe que o crime não acaba assim”. Perguntei como o crime acabaria, ela respondeu: “O crime só vai acabar quando Jesus voltar”.

Mesmo após o *processo* de pacificação Francisca me alertou dos perigos em passar por determinados lugares, o beco da Estiva que dava acesso à praça das Docas, por exemplo, deveria ser evitado dependendo do horário, sendo mais tranquilo de dia e à noite não. Francisca já quase levou um tiro passando por esse beco. Um rapaz fugia passando pelo beco, foi atingido por outro. Ela ao ver a cena desmaiou e as pessoas que vieram socorrê-la acreditaram que Francisca havia sido vítima de bala perdida. Eduardo escutando o relato da mãe comentou que não possuía mais medo de passar pelo beco como antes, a mãe gritou com o filho e o disse que nunca passasse à noite, “Eu já quase morri ali”.

Um acontecimento com Carlos ocorreu semanas depois da pacificação: sua bicicleta foi furtada na porta de casa. O fato era intrigante, pois a família e outros moradores sempre estavam relatando que tudo estava em “perfeita paz” e nenhum crime estava ocorrendo após o “acordo de paz”. Francisca contava-me que havia sido os “drogueiros” (classificação dada para os jovens que usuários de drogas) e que apesar da “paz” a recorrência de furtos no Serviluz aumentava. A menina Rosa falava que estava “tudo tranquilo”, mas que meninos da Sardinha iam sempre assaltar e furtar na Estiva durante a madrugada e que Carlos ficou triste e com raiva quando levaram sua bicicleta.

Eduardo, diferentemente da mãe e dos irmãos, desacreditava na potência pacificadora que o “acordo de paz” prometia aos moradores, “Está na paz, mas... não acredito nela. O pessoal diz que tem, então eu acredito, mas...”. Para ele, a qualquer momento tudo poderia mudar, desconfiava da “paz” instaurada na favela. O menino sempre circulou normalmente pelo Serviluz, mesmo com as questões do irmão, Mateus. Mas, com a pacificação, quem é envolvido no crime agora poderia andar à vontade também. Eduardo faz uma segmentação ou duas classificações: os envolvidos que antes não poderiam circular por todo o Serviluz, mas agora podem e os não envolvidos (onde ele se colocava) que já podiam circular por todo o Serviluz e que continuam exercendo esse direito, só que agora com mais liberdade. O fato de ter um irmão envolvido não influenciava na liberdade que o garoto exercia de andarilho pelo bairro.

Lembro-me das várias recomendações que recebia do Eduardo quando saía de sua casa à noite, ou para ir até à casa de Márcio (Titanzinho) ou indo para a parada de ônibus

(Praça das Docas): “Tia, não vai pelo Campo [do Paulista], é perigoso, tá escuro. Vai pelo Titanzinho. A senhora sabe ir? Sempre que vou para algum lugar, eu vou por lá”, eu falava: “Mas mesmo com a paz, tá perigoso? Tá tendo assalto?”, Eduardo: “Num sei, mas não é bom confiar”; outra vez, eu disse: “Mas num está tudo em paz” e ele: “É, mas ninguém sabe”. Sobre a pacificação e como era antes do “acordo de paz” na favela, ele me explicou:

Era muitas brigas, tia. Não podia tá... Assim, o pessoal da Estiva não podia ir pro lado da Pracinha eles queria exterminar. Era muita... Agora, né, fizeram o acordo de paz, aí todo mundo tá entrando, assim, agora você pode andar em todo lugar.

Já Rosa possuía concepções que atravessavam seu imaginário no que dizia respeito aos riscos que corria na comunidade, onde, mesmo com a pacificação, transparecia um medo do segmento da Favela. Primeiramente, assim como a maioria das crianças, mas como alguns adultos também, acreditava que Titanzinho e Favela eram o mesmo lugar ou um mesmo bloco, segundo ela, por serem muito próximo um do outro. Em segundo plano, ela não poderia andar sozinha na Favela, no Campo do Paulista e em direção à Pracinha.

O outro receio da menina em relação ao segmento da Favela se referia à ameaça que recebeu de um menino (8 anos) morador do segmento. Este ao saber que o pai de Rosa trabalhava no Cais do Porto, lhe alertou que não fosse até o local, pois “se a Favela te pegar...”. A menina se sentiu intimidada e com medo nunca vai ao trabalho do pai. Na conversação gravada, Rosa definiu o que é paz para ela:

D: O que você acha da paz?

R: Muito boa. (interpretando)

D: Muito boa.

R: Sim.

D: Mas para você o que é paz?

R: Paz, amor e paixão (interpretando).

Outro dia estávamos eu, Rosa e sua amiga, Susy, na pracinha da Estiva aguardando a atividade do projeto iniciar. Rosa brincava em cima do banco com uma massinha de modelar, ela refazia um boneco para Susy. No meio da rua havia cerca de vinte meninos jogando futebol, os garotos também aguardavam a atividade que seria realizada por Josué e, enquanto esperavam, aproveitavam para brincar. A Estiva voltava a uma dinâmica

agitada, as ruas se preenchiam com cada vez mais gente depois das 18h, desde agosto de 2015, mês que ocorreu a chacina, eu não observava tanto movimento.

Diante do cenário, falei para as meninas: “Estava observando aqui, agora as crianças voltaram a brincar na rua, antes... assim que teve a chacina, as crianças não podiam brincar na rua, não é?” Elas explicaram que todas as crianças voltaram a brincar na rua. Susy disse que antes as pessoas não podiam beber na rua ou colocar som alto que a polícia chegava e ordenava parar. (o “antes” que a menina comentou é o antes do “acordo de paz” – a polícia perdeu poder de interferir na sociabilidade da área com a pacificação, pois em tese, as regras agora eram ditadas de “dentro”, pelos jovens ligados ao tráfico de drogas e armas). Rosa falou que “Eles [a polícia] atiraram para cima um dia desses para os da Favela, para pensarem que foram os da Estiva”, e assim, começaria a “guerra” de novo. Susy concordou com a amiga e completou, “a polícia não está gostando da paz”, Rosa confirmou a assertiva dela.

Eu iniciei a conversa com o evento da chacina e elas remeteram diretamente para a pacificação, mas que na verdade são eventos que ocorreram simultaneamente, onde a chacina é a representativa mais próxima dos tempos de “guerra” e o evento da pacificação como “tempos de paz”, tranquilidade, pelo menos aparentemente.

Em outra situação exemplar sobre as percepções da pacificação e de como isso gestava incômodos na família das três crianças, estávamos todos na sala numa determinada tarde da semana. Francisca pergunta para Raul (amigo de Carlos e quase da mesma idade que este): “Quem é a tua mãe?”, **ele**: “Minha mãe é uma que tem uma tatuagem no peito”, **F**: “E o teu pai?”, **ele**: “Morreu [...] Porque o pessoal da Favela não gostava dele, dos de lá [da Estiva]”. Carlos intervém no diálogo e complementa afirmando que isso ocorreu após o “acordo de paz”, ainda relatou que o tiroteio na Favela tinha como motivação gerar conflitos, uma “isca da polícia para pegar os bandidos”, ou melhor, uma estratégia policial ativada após a pacificação. Raul acreditava que a polícia estimulava, que naquela semana ouviram-se tiros vindos da Favela, para todos pensarem que foram os rapazes da Estiva, faziam isso nas duas áreas, para incitar conflitos entre segmentos. Carlos e Francisca confirmavam *o evento crítico* (DAS, 1995). Eles contaram ainda que naquela semana os policiais apreenderam muitas drogas e que entregaram numa “bocada” para seus amigos (traficantes). As parcerias entre as duas categorias, agentes da segurança pública e os traficantes se estreitavam com a pacificação.

3 “MARCADO PARA MORRER”

Os desprezíveis, os homens obscuros, os detestáveis, as vidas sem importância, os miseráveis, os homens infames são filhos das relações entre vida e poder (e subjugação), entre as vidas das pessoas classificadas como indesejáveis e o *biopoder*, de acordo com Michel Foucault (2012). O corpo dos miseráveis é controlado pelo rei nas literaturas e fábulas analisadas por Foucault em “A vida dos homens infames”. A produção de efeito de verdade nesses escritos galgava reconhecimento e tornava-se o “discurso da infâmia”. Esses discursos estão espalhados no mundo social e demarcam quem é “cidadão de bem” e quem “é bandido”, figura degradada socialmente, passível de morte, exterminável.

Em meio aos discursos e aos “desclassificáveis” do mundo social, a vida quando exposta aos *eventos críticos* (DAS, 1995), por exemplo, a chacina, ou aos eventos mais singulares do cotidiano no Serviluz, se tornam *nua e crua* (AGAMBEN, 2002). Sobre a vida, Hannah Arendt expõe:

A vida é um processo que em toda parte consome a durabilidade, desgasta-a e a faz desaparecer, até que finalmente a matéria morta, resultado de processos vitais pequenos, singulares e cíclicos, retorna ao gigantesco círculo global da natureza, onde não existe começo nem fim e onde todas as coisas naturais volteiam em imutável e infundável repetição. [...] a capacidade humana de vida no mundo implica sempre uma capacidade de transcender e alienar-se dos processos da vida. [...] embora a natureza se manifesta na existência humana por meio do movimento circular de nossas funções corporais, ela faz sua presença ser sentida no mundo feito pelo homem por meio da constante ameaça de sobrepujá-lo ou fazê-lo perecer (ARENDR, 2014, pp. 43-44).

Arendt, no esforço por uma fenomenologia da *vita activa*, dialogando com Agamben e, concordando com este, frisou que a política moderna põe em pauta a existência humana, nua e crua de todos, onde a vida é reconhecida por seu valor, mas também, por seu desvalor. Nazismo e fascismo representaram esse desvalor à vida, ao passo que haviam feito da decisão sobre a “vida nua” seu critério político supremo e soberano.

Na era moderna, onde todos os objetos de uso tornaram-se bens de consumo, o *homo faber* (fabricante do mundo e as ações de estabilidade e durabilidade) foi vencido pelo *animal laborans* (“a felicidade é o maior bem”). Dessa maneira, é a própria existência do mundo, este que é construído pelo homem, que está em jogo e, as ameaças, são as

mobilizações para a satisfação das necessidades e a cristalização da fronteira entre natureza e mundo (animalidade e humanidade). Apesar disso, Arendt concebe uma esperança aos tempos sombrios que analisava. A *liberdade* é o signo da dignidade humana e a *pluralidade* é “a condição humana da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá” (ARENDR, 2014, p. 10). A condição humana está para além das condições sob as quais a vida foi dada ao homem, pois “os homens são seres condicionados, porque tudo aquilo com que eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência” (ARENDR, 2014, p. 14). Mas, por outro lado, esse condicionamento dos homens não é absoluto.

Essa discussão abre portas para compreender e analisar a condição dos “marcados para morrer”. “Marcado” é uma categoria nativa que representa estar ameaçado de morte, jurado para morrer, “marcado para a morte” em decorrência de variadas motivações, podendo ser por conflitos interpessoais ou por conflitos com práticas criminosas, como exemplo, dívida de drogas e outras. Quem está “marcado”, geralmente, passa a tornar suas práticas cautelosas no sentido de preservar sua vida, por exemplo, mudar-se do bairro, refugiar-se em casa de parentes ou amigos distantes do seu bairro, ir embora sem avisar ninguém, afastar-se da escola, dos amigos. Mas na maioria das situações o afastamento é recíproco por parte da rede de relações de um jovem “marcado”, as pessoas “não-envolvidas no crime” com receio de estarem acompanhadas com um “marcado” afasta-se dele, pois podem ser confundidas e entrarem na dinâmica da marcação. Dessa maneira, o jovem “marcado” tem sua primeira morte simbólica. Se formos mais longe, ele é “marcado” em maior potência por sua rede de relações afetivas, parentais e de amizades do que por aqueles inimigos que desejam exterminá-lo fisicamente.

A vida dos jovens “marcados para morrer” é a *vida nua*, a *vida matável* e *insacrificável* do *homo sacer*⁶⁵, uma vida sacra (AGAMBEN, 2002). A *comunidade interpretativa* (BECKER, 2009) que os delatam, acusam, interpelam, julgam, que provocam suas mortes cotidianamente até a morte fatal, são como os *soberanos*⁶⁶ (AGAMBEN, 2002).

⁶⁵ “Uma obscura figura do direito romano arcaico, na qual a vida humana é incluída no ordenamento unicamente sob a forma da exclusão (ou seja, de sua absoluta *matabilidade*). [...] esta talvez mais antiga acepção do termo *sacer* nos apresenta o enigma de uma figura do sagrado aquém ou além do religioso, que constitui o primeiro paradigma do espaço político do Ocidente. [...] o *homo sacer* pertence ao Deus na forma da insacrificabilidade e é incluído na comunidade na forma da matabilidade. *A vida insacrificável e, todavia, matável, é a vida sacra*” (AGAMBEN, 2002, p.16 e 90). Na perspectiva do autor essa vida nua persistiu na política moderna, onde a *vida nua* do cidadão tornou-se o novo corpo biopolítico da humanidade.

⁶⁶ “*Soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nesta esfera*” (AGAMBEN, 2002, p.91).

A vida desses jovens está sujeita “a um poder de morte, a sua irreparável exposição na relação de abandono” (AGAMBEN, 2002, p. 91).

O “marcado para morrer” é uma figura subjetiva carregada de significações que passou por um processo de dessubjetivação: é a figura classificada como *descartável*, *indesejável* (ARENDRT, 2013), não considerado, “aquele que não se dá o respeito”, *matável* (AGAMBEN, 2002), executável. Então, torna-se *o não humano, onde a desconsideração é em relação ao “outro”, e não ao sujeito*, como aponta Castro (2011) sobre essa morte simbólica do sujeito.

O contexto de meninos e rapazes assassinados nas periferias e nas favelas está presente constantemente nos relatos de pessoas que convivem com eles, direta ou indiretamente; mães, cuidadoras, professores, educadores sociais, crianças, polícias, jovens e uma diversidade de atores sociais possuem alguma história para narrar. Os significados encontrados pelos jovens e por suas famílias sobre as motivações da morte de um jovem assassinado por arma de fogo são extensos, motivos que perpassam pelos conflitos intergeracionais, intragrupoais e interpessoais. As motivações são reflexo da *violência difusa*⁶⁷ (BARREIRA, 2015) e sentidas no cotidiano desses sujeitos sociais.

Na trama cotidiana e das práticas culturais das crianças e adolescentes, seja em casa, na rua, na escola ou nos projetos sociais dentro das favelas vão se tecendo os projetos de vida, projeções de futuro “decente” para meninos e meninas e que vão por água abaixo quando eles se envolvem no crime e ficam “marcadas para morrer”. Algumas deliberações emergem desse contexto: o “fulano não tem futuro e é malandro, só dá dor de cabeça para a família, faz a mãe chorar, é melhor que morra logo para dar paz pra família e para as *peleas de bem* desse lugar”, “é alguém que não fará falta, é um menino danado, menino-cão, um cãozinho, menino ‘malino’, travesso, só traz confusão. Mete todo mundo em encrencas”.

Nesse contexto, jovens “marcadas para morrer” mexem com o imaginário infantil, pois assim como os adultos, as crianças percebem como uma descontinuidade de uma vida de futuro. Uma frustração e desrealização subjetiva, mas também, comunitária. É perceptível quando as mortes de jovens “marcados” e “sem futuro”, “aqueles que não possuem mais

⁶⁷ A *violência difusa* é um conceito fundamental para pensarmos o fenômeno da violência na contemporaneidade, segundo Barreira (2005), pois assume uma natureza polissêmica (a “sensação difusa da insegurança” e os “difusos medos sociais”). O *difuso* está associado ao imponderável, o incontrolável. Dessa maneira, todos, independente de sexo, idade ou classe social, são passíveis serem vítimas de práticas classificadas como violentas, o que atesta o lado “democrático” da violência na vida contemporânea.

jeito” são desejadas ⁶⁸, afinal, suas reincidências não são mais suportadas pela coletividade. “Tudo se procurou fazer por eles, passaram por medidas socioeducativas, internamentos, projetos sociais, pelas igrejas, pela família, mesmo que ‘desestruturada’, pela escola, por todas as instituições que se possuem a crença de formadoras de ‘seres de bem’”. Mas o que aconteceu? Por que elas não deram certo na vida? A culpa/falha foi de quem? Essas perguntas latejam na cabeça dos pais, principalmente das mães, dos educadores sociais, professores, mas também, das crianças, mas com outras significações.

Os jovens com a “vida marcada para a morte” “não tomaram jeito” na concepção mais ampla, nenhum *processo civilizador* ⁶⁹ (ELIAS, 1994) e moral deu conta desse sujeito. O jovem torna-se um *moribundo* ⁷⁰ (ELIAS, 2001), um ser banido da sua rede de relações e de parentesco, pois confere um perigo, um mal em potencial para todos a sua volta, um sujeito social rechaçado das interações sociais. Poucos serão aqueles que irão chorar a sua morte, pois muitos estarão exaltando esse “bem” que sua morte trouxe, a paz que reina momentaneamente na favela, eles dirão: “esse aí já foi tarde”, “menos um para perturbar nosso juízo”. Muitas mães e cuidadoras chorarão as perdas dos meninos e rapazes-*moribundos* (ELIAS, 2001), de *vidas e mortes severinas* ⁷¹ (MELO NETO, 2007), mas também, elas sentirão culpas intermináveis, serão moralmente questionadas e banidas por não terem educado direito, serem omissas, terem passado muito a “mão na cabeça” de seus meninos, por não terem dado os corretivos físicos e morais necessários que todas as crianças devem passar no processo de socialização e, assim, poderiam ter crescido como “cidadãos de bem”, homens honestos e trabalhadores, futuros pais de família. Então, assim “deveria ter sido”, mas não foi, segundo os discursos de pessoas responsáveis institucionalmente pelas crianças, uma complexa falha no caminho ocorreu e o menino ou rapaz hoje está morto, tornou-se mais um dado estatístico nos homicídios contra a população de classe popular, negra e jovem no Brasil.

⁶⁸ Os jovens “sem futuro” e “sem jeito” são derivações de *matáveis*, pois antes mesmo de se tornarem matáveis, uma série de classificações de destituição moral recaíram sobre eles na comunidade.

⁶⁹ O processo civilizador, segundo a teoria histórico-sociológica de Elias, é um movimento histórico e social, na qual as estruturas emocionais incorporaram os controles estabelecidos pelas instituições sociais, mas que se transformam de acordo com os acontecimentos produzidos em determinada sociedade. O controle dos impulsos é o objetivo primordial para o sucesso do “processo civilizador”.

⁷⁰ Segundo Elias, *moribundo* é alguém que está entre a vida e a morte, na qual sua rede de relações está fragilizada, afinal, ele é empurrado cada vez mais para a invisibilidade, para os bastidores, alguém que não tem mais chances de se salvar. A morte como um dos maiores tabus das sociedades ocidentais nos faz perceber os moribundos dessa maneira, pois lidar com a morte do outro é como lidar com a própria ideia de que um dia também morreremos.

⁷¹ Uma vida de sofrimento, discriminação e exclusão social, onde a morte não é muito diferente disso, assim como João Cabral de Melo Neto narra a trajetória do personagem Severino, um retirante nordestino que encontra vários outros Severinos no seu caminho.

Dentro de uma configuração simbólica de favelas enraizadas por alta vulnerabilidade civil e socioeconômicas, lutas faccionais armadas, disputas pela verdade, mas também, pelas territorialidades simbólicas e subjetivas de lugares marcados por infinitos conflitos sociais inflamados, cotidianos, de amplas dores sociais que respingam sobre os universos infantis de meninos e meninas moradoras desses lugares, onde crianças estão expostas à violência e são as principais vítimas, onde as mortes de *pessoas indesejáveis* (ARENDR, 2013) ou “mortes desejáveis”⁷², tanto a de seus próximos quanto de pessoas da comunidade, acabam por fragilizar suas concepções sobre as relações sociais e mobilizam redes de desrealização do universo infantil, tanto para elas quanto para os adultos. Potencializam-se as descrenças e se multiplicam as zonas de desconfiança, exclusão de meninos e meninas que não se “enquadram” nas morais do lugar (ou aqueles que se tornaram “marcados”, mas ainda não o são, afinal, estão sobre *suspeita social*), quando estes são as vidas *indesejáveis* (ARENDR, 2013), numa tensão da exclusão dentro da exclusão, por exemplo, meninos “marcados” não podem participar dos projetos sociais dentro da comunidade.

A condição de “marcação” possui vários eixos classificatórios: os que estão marcados e ainda não foram executados, os que têm medo de ser marcado e aqueles que nunca serão marcados. Os primeiros são tidos pela comunidade como guerreiros, pois já escaparam várias vezes da morte, ele está marcado mais desafia a morte, não fica enclausurado em casa e a qualquer momento pode ser delatado por algum vizinho ou parente. Entre as insígnias do *mundão, da consideração e das “tretas”* (SÁ, 2010), os “marcados” que possuem a credencial de guerreiro são os “valentes do pedaço” e exigem respeito por onde passam.

As “marcações” podem ter início desde a meninice, assim como já relatei nesse texto, mas também podem emergir na adolescência ou vida adulta, mas algo era muito claro: a “marcação” estava na trajetória de vida da pessoa. Ter “aprontado muito”, ameaçar alguém valente na favela ou se impor como valente e envolver-se em conflitos interpessoais eram apenas alguns motivos para “estar marcado para morrer”. A carreira moral de um “marcado” se configura numa cadeia de eventos e ações em que se envolveu e não foi bem sucedido, como exemplo, descumpriu regras locais e de grupo de pertencimento (principalmente de

⁷² Na maioria das vezes, dependendo do grau de inimizades que um “marcado” consegue alavancar, sua morte é desejada pela comunidade em geral (principalmente por aqueles que defendem a moral e o bem estar dos “cidadãos de bem”), pela polícia e até por sua família, pois suas ações refletem nesta, afinal, não apenas o jovem fica marcado, todos os familiares e amigos também o ficam, a “marcação” torna-se coletiva.

grupos que são aliados por atividades ilícitas), desafiou um traficante, matou alguém por alguma banalidade e despertou a vingança na família ou amigos do morto, envolveu-se em conflitos cotidianos (brigas de bar, disputas amorosas, ciúmes, valentia, brigas de vizinhos e tantas outras conflitualidades). Essas situações vão se inflamando e gestando um ciclo de intrigas (“tretas”) que envolvem uma gama de atores sociais em disputa pela verdade e por autoridade. As ameaças vão se alastrando e a “marcação” pode ser proveniente de várias direções, inclusive, do lado que menos se espera, no caso da “traíragem” (delação).

As questões morais e culturais da comunidade influenciam sobre uma situação/condição muito presente na comunidade: estar “marcado para morrer”. Aliás, estar “marcado” engendrava um processo extremamente significativo, no qual essa situação tornava-se um próprio regime de moralidades dentro da favela, um dispositivo moral de suma importância.

“Marcado para morrer” como um fenômeno espreado de moralidades contaminava e dava forma às regras da comunidade, à convivência coletiva, à cultura local e influenciava diretamente nos comportamentos e nas socialidades dos moradores do Serviluz. Essa dimensão intersubjetiva da condição de “estar marcado” só ganha força e legitimidade por conta da sua capacidade de organizar a comunidade, tornando-a um espaço de sobrevivência no qual não percebemos apenas a “falta de” (ausência de), mas também a “presente de” discursos, práticas, modos de socialização, evitações, honra, disciplina, valores). Poderíamos comparar esse fenômeno com a *anomia social* de Durkheim. A representatividade simbólica e moral que a “marcação para a morte” carrega dentro daquela coletividade tem uma força motriz capaz de conduzir várias gerações simultâneas. Crianças, adolescentes, adultos e velhos se utilizavam da expressão, significação e das histórias reais dos “marcados para morrer” para manterem o controle social e a seguridade na comunidade diante de tantas guerras vividas e receios de outras tantas por vir.

A socialidade das crianças, os projetos de vida, as expectativas, os desejos, os cuidados, as lições de moral, as brincadeiras e chacotas, as fofocas, as conversas, os silenciamentos diante dos assassinatos de jovens, as relações sociais e intersubjetivas da comunidade, ou seja, tudo que envolva o sujeito e o mundo social dentro daquele universo se voltava para aquela situação e condição, não havia um dia em campo no qual eu não escutasse algo que referendasse isso. Tratava-se de uma realidade latente na vida cotidiana dos moradores.

Espacialidade e temporalidade eram questões decisivas nesse ínterim, pois todas as instituições responsáveis pela socialização de crianças e adolescentes (ou as redes protetivas), família, vizinhos, projetos sociais, escolas, igrejas de vários credos e denominações, estavam controlando intermitentemente os sujeitos e as histórias, as rotinas e as fofocas para se atualizarem por onde o “perigo” circulava e com quem andava para, dessa maneira, não permitir que suas crianças e adolescentes fossem capturados pelos “vagabundos” da comunidade. Mas por outro lado, a *espacialidade* e a *temporalidade* eram decisivas, quanto mais a criança fosse se aproximando da adolescência as prevenções contra esse “perigo” se acirrava. Meninos e meninas, mas, principalmente os primeiros ⁷³, são educados desde muito pequenos para não tornarem-se “bandidos”, sair da “marcação” (ou melhor, da suspeita social de que potencialmente esse menino pode tornar-se bandido) é o primeiro marcador de socialização. A grande questão: salvar meninos e meninas da “marcação” antes mesmo que se envolvam em algum conflito ou crime, seja agora ou no futuro.

3.1 As crianças e os “marcados para morrer”

Rosa (8 anos), irmã caçula de Mateus, narrou poucos meses depois que na noite da chacina na Estiva não deveriam ter sido executados cinco jovens, mas dez. Em momento anterior, enquanto olhávamos o álbum de fotos da família ⁷⁴, ao ser perguntada quem estava naquelas fotografias, ela respondeu que era Mateus, seu irmão assassinado na chacina. Rosa narrou um pouco de como era sua relação com o irmão:

Rosa: Quando ele tava em casa ele ficava me dando língua e brincando comigo. [...] ficava arengando comigo [...] Às vezes eu gostava era muito dele.

Francisca: Todo mundo gostava do Mateus aqui porque ele nunca tirou vida de ninguém.

Rosa: Ele só pegava dinheiro da mãe.

Francisca: É, tirava mesmo, né Rosa?

⁷³ O sexo masculino costumeiramente se envolve mais em conflitualidades e com o crime, apesar de que o sexo feminino tem figurado bastante nas últimas pesquisas, mas aquele ainda guarda sua relevância nos mercados ilegais.

⁷⁴ Em tópico posterior irei apresentar toda a família de Rosa, suas histórias de vida e a relação que possuíam com Mateus, o jovem assassinado na chacina da Estiva.

Rosa: Hurum... Mas não tirava dos outro. [...] Teve um dia que eu já vi ele pegando 10 reais ou 20 ou 2. [...] No dia que ele morreu... [...] Eu fiquei tão (incompreensível o que ela fala – “aperreada”, “nervosa”) que eu pensei que era um pesadelo. [...] Aí eu fiz assim em mim (fez o gesto de beliscar-se), aí se eu abrisse os olhos de novo, era verdade.

Francisca e Rosa, uma sobrepondo o discurso da outra, explicaram como se relacionavam com Mateus, um jovem que gostava de brincar, mas também, de arengar (insultar) com a irmã caçula. Um jovem que todos, sem exceção, gostavam, porém, segundo Rosa, “só” gostava de furtar o dinheiro de sua mãe. Mas, por outro lado, “não furtava de outras pessoas”, o que para ela seria mais moralmente condenável. Mateus furtava da mãe para comprar drogas. Rosa em alguns momentos lhe fragou cometendo esses furtos. Rosa, dentre os irmãos mais novos de Mateus, refletia e expressava forte sentimento de saudades e desacreditava no que havia ocorrido ao irmão naquele dia: “Eu me belisquei para saber se era verdade”.

Em 2014, eu esperava o início de uma atividade do projeto missionário, quando Lara (12 anos) começou a narrar que havia visto no dia anterior o jovem que assassinou seu primo. O fato era recente na época, cerca de um ano. Lara falou em tom de revolta: “Se eu fosse homem eu matava ele [sic]”. A tia da menina estava envolvida amorosamente com alguém da família desse jovem que assassinou o primo de Lara e, esta, por sua vez, explicava que não compreendia como a tia, que era tia também desse primo, estava tendo a coragem de fazer isso com a família. Era um “desgosto”, uma “traíragem”. O primo de Lara, segundo ela, era envolvido com o tráfico de drogas local e estava “marcado para morrer” há algum tempo.

Em outro momento, ainda em 2014, uma menina (10 anos) participante do projeto missionário, Letícia, disse certa vez ao justificar sua ausência nos últimos encontros: “Eu moro na Pracinha, mas não posso mais vir para o Titanzinho, porque uma vez estava eu e uma amiga vindo para o balé aqui (referia-se ao balé que fazia em outro projeto social) e dois caras pararam a gente e disseram que não podia mais, por isso não estava mais vindo para o projeto”. Perguntei o que aconteceria se as pessoas de lá (da Pracinha) desobedecem a ordem e passassem para a outra segmentaridade simbólica e ela respondeu: “Aí fica ‘marcado”.

Sendo assim, as lutas simbólicas, as segmentaridades e os *interstícios imaginários* das crianças dentro do Serviluz povoavam seus relatos e, além disso, falar de “marcados” era assunto tabu para elas, afinal, há uma rede de restrições, por exemplo, quando a mãe de Rosa

lhe constrangeu dizendo certa vez: “Não quero você falando disso, não é assunto de criança”. Aquilo que não é assunto de criança despertava a imaginação, potencializava os relatos. E quando crianças, como Rosa e Lara, perdem entes próximos, como fazer para externalizar essa dor? Quem desejaria escutá-las ou lhes daria ouvidos? Será que realmente a morte marcada na favela não é assunto de criança?

A *vida matável* (AGAMBEN, 2002) no imaginário das crianças pesquisadas é enxertada por metáforas, transcorridas nas brincadeiras e nos modos de expressões espontâneas e num modo “quase adulto de ser” elas procuram potencializar e falar sério sobre as questões que as incomodam. As brincadeiras são expressões das conflitualidades presenciadas e sentidas por meninos e meninas nessa pesquisa, onde o fato de um menino estar preocupado com a hora que a reunião do projeto vai terminar torna-se motivo de zombaria perante os colegas, pois foi interpretado como estando “marcado para morrer”, logo, tem que correr contra o tempo e dos perseguidores para continuar sobrevivendo. Meninos que passam semanas sem aparecer na escola são classificados como “marcados”, pois estão provavelmente em confinamento em casa ou no interior do Estado na casa de parentes, no intuito de preservar a vida. As fofocas se espriam e algumas brincadeiras de “mal gosto” também possuem fortes amarrações de classificações, principalmente, nas situações de “guerras” nas favelas. Um “mal entendido”, um “mal dito”, uma fofquinha de nada, uma brincadeirinha sem intenção entre meninos, “pivetes” podem produzir tensionamentos graduados e explosivos, onde “marcados para morrer” ficaram “marcados” por um engano, por ações e frases distorcidas, por um “disse me disse” que no fundo não foi intencional.

3.1.1 Carlos, Eduardo e Rosa: a família e a chacina da Estiva

Na noite do dia 11 de agosto de 2015, bateram na porta da casa de Francisca. Do lado de fora anunciaram ser a polícia. Ela com muito medo não abriu (essa situação era recorrente na casa de Francisca, segundo ela), então, os homens arrombaram a porta, entraram (nesse momento ela chorou desesperada). O filho assassinado, Mateus, morreu olhando para ela, “O bicho morreu olhando para mim e eu não podia fazer nada”. A mãe em desespero na ocasião procurou impedir a ação dos homens que estavam armados, bateu nas costas daquele que atirava contra o corpo de Mateus e clamou: “Pelo amor de Deus, não mata meu filho”. Esse homem simplesmente não disse nada e continuou atirando. Francisca relatou que não só

se jogou na frente porque morreria também se tentasse salvar o filho. Afinal, isso não poderia ocorrer a ela, pois tinha mais três filhos pequenos para criar.

Na ocasião da minha visita à família e logo após o crime, as crianças, os irmãos de Mateus, participavam ativamente no relato do evento, com exceção de Eduardo que entrou calado e saiu calado. Carlos relatava detalhes, complementava as informações da mãe, dizia que os homens eram fortes, bem armados e que usavam botas. A mãe irritou-se em determinado momento com a vivacidade com que o menino falava e ordenou que ele calasse a boca, pois ela que sabia como tudo havia acontecido. Carlos obedeceu ao imperativo da mãe e pouco tempo se retirou da sala e não retornou. Rosa ao escutar toda a narrativa colocou as duas mãos tampando os ouvidos. Perguntei por que fazia aquilo e ela me respondeu: “porque eu fico nervosa”. Rosa estava bastante inquieta, levantava-se, mexia no celular da mãe e sentava novamente ao lado desta.

Francisca disse ainda que as crianças acordaram na hora que os possíveis policiais entraram na casa e escutaram tudo, que Carlos se escondeu de baixo da cama, que ela escondeu Rosa e a deitou no chão. Depois que os homens foram embora ela saiu na rua gritando e chorando: “Por que, meu Deus, por que o meu filho?”.

A mãe contou-me que “Mateus era bom”, que o filho “era puro”, pois “nunca tinha matado ninguém”, que “usava drogas, mas era bom, que não merecia aquilo” (chorava muito). Ela lhe dava dinheiro sempre que precisava, mas “ele havia escolhido essa vida fácil”. O pai de Mateus morava na Bahia e após o filho sair da prisão Francisca tentou mandá-lo para a casa dele, mas o pai do jovem disse que não havia emprego para Mateus e ela implorava que ele conseguisse um emprego o jovem, como pescar com o pai, por exemplo, isso “já seria alguma coisa, uma ocupação”. Francisca desejava que ele saísse do Serviluz e ao mesmo tempo do mundo do crime.

Toda a família, inclusive parentes distantes, ou melhor, pertencentes aos laços de consanguinidade do jovem, estavam em estado de choque e comoção com a notícia do assassinato e compareceram no dia do velório. Uma irmã de Francisca que mora no Rio de Janeiro (elas não mantêm contato há 20 anos) coincidentemente lhe ligou no dia que foi reconhecer o corpo no IML (Instituto Médico Legal). Essa irmã prestou toda solidariedade e apoio naquele momento de dor. A avó de Mateus, no enterro, chorava bastante e lembrava o quanto ele era bom. A irmã, Mara, que era envolvida com drogas e na época morava em

Belém com um homem mais velho, veio de ônibus para o enterro do irmão, mas não conseguiu chegar a tempo.

Márcio procurando confortar dona Francisca orou e narrou a história bíblica de Lázaro e, em seguida, falou que não iria dizer “sinto muito”, pois ela sabia que um dia aquilo iria acontecer, Mateus seria assassinado. Ela, nesse momento, apenas confirmou a assertiva do jovem.

Corriam boatos dentro da comunidade que os assassinos da chacina ou eram milicianos ou rapazes da Favela procurando vingar a morte de dois jovens traficantes, assassinados com duas semanas de antecedência na chacina da Estiva. A primeira suspeita era mais consistente para Francisca.

Francisca, no interrogatório conduzido pela delegada do distrito policial responsável pela investigação dos crimes daquela noite foi questionada se sabia quem eram os assassinos. A delegada ao perceber a resistência dela orientou que seria importante a denúncia, pois só assim a justiça seria feita. Francisca respondeu dizendo que só acreditava na justiça de Deus e nada mais, sabia que nada iria se resolver. Ela tinha conhecimento de quem matou seu filho, mas nunca iria contar para a polícia. Ela teve medo de falar, apontar que havia sido a polícia que executou Mateus (era a sua certeza), pois sabia que iriam voltar e fazer algum mal, não para ela, mas muito provavelmente para seus filhos menores. Francisca receava por eles. Sobre a polícia, ela relatou: “até existem os policiais corretos, mas a maioria não presta”. Francisca não deu continuidade ao processo de investigação e dava um tom de que nada iria trazer seu filho de volta, a batalha parecia estar vencida pelo “lado inimigo”, a polícia.

A chacina da Estiva repercutiu profundamente na vida da família de Francisca, principalmente, na dela e de seus três filhos menores, Rosa (8 anos; na época da chacina, 7 anos), Eduardo (12 anos; na época da chacina, 11 anos) e Carlos (13 anos; na época da chacina, 12 anos). Uma *configuração* (ELIAS, 1994; 1997) acompanhada de uma *reconfiguração* familiar era nítida após o evento do assassinato de Mateus. Toda a família saiu da casa onde ocorreu o evento de morte e foi morar temporariamente na casa de uma das filhas de Francisca, Alexandra. Eduardo estava dormindo na casa da sua madrinha, pois a casa era pequena para abrigar todos e o menino estava em pânico. Semanas depois a família saiu definitivamente da casa própria que tinham na rua do trilho, local do *evento crítico* (DAS, 1995) para morar de aluguel com Alexandra e sua companheira, Nara, numa outra casa maior,

mas ainda na Estiva. Francisca se sentia desconfortável nessa situação, pois não aceitava a relação da filha com outra mulher, afinal, para ela, sendo evangélica: “Deus não permite a relação de duas mulheres, pois a mulher foi feita para o homem e vice-versa”. Apesar disso, Francisca gostava de Nara e, para ela, ela era “uma boa moça”. Um choque moral e religioso se fortalecia na família diante da insatisfação de Francisca. Os comentários da vizinhança, amigos e conhecidos sobre essa situação colocava em pressuposição que a mãe era conivente com a relação das duas jovens. Para Francisca, sendo evangélica (ou “da Igreja”, como as pessoas falam), tal pressuposição lhe demandaria explicações morais, já não bastando o peso que ela carregava de justificar o assassinato do filho. Dessa maneira, ela estava “pendente” diante das outras pessoas, “o que irão pensar de mim?”, tornava-se sua preocupação e uma bola de neve acompanhava os ajustes que a família deveria fazer após o *evento crítico* (DAS, 1995) da perda de um ente.

As mães de jovens assassinados na favela carregavam um peso moral muito potente, afinal, diante das expectativas e cobranças morais, elas são as cuidadoras, responsáveis pela educação, controle e vigilância dos filhos, pelo papel agregador e de vínculo familiar e coletivo no mundo social, além de serem as guardiãs dos meninos e rapazes “marcados para morrer”. A maioria dessas mães guardam sentimentos de culpa, luto e vergonha por terem filhos nessa condição e situação de “marcação” e esses sentimentos se intensificavam quando seus “meninos” eram assassinados violentamente.

A vida de Francisca havia se transformado e, segundo ela, só estava morando naquela casa porque “esse furacão chegou” na sua vida, o assassinato do filho. A casa que dona Francisca morava agora era muito pequena, diferente da outra. Havia cinco cômodos: sala, cozinha, dois quartos e banheiro. Na sala, uma cama de casal, guarda-roupa e uma estante com os brinquedos da Rosa e as mercadorias que Francisca vendia. Dormiam na sala a mãe e os três filhos menores, um dos quartos era apenas para colocar roupas e tudo que não usavam com frequência, no outro, dormiam Alexandra e Nara.

3.1.1.2 Francisca e as crianças: situações, dramas familiares e conflitualidades

A família com o evento da chacina e, logo, com a perda de Mateus, convivia mergulhada em dramas e conflitualidades (evidentemente, que estes já existiam no interior da

casa), ou melhor, se intensificaram e se inflamaram ao passo que uma *reconfiguração* (ELIAS, 1994; 1997) das relações parentais emergia a cada nova situação cotidiana.

A chacina, as relações entre a mãe e os filhos, entre os irmãos, a pacificação na favela, as lembranças dos eventos que marcaram e continuam repercutindo na vida dessa família após o assassinato de Mateus, chamaram-me bastante à atenção durante o campo. São algumas situações desse gênero que narrarei a seguir.

Nas várias tardes e inícios de noite que compartilhei com a família, vários relatos, percepções (e opiniões), situações se apresentaram para minha compreensão sobre o universo de práticas e significações da mãe, Francisca, e das suas três crianças.

Francisca, em nossas conversas informais, sempre me falava que a chacina da Estiva pretendia assassinar mais jovens, mas os homens não os encontraram. Tal qual Rosa, ela afirmava com precisão que dez pessoas iriam ser executadas, e não cinco como aconteceu naquela noite. “Era para ter sido assim, oh” (Rosa me mostrava os dez dedos das mãos), a mãe deu-lhe um grito: “Você pare com isso. Isso não é assunto para criança”. Um padrão de imposições, restrições, mas também, de tabu manifestava-se nas expressões das duas, pois *a morte se constituía como tabu, principalmente, para as crianças*, segundo Elias (2001).

A relação de Rosa com a mãe, por vezes, era conflituosa. A menina conversava com Francisca numa tarde e assistia a sua novela favorita. A mãe elogiou uma personagem, a menina se manifestou contra a opinião dela, pois a personagem havia batido na filha. Francisca ressaltou que a personagem era pai e poderia bater, pois “filho é que não bate em pai” e completou: “Melhor apanhar do pai do que da polícia. Com a polícia é ‘sim, sim, senhor’, mas com o pai é ofendendo, tá errado. Com o pai é, ‘sim, sim senhor’ e com a polícia, ‘sim, sim senhor’”. Sua referência se estendia à realidade dos jovens da favela quando são “baculejados” (apanham) pela polícia ⁷⁵. Carlos da sala falou baixo: “Sim, sim, senhor”. Francisca gritou com o filho e disse que ele era muito “gaiato”.

A socialização das crianças tomava como parâmetro no universo daquela casa, as práticas dos jovens da comunidade ou as situações próximas, a realidade cotidiana da localidade, ou as práticas do filho Mateus, que havia sido envolvido com o crime (no caso, ele era o *contra exemplo*, e não o exemplo). Francisca sempre referendava seus conselhos aos filhos escolhendo como base o mundo do crime, as ações classificadas como “erradas”, o mau

⁷⁵ Sobre o “baculejo” que os jovens das periferias de Fortaleza recebem da polícia, ver Sá e Santiago Neto (2011).

comportamento, as “más companhias”, a relação da polícia com os jovens (e o tráfico de drogas e de armas), e muitos outros aspectos.

Outra expressão do conflito existente entre Rosa e a mãe, mas agora relacionada ao passado desta, foi num momento em que Francisca me mostrava seus brincos e pulseiras, sendo que uma delas (uma pulseira de prata) foi presente de Cássio, pai das crianças. Ela falou dele com certa chateação, então lhe perguntei: “E vocês fizeram as pazes?”, Francisca falou que não e que Cássio “quer viver de passado”, mas que ela já decidiu, vai ficar sozinha, “não quero mais saber de homem”. A minha pergunta contaminou o ambiente e as duas, mãe e filha, começaram a discutir sobre os comentários que Cássio produzia para Rosa em relação sua mãe. Rosa demonstrava chateação, parecia estar em defesa do pai, mas procurando entender porque eles estavam brigados. A menina chorou em alguns momentos da discussão com a mãe.

Francisca, inicialmente, se defendia e procurava de várias formas convencer a filha que hoje ela é “outra pessoa e uma mãe muito melhor”, mas o pai de Rosa não compreendia isso. Rosa falou para mim, naquele instante, que antes sua mãe bebia, ia para os bares, mas sempre pagava alguém para ficar com eles (as crianças). Francisca ouvindo a fala da filha retrucou dizendo que ela deveria falar isso para Cássio: “Você tem que aprender a falar com o seu pai, dizer: ‘a mãe hoje é outra pessoa’. Que não bebe mais, não fica nos bar e que cuida só de vocês, fica só em casa” e, em seguida, levantou-se da cama e saiu dizendo: “Eu não vivo de passado, ele que vive de passado. Quem vive de passado é museu”. Rosa de joelhos e escondendo a cara de choro fala baixinho me olhando: “O pai me disse que a mãe vendia o corpo” (muito triste).

Estávamos as três na cozinha, Rosa contra argumentou: a mãe que não queria “mais saber” de seu pai e que “foi ele que a tirou da rua juntamente com Alexandra”. Francisca retrucou falando ser mentira e que quando eles se conheceram ela morava numa casa muito simples. Rosa disse ainda que essa casa era Cássio que pagava o aluguel e a mãe a desmentiu mais uma vez, pois, na verdade, ele lhe presenteou com uma casa posteriormente. A menina furiosa falou para sua mãe que ela rejeitou seu pai e no mesmo tom Francisca reagiu: “Desde o tempo que conheço ele [sic.], não teve duas noites que ele dormiu comigo, só quis saber de ficar lá” (com sua esposa e filho) e um silêncio se instalou no ambiente.

Noutro dia, enquanto eu ajudava Rosa a realizar sua tarefa de casa, a menina interagiu com os irmãos acerca da morte de Mateus e realizou isso de maneira muito curiosa.

A tarefa era recortar e colar vários tipos de bairro. Passamos um tempo pensando como faríamos, então chamei Eduardo para nos ajudar. Francisca nos deu algumas revistas, tesoura e saiu para comprar a cola. Procurávamos imagens e conversávamos os três.

Enquanto eu folheava uma das revistas, encontrei uma reportagem sobre polícia e um arsenal de armamento usado por eles, então mostrei para Rosa no intuito de observar a reação que esboçaria diante daquelas imagens. Ela arrancou a revista das minhas mãos, olhou atentamente todas as imagens e segurando a tesoura disse: “Esses malditos, crentinos” (a menina com raiva cortava o rosto do policial com a tesoura). A maneira como a menina se expressava naquele momento aparentava uma ação extremamente performativa (ou com se estivesse atuando), assim como havia notado esse comportamento dela em outras situações. Em seguida, ela chamou Eduardo e disse que era urgente. Ele se aproximou, olhou e demonstrou indiferença.

Carlos, seu outro irmão, mal chegou a casa e a menina também o chamou para mostrar as páginas da revista onde havia a polícia e as armas. Ele aproximou-se da sala e ela falou: “Olha!” (apontando para as armas), ele apanhou a revista para olhar mais de perto e exclamou: “Vixe, massa!”, Rosa: “Tia, ele gosta de armas”, ele retrucou: “Mentira tia, ela tá frescando comigo”. Carlos desmentiu a fala da irmã, pois se tratava de uma brincadeira. Quando lhe questionei sobre o desejo em ser policial, ele negou também, afinal, se sentiu coagido, primeiramente, pela irmã e, em seguida, por mim.

Minutos depois conversei alguns instantes com Carlos. O menino revelou que o rapaz morto há duas semanas na Estiva se chamava Conrado, amigo de Mateus, e que os assassinos foram policiais. O menino narrou como aconteceu tudo naquela noite que mataram Conrado: uma moto preta com dois homens encapuzados e com pistolas automáticas chegaram à Estiva em busca de Conrado, o homem na traseira da moto, o atirador (ou matador). Assim que encontraram o jovem, começaram a atirar. Então ele empreendeu fuga pelos becos e chegou com a perna ferida à porta da casa da avó. O homem desceu da moto e continuou os disparos contra o jovem, mas agora atirando na cabeça. Conrado foi executado na frente da avó e tentando se salvar.

Depois Carlos me contou que na noite da chacina quem deveria ter morrido no lugar do irmão era Conrado, era por este rapaz que procuravam para assassinar. Conrado era assaltante e homicida, principalmente, de policiais. O jovem juntamente com Samuel e Mário formavam uma quadrilha de assaltantes que saíam da Estiva de moto ou carro para executar

assaltos, furtos e assassinar policiais na Praia do Futuro. Furtavam carros e motos, mas apenas para servirem de transporte para as várias modalidades de crimes que cometiam. Na casa de um dos jovens, na Estiva, havia uma garagem com vários desses carros e motos. O menino revelou que por algumas vezes andou na moto do Samuel.

Carlos narrou uma cena como exemplo. Conrado e outros jovens, enquanto empreendiam fuga da polícia, assassinaram policiais. De dentro do carro, um ia dirigindo e os outros atiraram contra os policiais. Esse evento teria despertado ódio e desejo de vingança contra Conrado por parte daquela categoria de profissionais da segurança.

O Samuel atualmente está cumprindo medida socioeducativa, é menor de idade e não deseja em hipótese alguma sair da “prisão” (assim disse o menino), pois tem a certeza que se obtiver a liberdade será executado, assim com ocorreu com o parceiro, Conrado.

O garoto ainda contou que antes da pacificação, mas também anterior a chacina, presenciou uma invasão da Estiva na Favela. Os jovens chegaram “armados até os dentes” e com pistolas automáticas, que “parecem umas metralhadoras” (fala de Carlos) fizeram vários disparos na cabeça de um rapaz. A cena transcorreu na rua e todos viram.

O menino relatava os eventos de maneira eufórica, entusiasmado e aparentemente entendido do mundo do crime, das armas e das cenas, contava-me os fatos com riqueza de informações e personagens (atores) envolvidos. A fala do menino era interdita pela mãe justamente nesses momentos, pois esta receava um possível envolvimento do filho no crime, assim como ocorreu na trajetória de vida de Mateus.

3.1.1.3 Francisca, a mãe de Carlos, Eduardo e Rosa

A história de vida da mãe de Carlos, Eduardo e Rosa é extremamente relevância para compreendermos as histórias e projetos de vida dessas crianças. Francisca sempre criou os filhos sozinha, desempenhando a função de pai e mãe, ou seja, o membro da família que esteve à frente da socialização das suas “crias”⁷⁶. Dessa maneira, se fez necessário compreender a trajetória dessa mãe que tem tanta influência moral e afetiva na vida daquelas

⁷⁶ Mesmo que compartilhando a criação dos filhos com outras mulheres da família, por exemplo, sua própria mãe.

crianças e, assim, entender como certas questões morais atravessavam o cotidiano de Carlos, Eduardo e Rosa, principalmente, no que dizia respeito ao irmão morto.

Francisca têm 43 anos, natural de Redenção (CE) ⁷⁷, mas viveu até os 15 anos numa fazenda, em Pacatuba (CE), na casa de seus *pais classificatórios* (de criação ou adotivos) (COHN, 2010), local onde trabalhou nos afazeres domésticos. A mãe de Francisca não tendo condições financeiras de criar a filha caçula, afinal, havia muitos filhos para criar, levou a menina aos 5 anos na casa de uma senhora e mostrou o quarto das duas filhas desta: “filha, você quer ficar aqui? Têm as bonecas e você brinca com as meninas”. A menina Francisca completamente encantada com as bonecas aceitou a proposta. Ela dormia no quarto das filhas do casal donos da fazenda e, apesar do carinho recebido, os presentes de Natal para Francisca e para suas irmãs de criação eram distintos. Aos 15 anos, após algumas tentativas de abuso sexual por parte do pai classificatório, Francisca foge e volta para a casa de sua mãe biológica em Redenção. Mesmo ao empreender fuga da fazenda onde foi criada, até hoje ela mantém contato com a família e ainda pede benção para o pai e a mãe de criação, esta que nunca soube o motivo da partida da filha.

Em Redenção, Francisca passa a trabalhar em casa de família, mas algum tempo depois e em decorrência de desentendimento com a mãe, ela parte mais uma vez. Vem para a capital cearense, onde mora por seis meses na rua, na Praça José de Alencar, local que até hoje ao passar lhe traz lembranças ruins. Uma senhora ao ver Francisca naquelas circunstâncias resolve ajudá-la, então lhe resgata da rua e a leva para sua casa no Serviluz, onde a moça trabalhava como doméstica.

Na juventude Francisca adorava festas, jogar xadrez nas ruas do Serviluz e participar de bingos, onde já ganhou muitos prêmios. A jovem frequentava bares e se divertia bastante, mas certa vez, quando tinha seus 17 anos de idade, se envolveu numa briga de bar com outra mulher. O fato ocorreu no Serviluz e o motivo era os ciúmes que essa mulher sentia do seu marido com Francisca. As duas se enfrentaram e então, Francisca puxou uma faca e feriu a mulher. Francisca foi presa. Ela orgulhava-se ao narrar esse evento, “Eu era valente, ia para cima mesmo. Eu andava com uma faca sempre”.

Hoje Francisca é evangélica, membro da Igreja Assembleia de Deus e, apesar da empolgação e orgulho em relembrar seu passado, principalmente, sua juventude, se imagina

⁷⁷ A família de Francisca, os pais, os irmãos e os avós, também são naturais de Redenção.

muito melhor hoje, pois se antes abandonava os filhos em casa para estar num bar, agora se dedica aos filhos pequenos.

Francisca estudou até o 6º ano do ensino fundamental. Ela sonhava em ser enfermeira de recém-nascido, mas “bebês de pessoas ricas”, segundo ela. Hoje não enxerga seu sonho como possível, pois se sente cansada, sem ânimo.

No decorrer da vida, Francisca se relacionou com alguns homens e dessas relações nasceram seus oito filhos, sendo os quatro primeiros de relacionamentos distintos: os mais velhos, Mateus, Alexandra, Mara e Milena (todos de pais diferentes); as três crianças, que são filhos do mesmo pai, Cássio: Carlos, Eduardo e Rosa; e outro filho, pouco mencionado na fala dela, que foi criado por sua mãe no interior.

Dos filhos de Francisca, Mateus é o filho mais velho e foi assassinado aos 22 anos na chacina da Estiva, em 2015. O rapaz foi criado com o pai até os 11 anos, mas depois foi morar com a mãe, pois seu pai trabalhava e “não teve paciência de continuar criando o menino”. Há época sua avó materna desejava criar o neto, mas Francisca achou melhor ter a oportunidade de criar seu filho, após alguns anos sem conviver com este.

Como a perda do filho, a saudade se expandia ao longo dos dias e Francisca sonhava muito com ele. Então num desses sonhos ela o encontra num local que lhe parecia o céu e ficou aliviada por imaginar que ele estaria bem. Mateus lhe falava no sonho para que a mãe não se preocupasse, pois estava tudo bem e ele só queria dormir; o rapaz dormia no chão. Certa vez, Francisca estando dentro do ônibus, observou pela janela um jovem deitado num papelão, dormindo na rua, ela acreditou por alguns instantes que se tratava de Mateus, pois o rapaz possuía um porte físico, ou melhor, a aparência física idêntica à dele, além de estar dormindo na mesma posição que seu filho costumava dormir. Ela olhou várias vezes para aquele morador de rua para certificar-se que não se tratava do seu filho: “Meu Deus, eu não acredito que é ele”.

Depois de alguns meses do evento, Francisca relatou-me que a saudade do filho estava menos intensa e pensando pouco no ocorrido. Ela ocasionalmente ainda ia à casa antiga, mas a partir das 18h (horário próximo ao evento da chacina) não conseguia passar perto. Essa mãe elaborava estratégias para andar pela Estiva e evitava andar na rua onde morou e passar na frente da casa, pois sempre que estivera lá relembrava o evento trágico, o assassinato do filho e, logo, caía no choro, nas saudades e na impotência. Francisca não

conseguia olhar para a casa e se parasse para conversar com alguém ou com os antigos vizinhos, eles relembavam o passado e os fatos, ela não se sentia confortável nessas situações.

Mas o desconforto em passar por ruas e as lembranças do filho não se restringiam apenas à Estiva, pois quando ela vai ao segmento da Favela, Francisca não se sente bem, lembra-se do filho, apesar de que “ele nunca fez mal para ninguém de lá”, além do medo de se iniciar um tiroteio na rua. O fato dela não gostar de ir à Favela pode ter duas interpretações: o seu passado nos jogos de xadrez e bingos (prática comum no segmento), e, possivelmente, envolvimento em conflitos; ou o passado do filho que era envolvido no mundo do crime e rivalizava com a Favela, pois pertencia ao comando da Estiva.

Após a morte de Mateus e, principalmente, nos primeiros meses, Francisca estava resistente a frequentar os cultos da Igreja e relatou que Deus havia lhe dito: “Vou tirar dela o que mais vai lhe doer para aprender”. Ela encontrava assim a justificativa para o filho ter sido assassinado: Deus a castigava por seus pecados. Essa mãe carregava sentimentos de culpa e ainda encontrava-se *enlutada*, ou melhor, entre o *luto e a melancolia* (FREUD, 2010), mas a culpabilidade imputada pelos outros cruzavam sua vida e o seu esforço em reconfigurar sua rotina, suas práticas.

A relação que Francisca mantinha com a Igreja perpassava pela relação com o filho também, pois foi Mateus que levou a mãe pela primeira vez há época que o jovem frequentava os cultos. Francisca guardava as gravatas e palito do jovem, os trajes que ele usava para ir à Igreja, ou seja, as recordações também estavam presentes naquele novo ambiente, e não apenas na antiga casa.

O dia do velório também poderia justificar sua hesitação em ir à Igreja após a morte do filho, pois nesta ocasião ninguém da sua Igreja se fez presente para consolá-la, nem mesmo a mulher do pastor que era sua amiga. Francisca e sua filha, Rosa, estavam chateadas com o fato. O pastor proibiu Francisca de visitar o filho no cemitério, orar e oferecer flores ao morto, mas ela não obedeceu e no dia de finados realizou tudo o que estava interdito perante as recomendações recebidas.

Nas denominações evangélicas é proibido o culto aos mortos, “o que tiver que ser feito para salvar uma vida deve ser feito em vida”, as orações são este momento, e é no juízo final que virá uma prestação de contas com Deus. Dentro dessa lógica, é permitido fazer o

velório do morto e nada mais. Então havia uma contradição no caso de Francisca, pois ninguém da Igreja, entre amigos e a esposa do pastor, compareceu naquele momento para lhe prestar apoio e solidariedade, afinal, missão da Igreja aos fiéis que estão em sofrimento, “levar a palavra de Deus”. A situação poderia demonstrar, em linhas gerais, uma rejeição moral ao filho de Francisca, por conta do jovem ser envolvido com o tráfico de drogas local.

Numa das visitas que realizei à casa de Francisca, após ela me mostrar várias fotos do Mateus e dos seus outros filhos, apresentou-me os documentos do jovem, identidade, CPF e as duas carteirinhas de estudante que possuía. Mateus trabalhou de carteira assinada numa fábrica próximo as Docas e era estudante antes de envolver-se com o crime. O rapaz estudou numa escola localizada na comunidade e fez até o 6º ano do ensino fundamental.

Ao mostrar os documentos de Mateus, Francisca desejava expressar que seu filho era uma “pessoa boa”, ou melhor, um cidadão, “ele nunca fez mal a ninguém [...] nunca matou ninguém [...] todos gostavam dele aqui”, assim ela relatava. Mateus só tinha um defeito aos olhos da mãe, o envolvimento com as drogas. As pessoas comentavam para Francisca que Mateus não merecia ter morrido e não era por ele que os homens procuravam, porque “nunca havia matado ninguém, não era assassino”. Ela concordava com os vizinhos.

A mãe de Mateus guardava todas as suas roupas numa caixa fechada, pois esperava os meninos crescerem para usarem as peças de marca, Maresia, *Greenish*, Ciclone. O Carlos já havia herdado uma dessas peças, um casaco do Corinthians.

A perda familiar para Francisca perpassava por um misto de *saudades*, *lembranças*, *luto*⁷⁸, mas também, medo dos mortos (ver espíritos). Francisca relatou em determinada situação que recorda muito da perda do pai, apesar de não serem muito próximos, e do seu irmão, que era alcoólatra; aquele morreu por morte natural e este por cirrose. Rosa e Francisca possuíam medos e supertições em relação à aparição de espíritos. Francisca relatou que recorrentemente esteve na presença de espíritos quando adolescente e desde então não conseguiu perder esse medo.

⁷⁸ Essa discussão foi abordada em Sá, Aguiar, Rodrigues (2016), “Dor, sofrimento e luto das mães nas favelas, bairros populares e periferias da cidade de Fortaleza”, e no *paper* intitulado “Dor, sofrimento e formas de luto das mães nas favelas de Fortaleza” (SÁ; RODRIGUES; AGUIAR, 2014), na 29º RBA (Reunião Brasileira de Antropologia), UFRN, Natal, 2014.

3.1.1.3.1 Os outros filhos da Francisca, o pai das crianças e o trabalho

Mara, segunda filha de Francisca, morou em Belém com um namorado, um homem mais velho, mas sempre visitava a mãe quando era possível. Nessas ocasiões ela retornava ao uso de drogas, passando dias desaparecida, o que causava muitas preocupações à sua mãe e afirmava com segurança que a filha estava na praia e nas “farras” consumindo drogas. Durante as festas de final de ano, em 2015, Francisca disse: “era melhor que ela não tivesse nem vindo para cá, tivesse ficado lá mesmo”. Francisca acreditava que “droga e bebida aparece, mas conselho e comida não”. Mara reclamava para sua mãe que, onde morava com o marido, não possuía a liberdade de sair de casa quando queria e não desejava ter essa sensação em Fortaleza, logo na comunidade onde se criou. A mãe, por sua vez, a aconselhava e argumentava que agora ela era casada com um “homem bom”, então deveria valorizá-lo.

Francisca que se alegrava com a presença da filha, mas ficava triste, preocupada quando esta desaparecia (afinal, sabia o que a moça estava fazendo), ao ponto de deixar de fazer o que mais gostava, ir aos cultos da Igreja. Mara quando não estava usando drogas ajudava financeiramente a mãe e a presenteava.

Entre abril e maio deste ano, Mara retornou à casa da mãe, se separou do marido e voltou a morar com esta. Com poucos dias no Serviluz, a jovem desapareceu por mais de uma semana, Francisca guardava a certeza que ela estava consumindo drogas. A mãe sem saber onde a filha se encontrava, num dia à tarde, 12h, foi juntamente com Carlos (13 anos) para na Praia do Futuro procurá-la e não a encontrou. Então, aguardava às 21h para ir novamente, revelando que tomaria uma atitude errada e que não agradaria Deus, pagaria um rapaz para lhe levar até onde Mara se escondia. O rapaz exigia como pagamento um valor de R\$5 (cinco reais) para comprar pedra, que “é uma quantia pequena”, segundo a mãe. Essa foi a solução que Francisca encontrou naquele momento de tanta aflição.

Alguns dias depois, quando retornei à casa da família, Francisca contou-me como foi o seu dia das mães. Todos os filhos estavam em casa com ela, mas com exceção de Mara, pois esta se encontrava no Morro (Castelo Encantado – comunidade vizinha ao Serviluz) usando drogas com uma amiga. Francisca descobriu quando há algumas semanas atrás foi buscá-la com Carlos, 1h da manhã. Francisca pagou seu informante para levá-la até o esconderijo da filha e quase conseguiu a trazer de volta, mas a amiga de Mara lhe chamou e a

moça desistiu; a mãe falou: “é muito fraca, né, uma pessoa dessa?! Foi só a outra chamar que ela foi”.

Alexandra, outra filha de Francisca, ficou preocupada com a ida da mãe e do irmão até o Morro, mas sobre isso a mãe me explicou: “Mas não tem perigo, os ‘noieiros’ tudo me conhece”. Inclusive, um desses “noieiros”, que era amigo de Mateus, fez a gentileza de deixá-la em casa naquela madrugada. Sobre a filha, ainda relatou que o marido, que mora em Belém, está muito preocupado, queria vir para Fortaleza buscá-la e que seu desespero é tanto, que planejava se jogar num caminhão, cometer suicídio, mas Francisca ao telefone o aconselhou que não fizesse isso. Todos esses eventos aconteceram em pouco mais de um mês da chegada de Mara à Fortaleza e “somente por uma semana estive em casa, nos outros dias, ficou sumida”, reclamava a mãe.

A segunda filha mulher de Francisca é Alexandra, mora com a mãe, é casada com Nara e trabalha como garçonete numa pizzaria próxima ao Serviluz. A jovem compartilha as contas e despesas da casa com a mãe e a ajuda na criação dos irmãos menores depois que estes passaram morar todos juntos. O aluguel da casa onde moram desde agosto do ano passado, custa R\$300 (trezentos reais) e vem sendo pago por Alexandra e Nara. Francisca desejaria ajudar no aluguel, mas suas rendas não permitem.

Mara (18 anos), a terceira filha mulher, é a caçula dentre os filhos mais velhos de Francisca. A moça foi criada por sua madrinha e não pela mãe. Milena é casada e têm duas filhas, uma de 3 anos e outra uma bebê recém-nascida, ou seja, netas de Francisca. A jovem mora no Castelo Encantado. É uma filha muito atenciosa com a mãe e com os irmãos menores.

Há anos Francisca possui um relacionamento com o pai de suas crianças (Carlos, Eduardo e Rosa) e guarda mágoas dele, pois Cássio nunca quis abandonar sua família, mulher e filho, para casar-se com ela. Quando os dois brigam Francisca o ameaça, fala que quando for batizada na Igreja não irá mais se relacionar com ele e ficará sozinha, pois agora seu “coração é de Deus e de mais ninguém”. Ao ingressar na Igreja, Francisca tem vivido um reforçamento na sua condição de mãe solteira, ou melhor, um constrangimento interno e grupal (mas também institucional). Francisca é do grupo dos novos convertidos, mas deseja ingressar na comissão de louvor ou grupo de senhoras, e para isto é necessário que ela seja casada.

Cássio, pai das crianças de Francisca, mora no Pirambu com sua família, mulher e um filho de 12 anos. Ele trabalha no escritório da *TransNordestina*, Cais do Porto (local popularmente denominado como Docas). O pai dos meninos envia através de Eduardo ou Carlos (estes vão ao seu trabalho no final do expediente) uma quantia média de R\$80 (oitenta reais) por semana para suprir as necessidades dos filhos. As pessoas aconselham que Francisca ponha o pai dos meninos na justiça e obtenha uma pensão para eles, mas ela não deseja fazer isso, pois, segundo ela, “ele tem dado o dinheiro direito”. A quantia não consegue atender todas as demandas da casa, mas a carência maior sentida pelas crianças é a falta de atenção paterna (carência afetiva), apesar de que em situações pontuais este as leva para passear na Beira-Mar. Por outro lado, eu presenciei uma situação emblemática em relação às dificuldades financeiras sofridas pela família. Eduardo retornou da visita ao seu pai e não trouxe nem um centavo, então a mãe perguntou: “E ele mandou alguma coisa?”, ele: “Nada”, ela: “Nem o dinheiro do pão? Eita, nos estamos é lascado”. O pai não havia enviado nenhum dinheiro para a alimentação da casa e não haveria o pão da manhã no dia seguinte.

As fontes de renda que Francisca tem disponíveis são: 1) trabalho de cozinheira para uma barraquinha que fornece almoço para os motoristas e cobradores que param na pracinha das Docas todos os dias (ela reclamava desse trabalho, pois antes havia uma moça que lhe ajudava cortando as verduras e agora o trabalho dobrou e não tem ganhado a mais por isso. Recebia todo sábado à noite pelo trabalho da semana. Ela sempre estava aborrecida com seu patrão – que era seu vizinho também, pois lhe era exigido que permanecesse no trabalho além do horário combinado, e não era renumerada pelas horas extras. Além disto, o ambiente de trabalho era apertado e muito quente.); 2) a pensão que Cássio enviava para os filhos, que não era uma quantia fixa, pois variava de acordo com a semana do mês; 3) Aluguel da casa antiga. Com a morte do Mateus, Francisca alugou sua antiga casa (esta foi dada por Cássio há alguns anos) por R\$100 (cem reais). Ela entendia que a quantidade era inferior ao valor que poderia lucrar com o aluguel, mas como o inquilino era bom pagador, resolveu deixá-lo na casa; 4) venda de cosméticos da Avon, Natura, sandálias, roupas, fazendo almofadas, tapetes e bolsinhas de fuxico. Francisca batia de porta em porta oferecendo seus produtos na comunidade, onde havia meses bons para os negócios e outros não, além dos maus pagadores.

A rotina de Francisca era muito intensa. Ela trabalhava como cozinheira na parte da manhã, de 7h às 12h. Em seguida, chegava em casa e fazia o almoço para ela, Rosa, Alexandra, Nara e Carlos. À tarde, geralmente, trabalhava como sacoleira, ofertando seus produtos ou fazendo cobranças às clientes. No fim da tarde voltava com o pão e preparava o

café para a merenda com os filhos. Eles assistiam TV, preferencialmente, as novelas. Geralmente, às terças-feiras e quintas-feiras à noite ia ao culto da Igreja com Eduardo e Rosa.

Francisca apresentava um estado de saúde frágil nos últimos meses, entre dezembro e janeiro foi diagnóstica com anemia. Um quadro delicado evoluía no seu estado de saúde: não comia, estava com problemas gastrointestinais, alergia aos medicamentos do tratamento, tosse, molezas no corpo e febre. Se Francisca não respondesse mais ao tratamento, teria que receber uma transfusão de sangue. Nessas circunstâncias a médica que acompanhava Francisca recomendou que abandonasse o trabalho como cozinheira. Ela seguiu a instrução por algumas semanas, mas necessitando de dinheiro voltou ao serviço, pois a casa passava por dificuldades financeiras. No momento, a transfusão foi descartada e ela sente-se melhor hoje, tem respondido bem ao tratamento médico.

O Natal e o Ano Novo de 2015 de Francisca não havia sido tão alegre quanto desejava, afinal, sentiu muita falta de Mateus. A virada do ano foi em casa e na companhia de Rosa. Ela não quis ir para a Igreja. Eduardo foi para o louvor e ficou para a vigília e Carlos acompanhou as duas irmãs mais velhas, Mara e Alexandra, além de Nara, na festa que acontecia na praia do Titanzinho. Carlos ficou incumbido de vigia-las, pois, ele, enquanto o irmão homem e mais velho agora, deveria desempenhar essa função.

3.1.2 Carlos

Carlos, 13 anos, não é evangélico como seus irmãos menores e sua mãe. Ele estuda numa escola pública no Serviluz, onde tal escola é considerada local de “meninos problema”. Carlos está no 5º ano do ensino fundamental, turma de PCA⁷⁹ e como diversão adora estar na praia, sozinho ou com os amigos. Para tomar banho de mar e se divertir ele prefere a praia do Cais, onde é mais perigosa por conta dos peixes (tubarões, arraias) e dos navios atracados, mesmo sendo de menor porte. Na praia do Cais não é possível surfar, segundo o menino, pois não há ondas e o melhor local é no Titanzinho. Além da praia, o garoto jogava bola, brincava de bicicleta com os amigos na rua e todos os dias estava observando alguma atividade dos adultos nas calçadas da comunidade, por exemplo, um

⁷⁹ O PCA (Programa de Consolidação da Alfabetização I e II) é um programa onde a escola testa o grau de aprendizado do estudante para, então, definir o ano em que este será alocado no semestre letivo.

homem consertando uma bicicleta, alguém limpando um peixe, ou mesmo apenas tomando café com algum adulto. Carlos era muito atento e curioso, apesar de calado, desconfiado e tímido.

A mãe, Francisca, estava sempre extremamente preocupada com o filho e várias reclamações lhe atingiam. Após a pacificação na comunidade ele não andava mais com os amigos da Estiva. Para o menino, os “colegas eram falsos”, agora só se acompanhava com os meninos da Favela, que são da escola, o que constituía grande preocupação para Francisca, afinal, receava o envolvimento do filho com as “más companhias” daquele segmento do Serviluz.

Carlos estava na praia todas as tardes, voltava para casa bronzeado e a mãe descobria, porque encontrava suas roupas sujas de areia no banheiro. Carlos ouvia as reclamações contra ele e permanecia em silêncio. De cabeça baixa e voz embargada, a mãe contou-me que não desejava que o filho fosse bandido e estava bastante preocupada. Francisca gostaria que ele estivesse em algum projeto, por exemplo, em atividade que envolvesse o surfe, já que ele gostava tanto de estar na praia. Ela acreditava que apenas o engajamento do menino em algum projeto poderia transformá-lo, fazê-lo se interessar mais pelos estudos, ser mais comportado e obediente. Essa visão da Francisca sobre os benefícios dos projetos se contrapunha a outras três mães e cuidadoras que eu conhecia, Soraia, Marta e Melina, moradoras da Favela (um dos segmentos do Serviluz). Elas acreditavam que se os filhos estivessem em projetos, se acompanhariam de péssimas amizades (ou “más amizades”, como elas expressavam) e usariam drogas, entrariam para o crime. Essas mães desconfiavam, principalmente, das atividades que fossem na praia, por exemplo, surfe e futebol. Na perspectiva dessas mães, é na praia que os jovens envolvidos no crime circulam e capturam (e cooptam) crianças e adolescentes para ser “aviãozinho” do tráfico⁸⁰. Além disso, é na praia que os jovens possuem acesso as drogas, como a maconha. Por algum tempo Soraia permitiu que suas crianças fizessem *Jiu-Jítsu* na Associação dos Moradores do Serviluz, pois poderia controlá-los e por confiar no instrutor, além de saber que na turma havia apenas meninos e meninas de “família”, pois a atividade não permitia o ingresso de “meninos problemáticos”. Já Melina não possuía essa mesma visão. Seus filhos estavam no *Jiu-Jítsu* para se capacitarem enquanto atletas, pois participavam de campeonatos. No caso de Marta, o seu temor se

⁸⁰ O “aviãozinho” do tráfico, de acordo com as falas nativas, dentro de uma escala hierárquica de poder na atividade do tráfico de drogas, é o escalão mais baixo. As crianças e os adolescentes são os recrutamentos preferenciais para essa atividade, pois levantariam menos suspeitas para os agentes de segurança. Além disso, geralmente, quem está sendo iniciado no grupo desempenha primeiramente essa atividade.

relacionava ao fato de ter um sobrinho (15 anos) recém-envolvido no crime e se ele estivesse engajado em projetos como o surfe ou o futebol de areia (na praia), a situação poderia tornar-se incontornável, afinal, ela tinha a certeza de que o ambiente seria propício para ele voltar ao consumo e venda de drogas, pois havia sido lá que tudo começou.

O jovem já havia participado de um projeto social missionário no Serviluz, mas não demonstrava mais interesse em retornar às atividades. O Carlos sempre foi considerado o “menino problema” desse projeto. Chutava, cuspiam e agredia verbalmente todos, colegas e adultos. Era dito “mal criado” com todos e com a mãe. Por algumas vezes também fui agredida por Carlos nas atividades de pesquisa no ano de 2014 nesse projeto. Então busquei criar artimanhas para me aproximar, pois se com todas as crianças eu procurava ter atitudes diferentes e menos imperativas, se comparadas as dos adultos do projeto, com Carlos isso se intensificava. Quanto mais ele me agredia, mais eu lhe tratava com doçura, abraçava, perguntava se estava tudo bem. Certa vez quando ele cantou *hip-hop* numa atividade fui cumprimentá-lo dizendo que estava ótimo e que “se garantia”, ele simplesmente sorriu encabulado e retribui o abraço timidamente. Carlos não era só espinhos, ele tinha doçura, assim como todas as crianças. As orientações dos adultos do projeto é que eu tratasse Carlos com indiferença em qualquer agressão e “má criação”, pois ele só queria público e chamar à atenção.

Carlos, apesar de não desejar retornar a esse projeto, guardava algumas lembranças positivas. Certa vez, ganhou um *skate* através de um sorteio realizado na atividade da Estiva. O menino que não sabia andar no brinquedo, recebeu instruções de Márcio, coordenador do projeto. Além disso, relatou que antigamente era interessante ir para o projeto, pois cantava *hip-hop* com Eduardo e outros amigos e faziam apresentações na Igreja e nas atividades. Outra vivência marcante para Carlos eram os sábados à tarde em que ele e outros meninos iam para a casa de Márcio, sede do projeto. Eles ajudavam nas atividades domésticas e depois todos iam à praia jogar bola. O menino demonstrava empolgação e alegria ao relatar essas lembranças. Mas após muita insistência, finalmente, Francisca convenceu o menino a ingressar noutro projeto, este sendo de surfe. Carlos desistiu passado alguns dias, pois o fato do projeto ser vinculado à Igreja não lhe agradava⁸¹, o menino não se identificava com a proposta. Carlos contou-me também que já sabia surfar e não necessitava de aulas para prática o esporte.

⁸¹ A maioria dos projetos sociais para os jovens da comunidade eram vinculados às denominações evangélicas ou, se não, os instrutores eram evangélicos.

O rendimento escolar do menino também preocupava a mãe. Segundo ela, Carlos não queria estudar, apenas “estar na rua com os amigos”. Então, a mãe elaborou algumas estratégias para mantê-lo em casa por mais tempo ou controlar seus horários de chegada. Ela o colocava para lavar as louças ou ajudá-la em alguma outra atividade doméstica e ele deveria estar em casa todos os dias às 22h em ponto, se não, apanharia. Francisca deitava-se de rede na sala, ficava de olho no relógio e atenta a qualquer barulho na porta, se passasse das 22h, Carlos levaria uma surra com um pedaço de pau.

A mãe contou-me do seu regime de controle com o filho, mas ao mesmo tempo explicava-me que não gostava de bater nas crianças, apenas quando necessário, pois dava preferência a conversa. Falou-me também que o pai, Cássio, estava sempre muito aborrecido com Carlos e que não conversava com o menino nessas circunstâncias. Um fato foi alarmante para os pais no final do ano letivo de 2015 foi que o menino foi reprovado mais uma vez na escola e na mesma série. Isso gerava um desconforto intrafamiliar, onde as comparações com os irmãos, em idade escolar também, pareciam inevitáveis. Rosa havia sido aprovada para o 3º ano do ensino fundamental e Eduardo para o 7º ano, enquanto Carlos não conseguia sair do 4º ano. O agravante estava relacionado à sua idade, pois ele deveria estar cursando entre o 7º ano e o 8º ano.

Em abril de 2016, Francisca foi convocada a comparecer à escola de Carlos, este vinha arrumando brigas em sala de aula. A diretora informou que a mãe procurasse outra escola para o filho estudar, pois não gostaria de expulsá-lo, se não nenhuma outra entidade lhe aceitaria. Francisca chorou na frente da diretora e falou para mim em tom de grande preocupação: “Se ele fica sem escola, aí vai abandonar os estudos, não vai querer mais voltar [...] Escola nenhuma quer menino danado”. Mas na verdade, a tensão da mãe estava no fato de que se o filho parasse de estudar, iria se envolver ainda mais com as “más companhias” e seria inevitável o seu envolvimento com o crime da localidade, para ela só havia duas salvaçãoes para Carlos: a escola e um projeto social que pudessem ajudar na socialização do filho.

Numa das tardes que estive visitando a família, Carlos comentou que gostaria de fazer uma tatuagem e, a mãe ao escutar, reclamou imediatamente: “Vai querer ser igual àqueles meninos, aqueles viadinho lá de baixo”, ele retrucou: “A mãe só vê o lado negativo [...] tudo para a mãe é coisa de bandido”. Carlos irritava-se com as desconfianças da mãe, pois segundo ele, todas as suas práticas e comportamentos eram vistos para a mãe como atitude e

habitus de bandido. Ele se esforçava para agradar à mãe e corresponder minimamente suas expectativas. Num determinado dia, Carlos chegou com um amigo em casa, Raul (11 anos), eles levavam uma novidade para Francisca: venderiam din-din juntos na praia. Ser bandido ou trabalhador (bom estudante ou trabalhando informalmente) eram duas condições que pesavam sobre Carlos. Raul estava vendendo din-din à tarde, pela manhã estudava (7º ano). Carlos procurava seu isopor para mostrar para o amigo. Havia o encontrado trabalhando na pracinha das Docas naquela tarde. Francisca comovida com Raul doou um saco de “gelinho” (algo parecido com o din-din) que guardava no congelador. Raul estava juntando dinheiro para pagar sua mãe, pois esta pagou um curso preparatório para que realizasse o exame de admissão para a escola militar.

Carlos, Raul e Francisca conversaram um longo tempo naquela tarde. Francisca observava atenta a maneira astuta do filho, Carlos, narrando os acontecimentos da pacificação, então, se dirigiu a ele e falou: “E depois tu quer ser policial. A polícia que matou teu irmão” (alterada). Rosa reagiu ao comentário da mãe: “A senhora nem sabe quem foi”. Francisca: “Cala a boca, eu sei sim”. Raul em extrema curiosidade, perguntou se o irmão de Carlos morreu na chacina. Rosa se adiantou: “Sabe, eram para ter sido 10, mas só pegaram 5” (expressou com os dedos da mão). Em seguida, Carlos se defendeu: “É, policial, para matar bandido”. Francisca argumentou: “Polícia mata bandido e bandido mata polícia” (alterada). A mãe argumentava para o filho que a profissão é de risco, além disso, sua revolta se dava pelo fato de que tinha absoluta certeza de que a polícia havia exterminado Mateus na chacina, ao passo que sua fala denuncia porque seu filho foi assassinado pela polícia, era bandido (“Polícia mata bandido”). Dessa maneira, Carlos não poderia ser nem bandido, ou seja, seguir os caminhos do irmão Mateus e nem policial, porque cometeria uma “traíagem” com a família ao se vincular a esta categoria profissional.

As relações interpessoais de Carlos eram intempestivas ou conflituosas não apenas no interior da família, mas em vários contextos, por exemplo, lembro-me de uma situação, festa do dia das crianças (2015) na quadra de um dos projetos da comunidade. Uma moça que estava responsável por crianças pequenas na festa foi agressiva com Carlos. Ela chamava o menino e seus colegas de moleques, além de acusá-los de estarem empurrando as crianças pequenas da arquibancada. Ele procurando se defender, me disse: “É ela dizendo que somos moleque, mas não fiz nada” (com cara de choro). Carlos ameaçava em ir embora da festa, mas o coordenador e eu o convencemos de ficar até o final.

Passado alguns minutos o garoto estava brincando de esmurrar Renato. A cena transcorria de modo jocoso para os dois, onde Renato se protegia e ria, enquanto Carlos tinha uma voz grave e gritava palavras de ordem, exigia que o colega ficasse calado, pois ele era a polícia e não parava de chamá-lo de vagabundo. Carlos fazia por vez uma cara rígida e ao mesmo tempo controlando o riso. José, amigo dos garotos e que também observava a cena, explicou-me o que ocorria: “Tia, é assassinato em série, extermínio, morte, sangue”. A violência contida naquela brincadeira me parecia o reflexo dos últimos eventos transcorridos na vida de Carlos e na dos amigos, a chacina da Estiva, mas também, expressão da violência policial, dos jovens envolvidos no crime e uma banalização da violência. Mas, era através das brincadeiras que os sentimentos conseguiam se manifestar concretamente, assim como analisei na minha pesquisa monográfica (AGUIAR, 2014).

Certa vez, estávamos todos na sala, eu, Francisca e os três irmãos. Então Carlos chamou minha atenção e falou: “O crime não compensa, tia. O crime é mau”. Em seguida, ele mostrou-me uma música (“Só amor de mãe”, do MC T4). O rap narrava o que ele queria expressar naquele momento. Carlos argumentava que não gosta de rap, pois há muitos palavões (frisou essa informação porque a mãe estava ao seu lado e ela restringia o filho escutar aquele estilo de música), mas gostava desses que “contam o que acontece na realidade, o que é verdade”. Carlos falou que a letra da música conta a história de uma mãe que tem um pressentimento de que o seu filho foi baleado, porque estava trabalhando para um traficante (ou “patrão”) e saiu ferido “na missão” (ação ilícita a mando do traficante). O rapaz foi preso e a mãe sempre ia visitá-lo, pois só as mães visitam filhos no presídio. Nesse momento, Francisca concordou dizendo: “É verdade. Meu filho [Mateus] foi preso duas vezes. Só mãe vai visitar filho na cadeia, ninguém vai [...] O crime não compensa mesmo, não. Ele só te leva para o buraco”.

Carlos, que tinha 12 anos quando o irmão mais velho foi assassinado, agora dos homens, é o filho mais velho, dessa maneira, as exigências de responsabilidade, proteção e cuidado com a família se espriavam dentro e fora de casa. Isso também ocorria porque na concepção da sua rede de relações sociais, o menino já havia deixado de ser criança há algum tempo, tornou-se um rapaz e, logo, deveria ser mais responsável e ser menos inconsequente nas suas ações.

Para os irmãos menores, Carlos também consistia num problema. Eduardo, por exemplo, evitava qualquer relação com o irmão. Rosa o xingava, os dois se insultavam, mas a

menina, às vezes, o tratava com a mesma afetividade que tinha com Mateus. Ela brincava e atribuía o apelido que era deste. Sua atitude remetia a uma espécie de substituição do irmão perdido, uma transferência. Alexandra, a irmã mais velha, tomava posturas idênticas a da mãe, preocupações com as atitudes do menino e receios de que ele se tornasse como Mateus, um jovem envolvido com o crime.

Na perspectiva das pessoas da comunidade, mas também, da sua família, Carlos era impulsivo, não possuía dimensão dos perigos e qualquer passo do menino era motivo de temor. Ele vivia um impasse nas suas projeções de futuros, onde suas perspectivas estavam distantes das expectativas esperadas pela família e se reconfiguravam com o assassinato do irmão.

3.1.2.1 O que Carlos fala sobre Mateus?

Para Carlos, o irmão foi assassinado por engano, pois, na verdade, os homens procuravam Conrado naquela noite. Assim que os homens invadiram sua casa e observaram Mateus na sala, perguntaram para Francisca: “É o ‘Conrado’?”, F: “Não, é o Mateus”. Só após essa confirmação, eles atiraram no jovem.

O menino, assim como os dois irmãos menores, estava em casa naquela noite e foi o primeiro a perceber uma movimentação diferente na rua, ele intuía que iam entrar na sua casa. Rosa escutando nossa conversa comentou: “Ele tava dormindo e das crianças só eu e Eduardo vimos tudo”. Ele negou a informação da irmã e disse que viu os primeiros tiros, presenciando o momento em que o irmão caiu para trás (com uma fidedigna expressão corporal, ele encenou alguém que está sendo alvejado pelas costas). Em seguida, o menino saiu da sala e correu para debaixo da cama no cômodo ao lado. Relatou sobre a bala que ficou alojada no armário da cozinha e da possibilidade de ser atingido e ele vir a morrer, ainda falou: “Senti medo, chorei, né, mas na hora não tem muito que o cara pensar, não”. Rosa complementou a narrativa de Carlos ao dizer que, enquanto os homens atiravam no seu irmão, sua mãe quis se lançar à frente de Mateus, desejava protegê-lo, mas desistiu, e “se ela tivesse feito isto teria morrido também” e elas (as crianças) ficariam sozinhas. Após a execução do seu irmão, Carlos viu os carros se encontrando e indo embora, no total eram três carros, dois

pretos e um vermelho. Saíram carros da rua do meio e do beco. Os homens estavam encapuzados, eram grandes e estavam bem armados, segundo o menino.

As conversas com Carlos sempre eram suspensas no momento em que sua mãe se fazia presente, ele não poderia falar sobre aqueles acontecimentos da chacina, pois havia grande interdição de sua fala em casa, a repreensão da mãe era severa.

Carlos, certa vez, revelou sentir saudades do irmão. Rosa observando a expressão de tristeza do menino ao falar isso, resolveu delatá-lo para mim: “Mentira, eles brigavam era muito”, ele retrucou: “Mas era de brincadeira”. Dos momentos bons e das lembranças, Carlos recordou que o irmão lhe avisava todas as noites para trancar sua bicicleta, que ficava na porta de casa, para não ser furtada. Há alguns meses atrás sua bicicleta foi furtada (após a pacificação) e Carlos tinha certeza que se o irmão fosse vivo, ela não teria sido roubada, pois Mateus nunca se esqueceria de aconselhá-lo sobre esse risco, além de outros, os dois eram bastante parceiros. Mateus era um guardião para aquele menino, ele desempenhava a figura do pai dentro de casa.

Sobre quem assassinou seu irmão, afirmou serem policiais os responsáveis, pois os homens estavam bem armados e eram fortes. O menino concebia como errado o que aconteceu contra Mateus. Havia uma evidência para o menino de que o crime foi cometido por policiais. Ele se baseava no relato de uma testemunha ocular presente na rua naquela noite, uma vizinha deles; ela reconheceu um dos atiradores apenas pelos olhos (verdes) quando este estava em serviço. Este reconhecimento se deu, porque, logo após a chacina, uma viatura da polícia passou na rua e essa mulher identificou um dos policiais como um dos homens que atirava naquela noite. Além disso, havia outra evidência clara para Carlos, alguém ouviu dois policiais que faziam plantão no Centro falarem um para o outro: “Macho, não era para ter matado tanta gente. Era só o ‘Conrado’ e os outros dois” (Carlos põe a mão na cabeça ao interpretar a fala do policial, como numa demonstração de desespero). Na noite da chacina, segundo Carlos, os policiais caçavam apenas três jovens, Conrado e seus dois amigos (Samuel e Mário), “Iam pegar só três, não encontraram, endoidaram e saíram matando todo mundo que tava na frente”. Esses jovens formavam um grupo que assaltava e furtava na Praia do Futuro (vizinho ao Serviluz) e eram classificados como homicidas de policiais.

Ele revelou ainda sobre a chacina que o rapaz que morreu de maneira inocente, minutos antes de ser baleado estava na rua onde há acesso livre de *wi-fi*⁸² e foi para a casa de um amigo, depois decidiu ir para casa, quando percebeu que estava tudo mais tranquilo. O jovem ao passar pela rua e perceber a presença dos homens encapuzados e armados, correu com medo. A sua ação passou a impressão de estar armado, então eles o alvejaram. O jovem venho a óbito rapidamente.

3.1.3 Eduardo

Eduardo, 12 anos, se auto definiu em uma conversa comigo como “uma pessoa formal, que gosta muito de ciências e gosta também de estudar. Pessoa direita. E que gosta também de ir pra igreja”. O menino é evangélico desde os 4 ou 6 anos de idade, atualmente pertence a mesma igreja da sua mãe (Assembleia de Deus). Ele está cursando o 7º ano do ensino fundamental numa escola municipal de tempo integral no Serviluz. Eduardo é muito estudioso e sua matéria preferida é ciências. O que mais gosta na escola é a hora do recreio, que também é a do almoço, às 13h30, pois ele tem a oportunidade de ajudar a organizar a fila dos estudantes na cantina. Na escola, Eduardo se sentia importante, útil, ajudava os colegas, dedicava-se as matérias e recebia o reconhecimento dos professores. Ele me contou que gostava mais de estar na escola do que em casa, e em dias de feriado ou nas férias sente-se triste, pois não têm aulas, mas também, não poderia ver a namorada.

As matérias preferidas de Eduardo são: Ciências, Geografia, Matemática, Português, História e Inglês. Eduardo entra na escola às 7h30 e sai às 16h, durante a manhã têm as aulas e à tarde fica em estudo. Sua escola mesmo sendo municipal não aderiu a greve dos professores, no início do ano letivo de 2016, o que não ocorreu com a escola da Rosa e a do Carlos, o que poderia fazer denotar também a distinção entre as escolas dos três irmãos e o grande incentivo e qualidade associada à escola em tempo integral do Eduardo, aulas bem programadas, um professor responsável para cada turma e pelo acompanhamento e desenvolvimento desta. Essa questão tornava Eduardo o “parâmetro de sucesso” entre os

⁸² A situação se assemelhava com o ocorrido na chacina da Messejana (2015), pois toda periferia (e favela) há alguma rua onde algum morador libera o sinal de *wi-fi*. Em situações de conflito, a polícia, geralmente, sabe onde a juventude se reúne e ao chegarem nessas ruas encontram facilmente os rapazes, possivelmente, desarmados e distraídos nas redes sociais.

irmãos e ocasionava conflitualidades intrafamiliares, ele era o “menino de futuro”, aquele que “está dando certo”, o possível trabalhador, e não “vagabundo”, segundo as classificações morais da comunidade.

Eduardo têm duas matérias que despertam curiosidade, Protagonismo Juvenil e Formação Cidadã. A primeira, segundo ele, tem a característica de formar: “Uma pessoa protagonista... que é educada, uma pessoa assim que tem responsabilidade, que ajuda o próximo. Mas de uma forma assim, prestada”. Já a segunda matéria é “pra formar um cidadão, você ser uma pessoa direita, para assim ser uma pessoa certa... nunca se desvie do caminho do bem”. Mas o que é formar um cidadão, ou melhor, o que é ser cidadão para Eduardo? Ele disse: “formar um cidadão é que seja uma pessoa direita, que venha a se desviar nesse caminho mal que é o caminho das drogas, que venha sempre ficar firme, é isso”, eu: “O que é ficar firme?”, respondeu: “ser uma pessoa do bem, que ajude o próximo, que não é ingrata, é isso”.

O sonho do menino é ser médico pediatra (“Tia, eu adoro ciências. Eu quero ser médico”. Eduardo gosta muito de química e realizava vários experimentos com seu primo), mas estava em dúvida com a profissão que seguiria, pois são muitos anos de estudo na faculdade de medicina e pensa em ser empresário, não sabendo de qual ramo de negócios.

A família possui um alto grau de significação para Eduardo: “pra mim, minha família é tudo. Assim... tirando Deus, a minha família pra mim, é tudo, é esperança, é tudo, principalmente, meus pais”. O menino reclamava a ausência do pai e a falta que ele fazia nos momentos mais difíceis, além de sentir que sua mãe desempenhou um papel central na sua vida, foi mãe e pai ao mesmo tempo e sempre esteve ao seu lado quando precisou.

Um fato interessante ocorreu após o evento da chacina, Eduardo se engajou fortemente na igreja, por exemplo, mesmo a mãe não indo aos cultos, o menino não faltava um encontro, participava das vigílias, eventos que a mãe raramente se interessava em estar presente. Um movimento reverso se expandiu na família com a morte de Mateus, Eduardo aproximou mais da igreja e, assim, mais de Deus (ou da “palavra de Deus”), e Francisca se afastou gradativamente da instituição. A associação entre esses dois movimentos e a morte do jovem estavam imbricados com os sentimentos e o modo que mãe e filho estavam vivenciando essa *dor da perda* (SÁ; AGUIAR; RODRIGUES, 2016; SÁ; RODRIGUES; AGUIAR, 2014), onde silêncio, choro, crença (agarrar-se na fé) e falar eram expressões (re)

construídas no patamar das relações de parentesco, mas também, da espiritualidade e dos grupos que mobilizassem (pelo menos a promessa) algum conforto ou acolhida.

Eduardo possuía um senso de responsabilidade aguçado, tanto na escola quanto na Igreja, os dois ambientes sociais que para ele eram os mais importantes. Na igreja, o menino é integrante do conjunto de adolescentes, grupo que se reúne todas as segundas-feiras e quartas-feiras à tarde ou à noite, dependendo da disponibilidade das pessoas. Eduardo nunca faltava os cultos nas terças-feiras e quintas-feiras (às 19h30) e aos domingos, 18h30, mas também, se fazia presente nas vigílias de oração.

O menino adorava jogar carimba, seja na quadra da escola ou na rua. Eduardo detestava futebol e não torcia para nenhum time. Ele gostava de jogar vôlei na escola durante as aulas de educação física. O garoto se definia como uma criança que nunca gostou de carrinhos ou bonecos, mas preferia jogos, vídeo game, bila (ou bola de gude), rodar pião e conversar com os amigos mais próximos. Eduardo é um menino que priorizava brincadeiras na rua e com possibilidades de maior interação com as crianças da sua idade.

A escola e a igreja são seus locais prediletos, mas quando não está em nenhum desses, fica em casa ⁸³ assistindo TV, principalmente, novelas, ou vai à casa dos amigos para conversar sobre os fatos que aconteceram no cotidiano escolar. Seu melhor amigo é Régis (11 anos), irmão gêmeo de Renato, estes também moram na Estiva, com os pais e mais três irmãos. Régis e Eduardo são amigos desde pequenos, estudaram sempre na mesma escola. Eduardo mantém uma relação muito próxima com esses dois meninos, uma relação de parceria ou mutualidade. Por exemplo, no aniversário de 18 anos da irmã mais velha de Régis e Renato, Eduardo se ofereceu para ajudá-los a soprar os balões da festa, mesmo estando exausto após um dia na escola. Chegando à casa dos amigos encontramos Renato na sala jogando no celular e ele não se dispôs a dar atenção à Eduardo. Então, eu e Eduardo fomos até a casa de Lara, outra amiga sua, e da porta mesmo ele perguntou à menina: “Lara, hoje tem alguma coisa”. Ela: “Não”. Parecia que a pergunta feita à menina estava relacionada à Igreja, mas na verdade, era um pretexto para usar o *wi-fi* da casa, pois desejava acessar seu *Facebook* e o *WhatsApp* no celular. Na sala da casa de Lara, havia mais duas meninas, na TV passava um desenho e elas estavam atentas no celular jogando, assim como Renato na sua casa.

⁸³ Quando está em casa, segundo Francisca, o menino adora louvar enquanto toma banho. Essa prática do filho a deixava contente.

As relações de vicinalidade de Eduardo com os vizinhos e amigos da sua faixa etária se estreitavam pelas brincadeiras, afinidades, diálogos, mas, principalmente, pela conectividade com as tecnologias ou com o mundo virtual. Eduardo, dentre esses amigos que mencionei, era o único que não possuía acesso à internet em casa, o que dificultava as interações do menino com esse universo já tão apropriado pelos amigos.

Sobre os irmãos, o garoto revelou que além dos sete (entre irmãos por parte de mãe e outros dois por parte de mãe e pai) ele tem um irmão por parte de pai, o garoto também está com 12 anos e Eduardo não o conhece. O menino foi apresentado por foto a este irmão e o achou muito parecido com ele. Eduardo, na nossa conversação, caracterizou todos os irmãos, filhos da sua mãe. As referências das irmãs adultas apareceram através do estado civil ou relacionamentos amorosos que elas tinham (“enrolada”, “casada”, “com filhos”). Em seguida, ele mencionou os irmãos menores e Mateus, “e um que morreu”, não falando seu nome e apenas indicando que o irmão não era mais vivo.

Sobre o irmão Mateus, Eduardo narrou que este morreu numa chacina e que estava presente no local do crime. Ele escondeu-se atrás da porta e permaneceu ali até que os homens fossem embora da sua casa. Desde agosto de 2015, mês e ano da chacina, Eduardo, em comparação aos três irmãos menores, sempre apresentava reações que poderiam aparentar indiferença e distanciamento moral em relação ao evento de morte do irmão, pois o silêncio e as fugas do assunto eram expressões máximas quando alguém mencionava o caso. Assim como relatei na metodologia deste trabalho, Eduardo sempre se mostrava resistente para falar do irmão assassinado, mesmo em momentos que toda a família discutia esse assunto, ou ele se retirava ou silenciava ou mudava de assunto.

Eduardo também relatou como era sua relação com os outros irmãos. Rosa anteriormente era uma boa irmã, segundo o menino, mas como está crescendo “agora ela tá começando a ficar muito chata”. Sobre Carlos e as irmãs mais velhas, ele disse: “O Carlos é muito ‘ruasero’. A Alexandra é boa, que ela trabalha, né. A Mara também que chegou de Belém, também é boa, né. E a Milena é muito boa”. Nesse momento, falou da sua sobrinha de 3 anos e que completaria ano praticamente na mesma data do seu aniversário, e todos os anos a família fundia as festas num único dia.

A relação entre Eduardo e Carlos era conflituosa na maioria das situações. Certa vez, estávamos jogando, então, Francisca que estava deitada na outra cama aceitou brincar e

ganhou da Rosa. Depois Carlos e Eduardo aproximaram-se para brincar conosco, e Eduardo teve a ideia de fazer um jogo individual e com o tempo sendo cronometrado, num estilo mais competitivo e divertido. Eu havia presenteado as crianças com esse jogo, que era um quebra-cabeça onde deveríamos encontrar e colocar de modo certo a peça correspondente à figurinha nos espaços indicados, as peças eram os personagens do filme *Monstros S.A.*

Durante o momento que Carlos jogava, Eduardo ficou chateado e resmungando que não acreditava que ficaria em 3º lugar. Havia um clima de rivalidade entre os irmãos. Antes disso houve uma discussão que repercutiu na brincadeira. Carlos explicava-me sobre sua escola e o fato de estar no PCA. Eduardo então interrompeu a fala do irmão e disse: “Tia, não é querendo me amostrar, mas já meio que fazendo isso, eu estou na 7ª série e nunca fui reprovado, sempre passei de ano”. A frase do Eduardo gerou uma gritaria, Carlos olhou para ele e falou: “Olha, querendo se exhibir. Não venham me chamar de burro, não, porque não sou”. Francisca que estava na cozinha adentrou à sala e gritou: “Não fale isso, a professora disse que ele até evolui mais”.

Eduardo gosta de morar no Serviluz, mas se morasse perto da Disney, ficaria muito contente; um desejo da maioria das crianças. Ele sonhava em realizar viagens para o exterior, conhecer Orlando, França, Inglaterra, Estados Unidos.

O menino me passava sentimento de esperança, é uma criança que sonha, mesmo nas adversidades, está lutando e idealizando seus sonhos pelos estudos (seus olhos brilham quando fala disso), ou seja, ele é o filho que satisfaz integralmente as expectativas da mãe, Francisca. Eduardo era a promessa de dias melhores, uma trajetória de vida projetada e desenhada a se distinguir dos irmãos, principalmente, daqueles do sexo masculino, Mateus e Carlos, de acordo com os sonhos da mãe.

3.1.4 Rosa

3.1.4.1 Rosa: família, escola e o medo dos mortos (e da própria morte)

Rosa, 8 anos, é a filha caçula de Francisca. A menina estuda numa escola pública do bairro, cursa o 3º ano do ensino fundamental. Rosa adora ir à igreja com a mãe, louvar a

Deus, assistir novelas, brincar de boneca com sua amiga, a filha do pastor, e costurar roupinhas para suas bonecas. Quando crescer, a menina Rosa sonha em ser cantora gospel ou pediatra.

A menina possui algumas dificuldades para ler e escrever, revelando para mim que sente vergonha de ler na sala de aula quando a professora lhe ordena, pois os meninos sempre zombam dela, porque erra na leitura e, além disso, a professora brigava com os alunos que não se saíssem bem nessa atividade. Rosa falou em determinada situação: “Lá na minha escola quem não lê direito a tia briga”. Diante dessas situações escolares, Rosa se imaginava “burra”, porque não sabia ler direito ainda. No entanto, ela tinha consciência de tornar esse obstáculo um desafio. A menina esforçava-se em ler tudo o que via pela frente, além de praticar a leitura através dos livrinhos infantis que possuía em casa.

Rosa e a Francisca estavam sempre juntas e a rotina da menina é estreitamente ligada a da mãe. Passa a manhã na escola, indo e voltando sozinha para casa, pois a mãe sai cedo para trabalhar. À tarde está em casa, ajuda a mãe, lhe acompanha aos médicos e a qualquer lugar onde for, nas vendas, nas idas à Igreja, seja aos grupos ou cultos. Nara ou Francisca auxiliam Rosa nas tarefas escolares, mas, na maioria das vezes, a menina não quer abandonar as novelas para realizar suas obrigações de estudante.

A relação de Rosa com os irmãos é amistosa, mas com Carlos sempre se estendia para xingamentos, agressões, ofensas e delações. Numa determinada tarde, enquanto eu a ajudava a realizar uma tarefa de casa, Carlos aproximou-se para dar sua opinião nas respostas e dizia ser fácil as questões, que eram de 1º ano, mas Rosa o insultava quando ele comentava algo e outras vezes ele revidava. Carlos cansado da rejeição da irmã começou a soltar ironias, dizendo que ela era muito inteligente, “Olha! A Rosa não é burra”. Rosa retrucava e já sem paciência, falou: “Não sou, você que reprova todo dia”. Carlos com raiva do tratamento recebido pela irmã saiu da sala, mas retornou em seguida, observou se ela estava fazendo a atividade e a delatou para a mãe: “Mãe, a Rosa aqui, não quer fazer a tarefa, só assistindo a novela”. Francisca então se aproximou e gritou com a filha, ordenando que terminasse, se não iria apanhar. Os insultos entre os dois irmãos ocasionavam conflitos e deixava Rosa ainda com mais raiva do seu irmão.

Numa outra tarde, estavam na casa, eu, Rosa e Nara, esta no vão ao lado, provavelmente, ouvindo nossa conversa. A situação era propícia para conversar e brincar por

bastante tempo com Rosa, e longe da sua mãe, ou seja, sua inibição seria menor para tocar em determinados assuntos que a mãe repreenderia. Rosa contou-me sobre algumas pessoas da sua família, das suas relações com suas colegas de escola.

Outra irmã de Rosa, Milena, mora perto do Serviluz, numa comunidade vizinha. Milena têm duas filhas, sendo uma recém-nascida e Rosa adora estar na casa da irmã para brincar com suas sobrinhas. Mas havia um problema: há fantasmas ao redor da casa da irmã, são soldados e é possível escutá-los marchando de madrugada. A menina sempre que falava das idas àquela casa performatizava a ação de sentir a presença das assombrações e o susto que levava. Ela nunca viu ou ouviu esses espíritos, mas Milena, sim, esse era o único medo que Rosa sentia de estar na casa da irmã.

O *medo dos mortos*, mas principalmente, dos espíritos, povoavam a cabeça da menina Rosa de imaginações, superstições e até nas situações ditas “não reais”, mas como encenação, representações do real nas novelas, mexiam com os quadros imaginativos dela (PIRES, 2009a)⁸⁴. Ela adorava novelas, porque, segundo ela: “acontecem coisas boas e coisas ruins [...] é como se fosse a realidade, coisas que acontecem na realidade”. Ela narrou uma trama para mim: “um casal se separou e a moça saía chorando, pegou seu carro e aconteceu um acidente, mas não morreu”. Em outro instante me falou que não conheceu seu avô materno, que gostaria de tê-lo conhecido e mencionou que seu tio, irmão da sua mãe, era alcoolista⁸⁵, também já falecido. Eram importantes esses registros na fala de Rosa para tentar mensurar o quanto a morte, os mortos, os fantasmas, os conflitos, sejam nas novelas ou na vida real, circundavam o imaginário da menina, pois não havia um momento em que ela não mencionasse eventos dessa natureza, inclusive de colocar-se como alguém que poderia estar morta. Em relação a isso, por duas vezes Rosa me relatou que Cristiano (o menino que é seu

⁸⁴ Em “Quem tem medo de mal-assombro?”, Pires (2009a) discorre sobre como crianças e adultos de uma pequena cidade de Catingueira, semiárido da Paraíba, percebem os mal-assombros, onde a ontologia do mal-assombro possui estreita relação com o mundo dos vivos. Interessante ressaltar na etnografia de Pires que as crianças geralmente não desenhavam os mal-assombros mais horripilantes para elas (por exemplo, os que habitam os cemitérios), ou seja, aqueles que elas não conheceram em vida, mas “os mal-assombros, enquanto parentes falecidos que habitam a casa onde moravam com a sua família quando em vida, são significativamente menos assustadores. Isso parece sugerir que os laços de parentesco humanizam os mal-assombros, ao passo que a ausência de relação (familiar) dá lugar aos monstros e aos perversos. É possível afirmar que os mal-assombros não relacionados com os vivos por laços de parentesco tendem a ser mais assustadores que os mal-assombros reconhecidos como membros da família. A família e os laços de parentesco parecem desempenhar um papel importantíssimo na definição da ontologia dos assombramentos” (PIRES, 2009a, pp. 310-311).

⁸⁵ O termo “alcoolista” é uma substituição do termo “alcoólatra”. Tal substituição é usada por muitos pesquisadores atualmente, pois “alcoolista” é um termos menos estigmatizante. O intuito dessa substituição de termo é de não responsabilizar o bebedor unicamente pelos problemas decorrentes do uso de álcool, afinal, o álcool é uma substância lícita e socialmente aceita e disponível, mas quando é utilizada de forma abusiva expõe o bebedor a muitos riscos [fonte: psicologopinda.com.br. “A diferença entre alcoólatra e alcoolista”].

antigo vizinho) tentou lhe sufocar com um travesseiro. Ele queria matá-la, segundo a menina e, por isso, ela não gostava dele. Ela não compreendia porque ele quis sufocá-la enquanto brincavam. Rosa suspeitava serem ciúmes, pois o pai de Cristiano (que foi assassinado) brincava muito com ela, gostava da menina, o que despertava raiva em Cristiano. Os dois que possuíam desavenças e trocavam alguns insultos quando se encontravam, estavam próximos na tarde em que visitamos a família de Rosa (inclusive a abraçou), após o evento de perda do irmão desta, onde Cristiano se solidarizou com a menina e os outros familiares.

Rosa relatou outra circunstância em que correu risco e que poderia ter morrido. Quando ela tinha por volta dos seus 4 ou 5 anos de idade, na frente da antiga casa, a sua mãe lavava roupas e Rosa, em cima de uma mesa na calçada, brincava. Em determinado momento essa mesa virou e a menina, por muito pouco, não foi atropelada pelo trem de cargas que passava no trilho da rua, mas sua mãe a salvou e nada lhe aconteceu.

Na escola, sua relação com as outras meninas por vezes era conflituosa. A Leca, moradora da Pracinha, e outras duas meninas insultavam constantemente com Rosa, ela acreditava que os insultos se relacionavam a sua mãe, mas não revelava claramente os motivos quando menciona essas situações. Elas diziam que Rosa estava praticando sexo com os caminhoneiros lá perto do GATE, então a menina me explicou a situação: “Elas diziam tia, que eu tava dando... Eu tenho vergonha de dizer (encabulada, ela rir)”, eu: “O quê?”, ela: “É esse negócio que a gente tem aqui (aponta discretamente), que só meninas têm? (referia-se ao órgão sexual feminino)”, eu: “É. Sim, entendi”, ela: “Pois é, elas diziam que eu tava dando isso para os caminhoneiros lá perto do GATE”. Rosa reagia aos insultos e de maneira agressiva, jogava as meninas na parede e as batia, contava-me isto com orgulho e falava: “sou igual minha mãe”. A menina recordava as histórias que sabia da juventude da mãe, quando andava com uma faca e brigava com outras mulheres na rua, nos bares.

Os insultos gestados pelas coleguinhas de Rosa e que esta percebia estar em referência à sua mãe poderiam ser interpretados aos vários relacionamentos que Francisca teve ao longo da vida, sendo seus filhos de parceiros diferentes, onde uma *imagem negativa* (GOFFMAN, 2012, 1975) se formou diante da figura de Francisca dentro da comunidade, mas que hoje, a imagem recai e repercute em Rosa, um mecanismo moralizante das crianças que parecia acionar uma expressão popular: “tá a mãe, tá a filha”. Francisca, mesmo sendo da Igreja, era perseguida por seu passado que não foi esquecido pela coletividade moral da comunidade, onde a difusão da sua vida pregressa respingava e é de conhecimento das novas

gerações para ofender sua filha no ambiente escolar. O passado de Francisca também era lembrado por Márcio que sempre procurava um motivo para explicar porque a vida dela hoje é tão difícil e o fato de ter perdido um filho.

3.1.4.2 A chacina, o desenho e o irmão, Mateus

Dos três irmãos menores, Rosa era a que mais expressava sentimentos de luto pelo irmão Mateus ou, pelo menos, demonstrava mais espontaneamente. Na época da chacina, Rosa estava com 7 anos. Em outubro de 2015, transcorrido dois meses da chacina, na festa do dia das crianças, Rosa me abraçou quando cheguei e disse: “Tia, o meu irmão morreu” (triste), então perguntei: “E como você está? E sua mãe?”, Rosa respondeu: “Eu estou triste e minha mãe também”. Rosa manifesta-se constantemente sobre o evento da morte do irmão e afirmava que ele era o único na casa que brincava com ela e a protegia. Rosa procurava transferir essa tarefa para Eduardo, o irmão que passava mais tempo em casa, mas ele não brincava com ela, mas também não desempenhava o papel de protetor; ela dizia: “Eduardo só quer saber de estudar, ele não cuida de mim”, ele retrucava: “E eu sou tua mãe?”.

A menina relatou ainda seus sentimentos no dia em que o irmão foi assassinado e de como tomou consciência do que ocorreu naquela madrugada, de que não se tratava de um sonho ou pesadelo, mas era verdade. Além disso, sempre em situações onde a mãe ou outras pessoas que integram sua rede de relações intersubjetivas mencionavam ou narravam o que aconteceu naquela madrugada, Rosa põe as duas mãos tampando os ouvidos, como que numa postura de distanciamento e evitando a dor, o sofrimento de rememorar pela narrativa dos outros tudo aquilo que ela presenciou.

Rosa sonhava sempre com Mateus, “sempre que fecho os olhos. Quando penso nele e eu fecho os olhos, eu lembro do que aconteceu”. Rosa fazia referência ao dia da chacina e ao episódio em que seu irmão foi assassinado. Naquela noite, a menina estava assistindo a novela quando ouviu o tiroteio na rua.

Após uma longa tarde de brincadeiras e estando eu e Rosa cansadas de brincar de “Monstros S.A”, então ela sugeriu: “Tia, já sei, vamos brincar de concurso de desenho”, eu aceitei imediatamente. Ela apanhou seu caderninho e pediu que eu escrevesse, então sugeri

que fizéssemos desenhos temáticos, mas uma de cada vez desenharia na folha. Então lhe lancei a proposta para começarmos desenhando nossa casa, então me olhou e disse que eu iniciaria. Desenhei a rua, meu prédio, lhe explicando detalhes, o objetivo era estimulá-la para que fizesse o mesmo na sua vez de desenhar. Chegado o momento de desenhar sua casa, Rosa demonstrou grande dúvida: “Minha casa? [pensou] Certo!”. A menina falou que desenharia a sua “casa de verdade”, que não era aquela onde morava, ou seja, ela representaria no papel a casa onde ocorreu o assassinato do irmão. Naquele instante fiquei surpresa com sua escolha, mas observei atentamente seus primeiros traços. Rosa desenhou apenas a parte externa da casa. Então lhe perguntei se desenharia a casa antiga que morou e onde seu irmão foi assassinado, ela disse que sim e falou: “eu lembro como foi” e começou a desenhar, preencher o interior da casa de acordo com o evento daquela noite. Rosa desenhava e me explicava onde estavam a mãe e os irmãos, Eduardo, Carlos e Mateus. Além de expressar a posição de todos, também retratava suas reações, seus medos no momento do crime. Dessa maneira, tudo o que Rosa havia me narrado antes e em outras conversas emergiu pelo desenho, mas detalhes novos apenas foram apresentados no ato de desenhar.

Primeiramente, Rosa desenhou apenas o contorno da casa, a parte externa, desenhou o trilho na rua, por exemplo. Ela expressou para mim a cena em detalhes e o que aconteceu antes, durante e depois da invasão dos homens que mataram Mateus, mas fez isto de duas maneiras: 1) através de expressão verbal e interpretando a fala das pessoas que estavam em cena e 2) através do desenho da sua casa (a cena do crime e a posição dos atores na situação).

Rosa narrou em detalhes o acontecimento e as últimas palavras do irmão: “Mãe, não se preocupe, todos os seus filhos estão em casa”. Então, os homens invadiram. Carlos foi para baixo da cama e por pouco não levou uma bala perdida, pois por sorte esta ficou alojada no armário da cozinha, na parte inferior, e se tivesse atravessado, pegaria nele, pois o quarto onde o menino se escondeu ficava por trás deste armário, ou seja, ele poderia ter se machucado ou morrido naquela noite, segundo Rosa. O Eduardo se jogou na parede. A Rosa teve a atitude de pôr as mãos nos ouvidos e fechar os olhos, mas continuava a escutar os tiros e quando viu Mateus novamente, ele estava no chão “todo baleado” e morto. A mãe dizia: “Não, o que é isso? Meu filho não”. (A menina num ato muito expressivo imitou a voz da mãe, além de caracterizar a expressão corporal desta ao ver o filho morto). Rosa ainda contou-me que dos cinco rapazes assassinados naquele evento crítico, dois eram inocentes, seu irmão

e outro jovem, os dois eram amigos. Segundo Rosa, muitos inocentes morreram e completou: “Ele [Mateus] não era para ter morrido”.

Na noite do assassinato, Rosa correu para o quarto assim que os homens invadiram a casa e acabou tropeçando e caiu, ao chegar ao quarto ela tampou os ouvidos com as duas mãos, mas mesmo assim ouviu os tiros. Carlos estava dormindo e ao ouvir o barulho, escondeu-se embaixo da cama e não saiu de lá. A mãe, Francisca, implorava para que os homens não matassem seu filho. Mateus estava na sala, comendo e assistindo televisão. Os homens se dirigiram rapidamente para onde o jovem estava, ou seja, sabiam quem procuravam. Eduardo ficou atrás da porta, pois tentou segurá-la para impedir a invasão, afinal, todos já tinham ouvido o barulho vindo da rua, então, sabiam (ou pelo menos, pressentiram) que iriam entrar. Francisca se recusou a abrir. Eduardo não conseguiu impedir que entrassem, eles empurram a porta e o menino foi arremessado contra a parede, suas costas ficaram machucadas com a ação. Apenas Francisca e Eduardo presenciaram de modo ocular a cena da execução de Mateus, mas de algum modo todos presenciaram, vendo, ouvindo e sentindo medo, afinal, todos estavam em casa naquela noite.

A menina após desenhar a casa desenhou os girassóis cultivados por ela e Eduardo, “Os girassóis, meu e do Eduardo, morreram também”. Rosa contou-me que as balas pegaram neles. Não foi apenas Mateus que havia morrido, os girassóis cultivados com tanto carinho também, havia mais do que uma perda no *imaginário simbólico*⁸⁶ (BOURDIEU, 1996) de Rosa.

Mateus era o único irmão que brincava com Rosa⁸⁷, como falei acima. Ela perdeu com quem brincar. Nos sonhos da menina com o irmão, na maioria das vezes, os dois estavam brincando. Para Rosa, os sonhos era a expressão do que ocorria quando ele estava vivo: “Mas é o que acontecia na realidade”. Havia forte sentimento de saudade e de uma “perda sem sentido” (inconformação), pois para ela, Mateus não deveria ter morrido. Nas suas interpretações não existiam motivos para o jovem ser assassinado: “Não era para ter matado ele [sic]”, e ressaltou, em seguida: “O sangue de Deus vai curar. Sabe por que Deus levou ele?

⁸⁶ Os símbolos mais significativos eram expressões nos seus desenhos, por exemplo, a antiga casa, o irmão assassinado, os girassóis que não sobreviveram àquela noite do extermínio de Mateus. O mundo social e as representações que a menina fazia dele se teciam na sua imaginação e nas suas ações.

⁸⁷ Das brincadeiras que o irmão tinha com a irmã, ela recordava que ele gostava de comer na cama dela (apontou para sua cama). Mateus realizava suas refeições sentado na cama de Rosa e enquanto isso ele lhe dava língua. Rosa disse: “Ele era chato, mas eu gostava dele”.

Porque ele estava fazendo a mãe sofrer muito”. Rosa parecia buscar uma explicação divina para a morte do irmão.

A menina acreditava ser ela uma crente e certamente subiria aos céus no momento do Apocalipse, mas que Mateus não era crente. Então lhe perguntei: “As pessoas que já morreram não vão subir?” e ela respondeu: “Os crentes creem e fazem a vontade de Deus, vão subir e os que não são, vão ficar na Terra sofrendo. Eu não quero ficar na Terra”.

Rosa recordou que sempre ia ao beco onde Mateus vendia drogas, perto da rua do meio, na Estiva. A menina se dirigia ao local para pedir dinheiro para o irmão e a quantia exigida era sempre de R\$2 (dois reais). Rosa não gostava de vê-lo na venda de drogas e reclamava para Mateus a situação, ao passo que o jovem aborrecido com a irmã, recusava lhe dar o dinheiro: “Tenho não, sai daqui, menina”.

O trauma e o esgarçamento da relação de parentesco para Rosa (pois a perda do irmão de maneira prematura acabou por interromper as vivências com ele, além de por em cheque a confiabilidade depositada em Mateus, em decorrência da situação/condição em que foi morto) se evidenciava em várias situações, por exemplo, certa vez, a menina estava na casa de Bia, sua amiga, e de repente imaginou ouvir um tiroteio. Rosa se assustou e correu para o quarto da amiga e ficou chorando. O barulho era oriundo dos balões que o irmão de Bia estourava no cômodo ao lado, sendo informada disso, ela acalmou-se e voltou a brincar.

O imaginário da menina era carregado de representações. Uma vez caminhando com Rosa e Eduardo na rua, a menina gritou para o irmão que estava vendo a “rasga mortalha⁸⁸” (uma ave, segundo Eduardo). Então ele exigiu que a irmã parasse com aquilo. A menina, em seguida, me contou que a “rasga mortalha” sobrevoou a casa da madrinha do Mateus e por isso ele morreu. Eduardo com raiva com a insistência da irmã, gritou: “menina, cala a boca”. A ave que remetia à morte e o assassinato de Mateus poderia ser a crença de um aviso ou premonição no imaginário de Rosa.

⁸⁸ A “rasga mortalha” (nome popular) ou a Suindara é uma pequena coruja de cor branca e voo baixo. Nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, há uma lenda que acredita-se que quando essa coruja passa por cima de alguma casa soltando um ruído semelhante a um “pano rasgando”, é sinal de que algum morador daquela casa está perto da morte. O ruído dessa ave é produzido pelo atrito de suas asas ao voar. Outro fato interessante é que a “rasga mortalha” só sai na boca da noite [fonte: noamazonaseassim.com.br. “A lenda da rasga mortalha”].

3.1.4.3 A segunda conversação gravada com Rosa

Rosa sempre estava muito preocupada com a mãe e suas emoções refletiam claramente nos sentimentos cotidianos da menina. Nos dias em que sua irmã Mara estava no Serviluz e ao perceber o nervosismo da mãe, Rosa culpava a irmã por isso, pois não cessava de usar drogas e desejava que ela fosse embora o mais breve possível. Sobre essa preocupação e outras acerca da família, Rosa se expressou na nossa segunda conversação gravada (21/04/2016), onde ao mesmo tempo conversamos e brincamos.

Neste dia ela expôs para mim a dinâmica familiar, a agitação da casa e ao mesmo tempo iam entrando e saindo seus irmãos e a mãe. Rosa esclarecia todos os acontecimentos dos últimos dias, fazendo com que eu compreendesse os eventos da semana e sem precisar perguntar diretamente para sua mãe.

Mara entrou na sala gritando e procurando Nara. Rosa curiosa foi verificar o que acontecia e a perguntava, na mesma postura da sua mãe, por onde a irmã andava, o que havia ocorrido e para onde iria. A moça irritou-se e falou para a menina: “Para que tu quer saber? Não te interessa”. Rosa voltou para a sala e informou que a irmã havia conseguido um emprego no Centro, possivelmente de vendedora. A irmã reafirmava que Mara ainda usava drogas, mas a jovem parecia ser uma caixinha de surpresas para a família.

Nossa primeira brincadeira da tarde, jogar “Monstro S.A”. Na primeira rodada do jogo, a conversa decorreu de maneira livre e espontânea, ela disse: “Tia Deizi, eu gosto tanto da senhora que eu queria que a senhora fosse a minha mãe”, eu: “Por quê?”, a menina: “Porque a senhora é calma”, eu: “Mas a sua mãe é ótima, uma ótima mãe”, ela: “Mas ela é muito nervosa, não para de brigar comigo”. Rosa falou que certa vez sonhou que sua mãe não era Francisca, mas a cantora de axé Ivete Sangalo. No sonho a sua mãe não tinha condições, dinheiro para sustentar a casa e teve que lhe colocar num abrigo, então a menina foi adotada por Ivete Sangalo. Rosa chorava, queria sua mãe de volta, a cantora lhe dizia que poderia ver sua mãe, mas que só poderia ser na nova casa onde agora morava. Em seguida, disse que sua mãe, Francisca, na vida real, foi adotada, porque a mãe desta não tinha condições de lhe criar e para onde ela a levou tinha muitos brinquedos. Rosa conheceu a mãe adotiva da mãe, mas não conheceu o avô materno (pai consanguíneo da mãe) e sentia muito por isso.

Finalizada a segunda rodada do joguinho, Rosa aceitou minha proposta para que conversássemos, mas um diálogo gravado, assim como havia sido uma vez. Neste momento, ela comentou que no dia que conversamos e eu gravei, ela não conseguiu falar tudo que queria, pois a mãe atrapalhou. Naquela ocasião a menina falava do “irmão que morreu”, mas Francisca interditou a fala da menina.

Retirei o gravado e o liguei com a permissão de Rosa, o posicionei embaixo da cama para que não ficasse tão visível para ela, e assim não gerasse intimidação na menina, mas ela olhava o gravador assustada e curiosa, era inevitável a atenção que ele despertava nela. Quando lhe disse que poderia falar o que ela quisesse e que conduziria a conversa, mas que poderíamos retomar os pontos anteriores, como, por exemplo, este que ela acabava de relatar, falar do irmão Mateus, ela não me deu ouvidos, simplesmente sugeriu que apanhássemos as duas figuras-personagem (que havíamos escolhido como parecidas conosco) do jogo *Monstros S.A.* Aceitei a sugestão.

Após uma tarde de brincadeiras, eu e Rosa tivemos nossa segunda conversa registrada pelo gravador de voz, onde o diálogo era conduzido pela brincadeira. Rosa dirigiu toda a cena, iniciou a interpretar uma conversa comigo a partir da peça do jogo, onde ela começou a dizer: “Amiga, olha aquele gravador, vamos até lá. Ele é enorme, maior do que a gente”, então me exigiu uma resposta ou reação, eu ainda tentando entender sua brincadeira, entrei no *jogo de cena* sem me interrogar tanto, a brincadeira era entrar no seu ritmo lúdico, mas fazendo pesquisa de campo ao mesmo tempo.

Depois Rosa manifestou pela brincadeira uma troca de condição e transferência. Rosa realizava uma inversão de condição, onde ela seria a Deiziane, estudante e pesquisadora, e eu deveria ser Rosa, a menina que tem uma mãe chata e que está triste com a perda do irmão. A brincadeira, conduzida por ela, se caracterizou como um jogo de perguntas e respostas. Ela buscando informações sobre mim. Rosa colocava-se como a pesquisadora e eu deveria ser a criança pesquisada. Procurei a estimular para que ela falasse da sua família, dos irmãos, mas a menina apresentava uma resistência em falar sobre ela e outros assuntos, principalmente, sobre Mateus e, em determinada situação, escolheu para si um nome fictício, onde passou a se sentir à vontade e relatou com mais detalhes seus sentimentos, a relação com o irmão e o dia da chacina.

Sobre a relação com os irmãos, relatou que Eduardo e Carlos são chatos e que batem nela: “Eles ficam me xingando, eles ficam me chamando de cabelo de fuá, eles só ficam falando isso porque eu tenho o cabelo lindo e cacheado, liso...” (interpretando). Dentre seus irmãos do sexo masculino, Rosa mantinha uma relação mais amistosa com Eduardo. A menina diferenciava a relação com os irmãos, Eduardo e Carlos, e inseriu na sua narrativa as lembranças e o sentimento de proteção, mas também, de predileção pelo irmão mais velho, Mateus, pois com Mateus outro quadro se apresentava: era um bom irmão e sentia muito sua falta, mas, por outro lado, ele era envolvido com drogas:

R: O meu irmão era muito bonzinho. Eu sempre ia pro lugar onde ele usa... onde ele vendia droga. Aí eu ficava pedindo dinheiro. E ele morreu numa chacina, eu tô muito triste com isso, amiguinha (interpretando – choro).

D: Ah... eu entendo, compreendo sua tristeza. (interpretando). O que é que você sente?

R: Uma dor no meu coração... quando falo dele (interpretando - choro).

D: Você sente falta dele?

R: Muito, muito, muito. Ai... eu tô ficando tonta. (interpretando). Tá aqui a outra menina boazinha. “Amiga... pegue o canto de impostos”. (interpretando – choro). E tu, não vai fazer hora comigo, não? (me interroga).

D: Amiga, me dá um abraço. (interpretando).

R: Eu tô desmaiada.

D: Tá desmaiada? Acorda, acorda (interpretando).

Rosa argumentou neste dia o porquê Mateus foi assassinado ou a trajetória que, possivelmente, o levou a morrer. Rosa explicou ainda suas percepções sobre a morte, o inferno, o céu, como será o dia do Apocalipse.

D: Certo. Então só vão por céu e pro inferno as pessoas que morrem, é isso?

R: Eu não sei, quem sabe é Deus.

D: Não, eu tô dizendo assim, é só quando a gente morre é que Deus manda a gente... é isso, que Deus vai mandar ou pro céu ou pro inferno?

R: Vai ter uma coisa é... Se a gente matar alguém... vai pra esse, vem pra cá, vai pra lá. Aí: “Você já matou alguém?”, “Não”, então foi pra cá pro meu reino. “Você já matou alguém?”, vai pra lá, vem pra cá, vai pra lá (agitada).

D: Isso é só quando tiver o Apocalipse, se vai pro céu ou inferno, é isso?

R: Não quero que aconteça isso não, porque o mundo vai se acabar todim. Aí Deus tem que construir tudo de novo.

D: O Apocalipse vai acabar tudo?

R: É. Com o mundo daqui de baixo. Elas... O (fala o nome de alguém – inaudível) disse né que ele acha que as pessoas que morrem ficam no seu local de... jazido. Aí quando Deus tocar a trombeta eles vão direto pro coisa e vão ficar ajoelhado diante a Deus, aí Deus vai falar tudo para o que ele não foi fiel a Deus. Que ele morreu na cruz por nós, ele ressuscitou, nosso salvador.

D: E o Mateus, o seu irmão, ele tá aonde agora?

R: Eu não sei. O único problema dele era usuário de droga, ter esse problema com vício né, mas eu só sei que ele nunca matou ninguém. E as pessoas já chamaram ele [sic] pra roubar... pra roubar um carro. Aí ele falou: “Não, não vou, não, por causa de que não gosto de fazer isso, não”.

D: Rosa, e por que mataram ele?

R: Por causa que ele já foi preso, por causa que ele era... que ele coisava droga.

D: Ele vendia?

R: É e também usava.

D: Mas aí ele não morreu no presídio, né. Ele já tinha sido solto.

R: E esses policial que mataram as pessoa eles só queriam os preso, ele só queria homem e as pessoa que já foram presa⁸⁹.

A menina revelou ainda que já sonhou com os policiais que mataram seu irmão. Nesse sonho ela presenciou policiais cometendo crimes, então resolveu denunciar na delegacia, mas acordou do sonho nesse exato momento.

Ela relatou nesse dia suas concepções de merecimento de morte e quem teria a autoridade de retirar a vida de uma pessoa:

D: Mas você acha que as pessoas que são presas, que usam drogas, elas... têm que morrer assim?

R: Ninguém tem que morrer assim, porque só quem tira a vida tem que ser Deus, ninguém e mais ninguém. Agora a gente querer tirar a vida de outra pessoa só por

⁸⁹ Rosa dimensionava a situação numa perspectiva aleatória por um lado, mas determinada por outro. Os policiais estariam naquela noite procurando homens no seguinte perfil: ex-presidiário e envolvido no tráfico de drogas, e o objetivo era uma higienização social na localidade. A visão da menina não era contraditória, mas parecia mascarar outras questões mais complexas do extermínio de jovens por policiais nas periferias.

causa de uma besteirinha (revolta e raiva). E também querendo acabar o crime, isso já é demais. Agora dá uma pisinha, bom, é pouco, mas agora matar (aterrorizada).

D: Então o que deveria ser feito para que essas “besteirinhas” aí que você tá falando não serem mais feitas e não ter mais tanto crime?

R: Deus voltar.

D: E o que Deus vai fazer, se ele voltar?

R: Eu não sei. Eu só sei que eu amo ele mais do que minha mãe. Não, eu amo cada um do mesmo amor, meu pai, minha mãe e o meu outro pai e a minha outra mãe. Deus e Deus.

Noutra tarde, a menina lançou uma proposta, brincar de psicólogo. Primeiro, ela me falou: “Vamos brincar daquela pessoa que escuta quando alguém tá muito triste, como se chama?”, eu: “Quem? Psicólogo?”, ela: “É” (empolgada). Rosa então começou a me explicar como seria essa brincadeira: eu seria a pessoa triste, que “perdeu um irmão de mentirinha, que não comia mais, chorava muito e só queria ficar dentro do quarto, não queria mais sair”. Era a segunda vez que Rosa me sugeria essa brincadeira de trocarmos de condição. Após a chacina e com as manifestações apresentadas por Rosa (choro repentino, tristeza, muito calada), a menina ia ser acompanhada por uma psicóloga, mas a mãe resolveu não levá-la, pois “Deus iria curar”.

A proposta de brincadeira da menina se referia a ela mesma e ao trauma de perder o irmão. Então lhe falei: “Você ficou assim, sem querer comer, chorando e sem querer sair de casa quando o Mateus morreu?”, ela respondeu que apenas chorou muito, mas continuou brincando, “Você acha que só porque meu irmão morreu eu vou deixar de me divertir? Não” (sorri).

3.1.5 Lucas, Gabriela e Jéssica: famílias, perdas e conflitualidades

3.1.5.1 A luta de dona Maria, a avó de Lucas

Maria, 65 anos, mãe do Alef e avó de Lucas, nasceu em Acaraú, interior do Ceará. Os pais e avós de Maria também são de Acaraú. Na infância e adolescência, ela e os irmãos (16 irmãos, mas apenas oito são vivos) viviam para trabalhar na roça com os pais como uma maneira de garantir o sustento da família. Na década de 1980, Maria conheceu Mauro numa

festa do padroeiro da cidade onde morava, os dois se apaixonaram, o que acarretou na fuga da moça para Fortaleza. Em 1981 Maria chegou ao Serviluz, o intuito era procurar por Mauro. Com o apoio de uma amiga, conhecida do homem, o encontrou, então resolveram morar todos juntos. Mas passado alguns anos, Maria decidiu que gostaria de construir sua própria casa para morar com seu companheiro, que era alcoolista ⁹⁰ e lhe causava constrangimentos na casa da amiga.

No ano de 1985, mesmo ano de nascimento de Alef (primeiro filho), finalmente, o seu sonho se realizava, a casa própria. Na época, o Serviluz era perigoso, violento, segundo ela, mas essa situação só havia piorado: “Era muito perigoso, minha irmã. Era perigoso aqui na época de 80, era muito ruim, minha irmã, era muito perigo e agora voltou tudo de novo. Mataram uma parte, mas os que vão crescendo vão vendo e vão querendo fazer o mesmo que os antigos faziam”.

Maria têm cinco filhos, Alef, Laura e Lúcia (gêmeas), Leandro e Caroline (filha classificatória – COHN, 2005 – ou adotiva). Ela trabalhou durante muitos anos em casa de família e como zeladora em construtoras na Praia do Futuro, mas com o nascimento dos outros filhos, paralisou suas atividades fora de casa para dedicar-se na criação das crianças. O Alef era sua companhia, pois enquanto Mauro estava no mar pescando, o menino não desapegava da mãe, e mesmo com o nascimento dos outros filhos, Alef detinha todas as atenções de Maria.

Quando Alef estava com 15 anos, a mãe foi informada por boatos da vizinhança que o filho não andava em “boa companhia”. Ela muito preocupada passou a persegui-lo, então descobriu que Alef estava com uma nova amizade, Paulo ⁹¹, filho do Gilmar, comerciante local. Paulo todas as manhã buscava Alef na porta da escola, horário de saída, para irem “surfear” na Estiva ⁹². Maria ao ter essa revelação, pois presenciou a cena, ameaçou Paulo, este já tinha a fama de “desencaminhar os meninos da comunidade”, e o delatou para seu pai.

As pessoas observando a angústia de Maria, pois o filho continuou envolvido no mundo das drogas, lhe aconselhavam que desistisse dele, tanto os amigos quanto suas filhas. Maria inconformada com a situação acreditava que a culpa era dos amigos, as “más

⁹⁰ Ver nota 85.

⁹¹ O Paulo está preso hoje em dia, casou, têm filhos, e estes são envolvidos no tráfico de drogas da comunidade, assim como o pai.

⁹² Surfear no teto dos trens de carga que passavam pela Estiva era uma prática recorrente entre os jovens na época. Mas acompanhado dessa prática os rapazes consumiam drogas e se envolviam com as “más amizades” do bairro.

companhias” era a causa de o filho ter se “transformado”, pois “ele sempre foi um bom menino, carinhoso” e não saía da “barra de sua saia”, para onde a mãe ia o menino estava atrás, ou seja, o defeito não foi na criação (não era “culpa da mãe”), mas dos rapazes que passaram a acompanhar o jovem (SÁ; RODRIGUES; AGUIAR, 2014).

Em 2011, próximo aos festejos natalinos, Alef (23 anos), foi assassinado por Marcos, seu cunhado, irmão da sua companheira, Mirna. O cunhado furtou o celular da mulher de Alef de dentro da casa do casal. O jovem descobriu quando o homem foi oferecer-lhe o aparelho num bar, mas recusou. O dinheiro era para comprar drogas. Alef relatou a situação para sua mulher, com isso um desconforto foi gestado na relação dos dois jovens. A partir daquele momento, a acusação de furto tornou-se bilateral, onde Alef acusava o cunhado e vice-versa. O desfecho foi o assassinato de Alef, numa manhã de sábado, próximo à casa de Maria (na mesma rua).

O rapaz foi à casa da mãe tomar café da manhã e um banho. Ele voltava de uma festa com Marcos e Mirna, tudo aparentava perfeita harmonia, principalmente, entre Alef e o cunhado. Dona Maria preparou as bruacas⁹³ para o filho comer, mas também, levar para os meninos (seus netos), que moravam com o pai e a mãe na Favela. Alef bebeu o café e saiu. O jovem sentou-se na esquina da entrada da Favela e esteve a conversar com os amigos e o cunhado, Marcos. Esse, minutos antes, havia comido as bruacas que Alef estava a levar para os filhos. Marcos retirou-se alguns instantes e, quando retornou, alvejou Alef com vários tiros nas costas. Dona Maria, que estava em casa, ao ouvir os estampidos de tiro, o filho Leandro gritando que Alef estava ferido, correu para conferir. O jovem chegou com vida ao hospital, mas não resistiu e morreu.

Maria narrou, em 06/05/2014 (primeira entrevista em profundidade), sua conversa com o escrivão do distrito policial que acompanhava o caso de Alef. Maria transparecia dimensões de dor, de revolta, a percepção de justiça (mas também, de injustiça), a dedicação de toda uma vida para criar um filho e ser assassinado daquela maneira, pois “não mataram um bicho e sim um ser humano”.

Ele [escrivão] disse: “D. Maria eu sei que a senhora diz estas palavras, mas não é de coração”. Mas se chegasse uma pessoa e dissesse assim: “Maria, a senhora quer assistir a vingança da morte do seu filho? A senhora aceitaria?” Aí eu olhei assim para ele... ele olhou assim para mim e disse: “Aceitaria! Pela natureza que ela tem e

⁹³ Bruaca é uma espécie de panqueca e muito comum no cardápio das classes populares do Nordeste. São feitas com farinha de trigo, água e sal.

pela saudade que ela sente do filho dela, que **ele não matou nem um gato nem um cachorro, não, foi um ser humano. Ele matou um ser humano**". [...] Olhe vai fazer dois anos e cinco meses, mas pra mim eu to vendo, tudo, tudo, tudo, aqui nos meus pés. [...] Os meus filhos a minha vida inteira, quando eu comecei ter meus filhos, minha vida foi me dedicar aos meus filhos. **Minha vida foi me dedicar aos meus filhos**. [...] Sofri, trabalhei, mas criei tudinho. **Mas jamais eu esperava ter que enterrar meu filho**. (Silêncio). **Jamais eu esperava enterrar ele. Nenhum deles**. [Primeira entrevista em profundidade com Maria, 06/05/2014].

Maria, após o evento da morte do filho, foi à delegacia e ao fórum algumas vezes exigir justiça. A informação dos órgãos competentes era de que Marcos não poderia continuar preso, nem ser julgado e cumprir pena, porque a mãe necessitava comprovar o crime e apresentar duas testemunhas. Ela revoltada com a situação falou aos agentes da justiça que ninguém se arriscaria a falar, apesar de que muitas pessoas estavam presentes no momento do assassinato. Maria com sentimento de injustiça revelou na entrevista: “Eu não vou mentir, não, se eu pudesse eu matava ele [sic] com as minhas próprias mãos”. Sua raiva, revolta e sofrimento se inflamavam a cada dia, o assassino não tinha respeito com sua “dor de mãe”, pois sempre que passava pelas ruas da comunidade o homem lhe insultava, rindo, escarrando em “cima de seus pés”, uma “verdadeira humilhação”, segundo Maria.

Na época, Maria recebeu a proposta de seu genro para contratar um matador e então exterminar Marcos, mas ela não aceitou. Dona Maria contou-me algumas vezes que várias pessoas se ofereceram para colocar uma arma nas mãos de Leandro, seu filho mais novo, para vingar a morte do irmão, mas ela não permitiu, pois, segundo essa mãe: “eu não quero filho bandido”. A vingança pela morte do filho seria uma maneira de preservar a honra familiar, mas Maria sentia medo de envolver os parentes na ação e se tornarem bandidos.

A dor de Maria era incompreendida pelas pessoas, principalmente, para os familiares. Transcorrido quase 2 anos (em 2014, primeira entrevista), tudo do filho estava no mesmo lugar, sua cama de solteiro, suas roupas. Maria sonhava constantemente com o filho, ainda guardava muitas lembranças. Nos sonhos, ela nunca conseguiu aproximar-se e fazer o filho retornar; ele demonstrava carinho pela mãe (assim como era quando vivo), entregava presentes (seu coração, por exemplo), mas sempre partia. Ela não desejava esquecer toda a dor, dona Maria não estava em *luto*, mas em *melancolia*, se analisarmos seu caso através da teoria freudiana⁹⁴ (FREUD, 2010).

⁹⁴ Para Freud (2010), o *luto* e a *melancolia* são distintos, o primeiro diz respeito ao sentimento de curto prazo quando se perde alguém que se ama. O segundo é um sentimento posterior ao primeiro e que já configura um estado patológico de sofrimento e merece acompanhamento psicanalítico para tratamento.

Alef era usuário de drogas, mas “nunca matou ninguém”, segundo sua mãe. Ele trabalhava numa empresa de fabricação de cimento no Cais do Porto e morava com Mirna. Ela tinha um filho fruto de outro relacionamento, mas que Alef criava como pai. O casal teve três filhos, Laerte (10 anos), Lucas (9 anos) e Laurindo (5 anos).

Com a morte do filho, Maria assumiu a criação do neto, Lucas, mas os demais meninos, Laerte e Laurindo continuaram morando com Mirna. A mãe de Alef tornou-se como uma mãe para Lucas, a avó possuía profundos sentimentos de proteção, carinho e maternidade pelo neto. Em 28/11/2015, na segunda entrevista em profundidade com Maria, ela se definiu como uma mulher que sempre lutou pelos filhos, e agora luta pelos netos:

Dona Maria é uma mãe de família, que vive lutando muitos e muitos anos pela parte dos filhos, então, eu toda vida fui uma mulher muito guerreira com meus filhos e ainda sou ainda. [...] ele [Alef] foi embora, fez quatro anos agora. Mas eu vivo lutando pelos meus netos no canto dele, eu não quero abandonar meus netos, porque se fosse pelos meus outros filhos eu já tinha ido embora, porque eles acham que eu sofro demais, que eu lembro muito dele. “Mãe, porque a senhora não vende sua casa e vai para o interior pra nossa família lá?”, aí eu digo: “Vou não, minha filha. Vou não, não vou abandonar meus três netos que são filhos dele por nada nessa vida”. **Enquanto eu puder lutar pelos meus netos, eu luto. Tudo são criança, eles não sabem viver ainda.** Você acha que um menino de 10, um de 9 e um de 5 anos não sabe viver, então, se eu saio daqui e abandono essas crianças como é que meus netos vão viver, se são todos apegados a mim? Então, eu tenho de ficar aqui mesmo do lado deles, né? **Aí eu não posso desprezar meus netos** e outra que eu construí família foi aqui. [Segunda entrevista em profundidade com Maria, 28/11/2015].

Em agosto de 2015, dia dos pais, Marcos foi assassinado na Favela. Ele ameaçou (ou jurou) um rapaz de morte e o proibiu de entrar no segmento. No dia seguinte, esse mesmo rapaz, que era amigo de Leandro e da família de Maria, passou na frente da casa desta, cumprimentou o amigo e disse: “Ei, Leandro, assiste aí de camarote, vai ser agora”. Marcos foi alvejado com vários disparos de arma de fogo e, mesmo com sua arma na cintura, não conseguiu reagir. Sobre o assassinato de Marcos, Maria falou: “Não foi exatamente como eu queria, foi pior que ele fez com meu filho. Porque o que ele fez com meu filho foi pelas costas, foi uma traição que ele fez com meu filho”. Sentia-se agora aliviada, mas a dor ainda persistia. Dona Maria acreditava que apenas uma morte igual ou semelhante e no mesmo grau que foi para o filho iria lhe satisfazer.

3.1.5.2 Lucas, neto e “filho” da avó Maria

Lucas, 9 anos, é filho de Alef. Quando crescer deseja ser empresário de surfista ou soldado do Exército. Atualmente, está cursando o 3º ano numa escola pública, no período da manhã. O menino reprovou na escola ano passado, porque não teve interesse pelos estudos, ele disse: “Porque não fui interessado”. Ele mora com a avó e a considera como mãe.

Sua rotina é ir à escola pela manhã, almoçar em casa, estar às 15h no projeto social (aulas de guitarra, surfe, skate, inglês) e quando retorna para casa, por volta das 18h, realiza suas tarefas escolares. Aos domingos ele e outros meninos vão a uma Igreja evangélica com o coordenador do projeto.

Em 05 de maio de 2016, conversei com Lucas e perguntei um pouco sobre sua rotina e, em seguida, lhe questionei sobre o que gostaria que conversássemos. O menino apontou para o seu skate desmontado e falou: “montar meu skate depois do almoço” (sorriu). Dessa maneira, grande parte da nossa conversa foi assim, Lucas brincando de montar seu skate.

Quando perguntei ao menino desde quando morava com sua avó, ele respondeu: “desde que meu pai morreu”. Lucas me contou que o pai foi assassinado pelo seu tio por causa de uma briga. Na época Lucas tinha 5 anos, Laerte, 6 anos e Laurindo era recém-nascido (há uma foto na parede da sala; Alef segurando o bebê nos braços). Lucas é o filho do meio de Alef.

O menino muito calado e com respostas monossilábicas ia conversando comigo, diante das interrupções da avó, que vez ou outra complementava a história, explicava alguns eventos, ajudando a rearrumar os fatos.

Lucas relatou como foi o dia em que o pai foi assassinado: “Tava merendando, aí depois ele foi lá e matou ele e pronto, pegou ele por trás... pelas costas... na covardia”. O garoto disse ainda que ouviu os tiros, percebeu uma multidão em volta e o choro da avó, então entendeu que se tratava de seu pai. O motivo do crime, segundo o menino: “meu tio roubou dizendo que era o meu pai”. Na versão de Lucas o seu tio materno acusava seu pai de roubar um celular de brinquedo do seu primo. Sobre o momento em que percebeu que o pai estava ferido, ele disse:

L: Na hora só senti o susto, pensava que era bomba. [...] Aí num era, era meu pai.

D: O que é que tu pensou na hora?

L: Que era outra pessoa.

D: Pensou que era outra pessoa?

L: Que aquele multirão, aí só vi minha vó chorando.

[...]

M: Ele diz é muito pra mim que quando ele lembra do pai dele o coração dele dói.

D: Teu coração dói, Lucas?

L: Hurum...

M: No dia do enterro dele levaram ele... [...] Aí ele ficou lá, né... Ele sentou-se na porta, disse que ia esperar para ele [pai] ir mais ele. Traz ele de lá, aí foram buscar ele lá onde ele tava. Tava sentando. “Bora, Lucas, que teu pai não vem mais não”. “Ele vai vir, sim”.

[...]

D: E aí depois o que foi que aconteceu? O que foi que aconteceu depois?

L: Nem lembro.

D: E o que é que tua acha disso que o teu tio fez?

L: Ele também morreu, né, no dia dos pais.

Uma simbologia significativa emerge nesse contexto, o assassino do seu pai, seu tio materno (Marcos), morreu no dia dos pais, e segundo Leandro, tio paterno de Lucas, isso foi: “um presente”, talvez um “presente” não apenas para o menino Lucas, mas também, para toda a família.

Enquanto Maria narrava como tudo aconteceu no dia que Marcos foi assassinado, Lucas declarou que desejava ter presenciado toda a cena:

L: Queria tá lá, eu.

M: Esses menino, né, se fosse uns menino de 12, 13, 14 ano ele num tinha durado 4 ano vivo, não. Não tinha mermo.

D: Por que, Lucas?

M: Porque não, tinha durado 2, 3, 4 ano não. Nem com eles... nem com eles ele não falava.

L: Tinha era raiva de falar com ele.

Quando Lucas observava o tio passando pela rua só o cumprimentava porque Laurindo, seu irmão caçula, sempre parava para falar com ele. Lucas disse na nossa conversa

que não sentia nada em relação ao seu tio, mas também não o considerava como da família. O menino se alegrou ao saber que o tio materno finalmente havia sido assassinado. Ele revelou que se isso não ocorresse tão cedo, executaria seu plano de vingança: Juntar-se-ia com os irmãos contra o tio, mas só quando ele completasse 18 anos, “porque poderia assumir seus direitos”:

D: Tu ficou satisfeito, Lucas?

L: Fiquei.

D: E como é que tu, disse que pensava em vingar, né, a morte do teu pai. Tu pensava em fazer isso como?

L: Com meus irmãos.

D: Com teus irmãos. Mas tu tinha uma idade assim, pensava com quantos anos isso ia ser?

L: Hurum... Quando eu tivesse com 18 ano.

D: Por que 18 anos?

L: Porque eu já podia assumir os meus direitos.

D: Quer dizer que tu ia chamar os teus irmãos? Mas tu achava que essa era a solução?

L: Hurum...

D: É? E a justiça?

M: Ele num tá dizendo, quando ele tivesse 18 ano ele ia assumir, né.

D: E a polícia tu acha que não podia, não, prender o teu tio pra...

L: Podia.

D: Pra poder fazer justiça.

L: Podia.

D: Quando tu recebeu a notícia, “mataram teu tio” o que é que tu sentiu?

L: Alegria.

O menino não confiava na justiça para condenar seu tio e, “a justiça com as próprias mãos” era o melhor caminho, ou pelo menos, mais eficiente. Mas então, onde estava a inocência do Lucas? A revolta era maior, as saudades, a inconformação de ter lhe sido retirada a oportunidade de estar com o pai, ser criado por ele, isso era destrutível para Lucas, pois o elo, o laço entre pai e filho era muito forte. Maria sempre contava que um pedaço dela, um pedaço do seu coração foi arrancado com a perda do filho. Para o neto, o menino Lucas, não era diferente. A condição de “ser criança” não lhe retirava a condição de perda, de dor, dos sentimentos às pessoas que amava.

Maria, a avó, parecia não gostar da ideia de vingança do neto, então se sentia em grande alívio com o assassinato de Marcos, pois, em parte, a justiça foi feita, afinal, não foi ninguém de sua família, principalmente, não foram os netos que mataram o homem (apesar de que a vingança só seria completa e satisfeita se fosse alguém da família a executar o ato). Na perspectiva dela, a felicidade é que Marcos morreu quando os netos ainda eram crianças e “não esperou eles crescerem”, pois seria pior.

Lucas num determinado momento quase chorou ao ver a avó falando do seu pai. A sede de vingança para sanar a dor que latejava, tanto para o filho de Alef quanto para sua mãe, estavam inteiramente correlacionadas com o esgarçamento do *vínculo de parentesco* (BUTLER, 2014). E para além da interpretação clássica do laço forte existente entre mãe e filho, era possível observar que entre pai e filho também isso se estabelecia. Assim, não podemos descartar essa ligação repleta de afeto, afeição e estima.

O menino juntamente com a avó sempre vai ao cemitério deixar rosas para o pai e os irmãos, recentemente, começaram a acompanhá-los nessas visitas. No último dia de finados, Lucas, Maria, Leandro, o avô, Mauro, e os irmãos foram ao cemitério do Bom Jardim. Na ocasião, Marcos, assassino de seu pai, já havia sido exterminado na favela, então Lucas, em frente à lápide de Alef, disse: “Pai, mataram o fulano, mas que sorte a dele, não esperou nem a gente crescer”. Ele arrumou as flores e os avós renovaram a placa com a inscrição do nome do filho. Sobre as saudades, o afeto e as brincadeiras com o pai, o menino contou:

D: E quando tu pensa assim no teu pai, o que vem assim na tua cabeça?

L: Muita alegria.

D: Muita alegria. É? Por quê? Como é que é isso?

L: (silêncio) Aí eu choro.

D: Queria que ele tivesse aqui ainda, é?

L: É. E com meus irmãos também.

[...]

D: Lucas, o que tu lembra de legal, assim quando o teu pai tava vivo, o que tu lembra, um momento assim só vocês dois ou tu com os irmãos, o que é que tu lembra?

L: Das arraia.

D: Das arraias, de soltar pipa?

L: (responde afirmativamente com a cabeça).

D: Todo dia ele brincava com você de soltar pipa?

L: Aharam... Até acabar.

Lucas sonhava com o pai e em um desses sonhos observava o pai trabalhando, depois iam para casa e jantavam juntos. O menino que hoje surfa, prática também realizada pelo pai em vida, disse que gostaria que o pai o visse surfando. Lucas expressava sentir muitas saudades do pai e dona Maria complementando seu relato, contou-me que eles eram muito próximos. Alef deitava numa rede e colocava o filho no seu peito e se balançavam. Alef falava para a mãe: “Mãe, são três filhos, mas como o Lucas não tem pra mim”.

A opinião que Lucas formou sobre a mãe era negativa se comparada ao pai: “Minha mãe é uma doida, expulsa todo mundo de casa”. Maria justificava a ação de Mirna ao fato dela apresentar extremo abalo na época, pois perdeu Alef e, meses depois, a mãe; esta faleceu de desgosto com o filho Marcos, segundo Maria. Em uma palavra, o menino expressou alguns dos seus sentimentos com a mãe, o pai, os avós e os tios paternos:

D: E em uma palavra, assim... mãe?

L: Saudade.

D: Pai?

L: Saudade.

D: Irmãos?

L: Carinho.

D: Avó?

L: Amor.

D: Avô?

L: Paixão.

D: Teu tio Leandro?

L: (silêncio) Muito bom.

D: E as tuas outras tias que não moram aqui?

L: Mais ou menos, muito boas.

D: E uma curiosidade, pra você, Lucas, quem era o teu pai, o Alef?

L: Uma pessoa muito boa.

D: Brincava contigo.

L: Fazia tudo... comprava o que eu queria, só quando ele podia.

A relação com a avó se assemelhava à relação de mãe e filho, afinal, ela tornou-se sua cuidadora com a morte do pai. Dona Maria reclamava que o menino, assim como seu filho Alef, lhe dava muito trabalho na escola, sendo constantemente advertida pela diretora. Ele batia nos colegas e demonstrava desinteresse pelos estudos. Maria acreditava que tudo que poderia deixar para o neto era a educação. A avó alertava: “Lucas, preste atenção nos teus estudos. Porque o que eu posso lhe dar na sua mão antes de eu morrer é um estudo, né. Porque se não for um estudo que é que ele vai ser quando crescer, hein, animal de carga...”, o menino reagiu: “Que nem o pai”. A avó afirmou que ele “tem que ser diferente do que o pai foi em vida, não seguir o exemplo” de Alef. O pai de Lucas tornou-se um “mau exemplo”, nesse aspecto, pois sua trajetória se configurou por linhas que não alcançaram as expectativas da mãe e Maria, agora, enquanto avó, intuía o percurso do neto se não estudasse. O mesmo pai que o menino sentia tanto carinho deveria ser seu “contra exemplo” de trajetória de vida e de homem ou “fazer-se homem”.

O evento da morte do jovem Alef *reconfigurou* (ELIAS, 1994) sensivelmente sua família. Um grau de complexidade contaminava a vida e as relações parentais de Lucas. A avó assumiu sua responsabilidade, a mãe o rejeitava por ser muito danado (mas ao mesmo tempo, ele parecia não quer morar com a mãe, pois ela estava casada novamente e com mais um filho) e o menino praticamente perdeu o convívio com os irmãos. A perda, o esgarçamento do *vínculo de parentesco* (BUTLER, 2014) não se concretizou apenas por uma via, mas por toda uma extensão da rede de relações do garoto. Se pensarmos na trajetória de vida do menino desde a morte do pai e compararmos a uma espiral, é possível visualizar suas situações como altas e baixas, onde os contornos em elevação são fechados e os baixos são abertos, mas com limitada abertura para o “fora”, ou melhor, para a atuação social (e subjetiva) mais espontânea.

3.1.5.3 Joelma, a mãe da Gabriela e da Jéssica

Joelma, 40 anos, fortalezense, se define como: “uma pessoa batalhadora, sou assim, uma mãe parceira, assim, às vezes, nem todo dia, mas eu sou uma mãe paciente quando é preciso, sou companheira, quando meus filhos precisam de mim, se eu puder ajudar, eu ajudo, tô ali, tomo a frente e é assim”. Sua família, pais e irmãos, também pertencem à capital cearense. Joelma é auxiliar de cozinha, mas recentemente solicitou sua demissão de um

restaurante na Beira-Mar, enfrentando uma briga judicial contra a empregadora que não pagou seus direitos trabalhistas.

Um drama familiar perseguia Joelma. Ela foi adotada ainda bebê, criada com extrema rigidez pela sua mãe classificatória, mas aos 15 anos engravidou de Marcelo. Joelma e o pai do menino ficaram morando na casa de seus pais classificatórios (adotivos). Algum tempo depois Joelma abandonou seu companheiro, pois seu envolvimento com drogas, assaltos e suas constantes prisões abalavam a relação. Então, Joelma o avisou: “se você for preso de novo, eu lhe largo” e assim cumpriu a promessa.

Joelma odeia sua família consanguínea, principalmente, a mãe, que era uma “mulher sem respeito e que tirava todo o dinheiro do marido”. O pai biológico de Joelma era pescador e sua mãe gastava todo o dinheiro do marido com bebidas e outros homens. Além disso, havia suspeitas de que o assassinato de Marcelo estava relacionado à sua família materna, à família consanguínea de sua mãe, “alguém de lá”. Joelma não sabia dizer quem, apenas tinha a informação que alguém avisou para Marcelo que um rapaz da Favela havia o prometido de morte. Dessa maneira, o jovem com medo, tentou matar esse rapaz que supostamente lhe jurou de morte.

Após alguns dias, Marcelo apanhou uma moto emprestada de um amigo. Estava andando pelas ruas do Titanzinho, então, caiu do veículo. Um rapaz parente do jovem assassinado por Marcelo e outros amigos, aproveitaram a situação para atirar e matá-lo. Nesse dia, Joelma estava na manicure e uma de suas filhas lhe avisou: “mãe, o Marcelo”. A mãe prescindiu do que se tratava, mas não teve coragem de ir à cena do crime. Ela também não compareceu ao velório e nem ao enterro. Há quatro anos Marcelo morreu e Joelma desejava acreditar que seu filho foi realizar uma viagem. Ela nunca chorou das vezes que conversamos, mas esboçava tristeza e revolta, pois, para ela, sua família consanguínea que despertou a trama da morte do seu filho.

Marcelo, o filho mais velho, era um menino estudioso. Ele concluiu os estudos até o 5º ano do ensino fundamental. Era um “filho bom” e foi criado pela avó, mas se tivesse sido criado por ela teria sido diferente, segundo ela. A mãe lhe dava dinheiro para que não roubasse, mesmo sabendo que ele compraria drogas. Quando Marcelo era pequeno, Joelma e os filhos moraram em Niterói (RJ), pois ela estava iniciando um novo relacionamento com um homem mais velho que havia conhecido no Serviluz. Joelma, com a morte do filho, lamentou ter retornado ao Serviluz após a experiência no Rio de Janeiro. Ela tem certeza que

se permanecesse lá, Marcelo não teria se envolvido no crime e não morreria de modo tão trágico.

Na manhã em que entrevistamos Joelma, em 2015, ela estava triste, pois o filho Maurício, 18 anos, que não morava com ela, havia entrado na casa e roubado seu celular. Marcelo nunca fez ou faria isso, segundo Joelma. “Se Marcelo estivesse vivo, não deixaria o irmão fazer isso e se envolver”. Maurício sempre recordava do irmão quando estava sobre os efeitos de drogas e afirmava que Marcelo nunca deixaria ele chegar aquele ponto, roubar a própria mãe e comprar drogas.

Reencontrei Joelma depois de alguns meses e ela estava morando no Titanzinho, mas quando a conheci ela morava na rua do bagulho. Reformou sua casa própria e saiu do aluguel. Hoje ela mora com seu companheiro e os filhos, Maurício (18 anos), Marcílio (15 anos), Gabriela (9 anos), Jéssica (5 anos) e Gerson (4 anos). Mas Joelma é mãe de oito filhos: Marcelo, Maurício, Marcílio, Marília, Melissa, Gabriela, Jéssica e Gerson. Marília e Melissa são casadas e mães. Os cinco primeiros filhos são fruto de um relacionamento da sua adolescência, do seu primeiro namorado e marido. As crianças (Gabriela, Jéssica e Gerson) pertencem a relacionamentos distintos e os pais, além de estarem presentes, no que necessário for, ajudam Joelma.

Maurício é o filho que atualmente mais inquieta a mãe, pois desde os 12 anos é usuário de drogas. Parou os estudos no 3º ano do ensino fundamental, mas deseja voltar a estudar. Joelma procurava uma escola para o filho, mas encontrava dificuldades com a falta de vagas nas instituições públicas. Essa busca por escola também vinha ocorrendo no caso de Marcílio, 15 anos, que necessitava retornar ao 7º ano. O filho, Maurício, atualmente, participa de um grupo de *swingueira*⁹⁵. Joelma acreditava que por conta de uma moça que ele estava se relacionando, Maurício aceitou o convite da mãe da jovem para ir a um culto na igreja. Joelma percebia nas novas práticas do jovem uma esperança de transformação na sua trajetória.

⁹⁵ *Swingueira* “é um ritmo musical de característica primordialmente dançante e sensual, bastante difundida em festas populares, a swingueira bebe na fonte de diversos outros estilos. O axé é uma das principais fontes de inspiração, embora, com influência do pagode, a batida seja normalmente mais lenta” [fonte: O Povo. “Vereador propõe audiência pública para discutir importância cultural da swingueira”]. Juntamente com o *funk*, *hip-hop* e o *reggae*, é um estilo musical muito ouvido e dançado pela população jovem do Serviluz, assim como por outras comunidades da cidade de Fortaleza.

3.1.5.4 Gabriela

Gabriela, 9 anos, todos os dias, quando sai da escola, almoça com seu pai e à tarde retorna para casa. Quando a mãe trabalhava, ela passava o dia com o pai. Aos sábados, a menina vai com o pai para a Igreja Universal. À tarde desce para brincar com as amigas na rua, mas preferia estar em casa e jogar dominó.

Ao falar de seus irmãos e contar quantos são nos dedos da mão, revelou que “eram oito e morreu um, são sete agora. [...] O Marcelo é o que morreu”. Gabriela narrou alguns detalhes sobre o evento de morte de Marcelo e expressou sua opinião ou julgamento moral. Acreditava não ser normal a ação contra o irmão, mas que o jovem que lhe tirou a vida foi assassinado também. Então, relatou o que lembrava sobre o assassinato do irmão e Sofia, sua amiga, complementava o relato:

G: Porque ele matou um homem lá da Fava... Ele matou o... o filho do homem era envolvido também, né, aí ele matou o homem e o homem ficou alejado, das duas perna, ele arrancou essa duas perna aqui do homem, só de baixo.

S: Ele atirou só que o cara não morreu.

G: Ele atirou.

D: Ficou só alejado, foi isso?

G: Ele ficou só alejado, cadeira de roda. Aí de cadeira de roda passou pra moleta, da moleta, acho que ele morreu.

S: Não...

G: De cadeira de roda, ele ficou de cadeira de roda.

S: Não, ele pegou o revolver e atirou no teu irmão.

G: Foi, passou uns dias... passou, passou, passou... muito tempo, aí quando foi... [...] Aí quando foi um tempo, aí eles pegou, ele tava passando de moto, né, dentro da Favela, né. Não sabia que eles tava tudo escondido pra quando ele passar, né, aí quando passou, o primeiro tiro, caiu da moto.

D: Ele não tava armado?

G: Não. Porque ele não sabia que os cara tava lá esperado ele.

D: Qual tua opinião sobre essa situação toda?

G: Não. Foi... Não foi normal, não. [...] Mas o que matou ele, ele morreu.

D: Ah... ele morreu. Depois de quanto tempo?

G: Muitos dia.

Marcelo quase matou um rapaz na Favela, mas este sobreviveu, ficando aleijado, em cadeira de rodas. Diante disso, irmãos e amigos da vítima foram atrás de vingá-la. Numa certa manhã, Marcelo saiu de casa de moto e foi até a Favela. Ele estava desarmado. Assim que entrou na rua que dava acesso ao local, foi surpreendido com um tiro na perna. O jovem caiu da moto e três ou dois homens partiram para cima dele, com um gargalo de garrafa (de vidro), então começaram a desferir golpes sobre sua cabeça até que ele não tivesse mais vida. Nesse caso, poderíamos compreender esse ato como um rito de *crueledade*⁹⁶ (BARREIRA, 2013, 2015), afinal, o jovem poderia ter sido executado apenas com arma de fogo, mas os homens preferiam o gargalo de garrafa para matá-lo. A cena transcorreu na rua e durante o dia, onde todos puderam observar.

Alguns dias se passaram após esse evento, o assassinato de Marcelo na Favela. Então, outra retaliação se configurava nessa trama, mas dessa vez a vítima vingada era o filho de Joelma. O primo de Marcelo ordenou de dentro do presídio que executassem o homem que matou seu parente. A vingança familiar foi realizada após 19 dias e, diferente do caso de Alef, filho de Maria, (que foi assassinado por uma pessoa externa a mas que se tornou merecedor da estima da mesma, pois, afinal, não foi possível ser alguém da família, nem filho e nem netos, sendo estes os mais prováveis a vingar a morte) não demorou muito para se concretizar e foi através de um membro da família, um parente que assumiu o papel de vingador familiar.

No dia do velório, os rapazes que mataram o irmão de Gabriela queriam entrar para conferir se realmente ele estava morto, mas não permitiram a entrada dos jovens. Ficaram barrados na porta. Caso entrassem, seria a segunda (ou terceira) morte de Marcelo.

G: Ele era envolvido, aí ele tava passando de moto... quando entrou na Favela ali, aí quando ele passou, aí os menino atiraram nele, aí ele caiu da moto, aí tacaram nele gogo de garrafa. Aí quando foi o corpo... aí ele foi lá pro IML, quando... ele morreu, né, aí quando o corpo vei os que mataram ele queria ver o corpo, mas só que o primo dele que morreu, o Arnaldo, filho da tia Zélia, não deixou eles entrarem, expulsaram eles do corpo...

D: Do velório.

G: Foi. Do velório.

D: Eles queriam ver se realmente tava morto.

⁹⁶ As práticas criminosas classificadas como crueldade estão diretamente associadas à forma como são perpetrados os crimes, segundo Barreira (2013, 2015). Principalmente, quando marcas de sofrimento são impressas nos corpos das vítimas. Não apenas desproporção da ação é importante para compreender esse fenômeno, mas também a forma como tal ação se manifesta. As marcas simbólicas das práticas de crueldade estão nos corpos das vítimas, esquarterar, atear fogo, mutilar partes do corpo, evidenciando o poder sobre o corpo do outro, como explana Barreira (2015).

G: Foi.

A menina definia (classificava, rotulava) o irmão como “envolvido”, então lhe questionei:

D: E o que é envolvido?

G: É porque ele era... fuma das droga. Ele era junto com esses menino.

D: Que menino?

G: Eles iam pras festa com esses menino e essas festa só rolava tiro.

D: Ah... e só rolava tiro, confusão, é, nessas festas que ele andava? E quem eram esses meninos?

G: Sabe quem é... onde é o Bora-Bora, na Praia do Futuro? É um bar que só dá briga, que fica tocando música veia fuleragem. De vez em quando ele andava lá.

Em 2012, quando Marcelo foi assassinado, Gabriela estava como 5 anos e lembrava pouquíssimo sobre o evento. Ela estava em casa com a mãe. Sobre como recebeu a notícia, como compreendeu que o seu irmão estava morto e o que sentiu naquele momento, ela narrou:

D: Mas tu lembra de como tu recebeu a notícia?

G: Quando ele morreu, né, eu vi a minha mãe... aí quando eu fui ver aí eu perguntei, aí quando eu fui ver era o meu irmão.

D: Aí tu perguntou pra tua mãe quem era. Mas tu não conseguia nem reconhecer assim? A tua mãe falou que o teu irmão?

G: Porque ele tava chei assim de gogo de garrafa na cara dele, na cara.

[...] aí eu vi na rua um bocado [de] gente, aí quando eu falei assim : “Mãe, quem é esse menino aqui...?”, aí: “Teu irmão, Marcelo”.

D: E tu lembra o que foi que tu sentiu, Gabriela, quando teve a certeza que o irmão tava morto?

G: Senti nada.

Gabriela recordava que no velório o rosto do irmão está desfigurado e não conseguia reconhecê-lo. Só sabia que se tratava de Marcelo porque as pessoas lhe informavam. A menina revelou não sentir nada ao ver o irmão morto. Gabriela transparecia indiferença diante do caso de Marcelo. Ela não sentia saudades do irmão. Esses sentimentos talvez fossem expressão da pouca oportunidade de convivência que tiveram os dois, afinal, o jovem morreu prematuramente. Além disso, Gabriela era muito pequena e não compreendia totalmente o que se passava na época. Jéssica (5 anos), irmã de Marcelo, que também estava presente na conversa, não mencionou nada sobre o irmão. A menina praticamente não

conviveu com ele. A mãe relatou que Jéssica quando observava a foto de Marcelo na parede da sala, questionava: “Mãe, ele morreu? Mãe, ele era o que meu pai?”.

Marcelo era um bom irmão para Gabriela, brincavam juntos e, em seguida, ela revelou que o irmão de Sofia ⁹⁷ e Marcelo eram amigos: “O irmão dela era junto com o meu irmão. [...] O irmão dela era [envolvido]... só vivia com o meu irmão” (delatando a relação entre os irmãos delas e o envolvimento dos dois no crime). As meninas estreitavam laços de amizade através dos irmãos mais velhos, mas, além disso, esses laços eram constitutivos das relações de vicinalidade da comunidade, onde todos se conhecem, compartilham experiências e socializam práticas. Mas outro aspecto interessante emergiu nesse momento da conversa. Sofia (9 anos) declarou o seu medo dos mortos:

D: É? E tu lembra do Marcelo?

S: Não me fala isso, porque se tu me falar né, aí eu vou dormir, eu vou sonhar. Porque eu sonho por tudo, aí eu fico com medo quando eu vou tomar banhê.

D: Mas por quê?

S: Porque eu tenho medo.

[...]

S: É. Quando eu durmo, né, eu tô sonhando alguma coisa... pensando em gente, puxando o pé, meu pé, eu sonho.

[...]

S: Meu irmão, né... levou um tiro, né, aí tá alojada a bala dele, sabe. Aí eu fiquei com medo um dia, aí no outro dia ele foi lá pra casa da minha tia Lalá, né, aí no outro dia quando eu vi ele... aí eu sentei logo na perna da mulher dele, porque eu tenho medo de gente assim, né. A pessoa leva um tiro, né, alguma coisa, aí eu fico nervoso, aí eu tenho medo. Medo de tudo.

Gabriela ainda falou da sua lembrança mais recente e positiva do irmão: “Ele num altar... no altar da Igreja”. A menina fazia referência a uma foto de Marcelo que a mãe guardava. Na época dessa foto, Marcelo estava frequentando uma denominação evangélica e vestia terno e gravata nos cultos. Na perspectiva da menina o irmão era bonito por aquela foto. A imagem era uma representação diferenciada das outras lembranças e contextos que lhe narravam sobre ele, seu envolvimento em drogas, no crime, as festas. Joelma me contou que Gabriela chamava Marcelo de pai quando o observava nas fotos do álbum de família, após sua morte, mas a menina não se lembrava disso. Joelma relatou como se dava a relação entre seus filhos mais velhos e os mais novos:

J: A Gabriela chamava ele de pai, chamava as menina de mãe. Ele gostava muito de criança. Ele sai com ela, eu ia trabalhar, ele ficava com ela, entendeu, ele cuidava

⁹⁷ Sofia é amiga e vizinha das meninas, Gabriela e Jéssica. Gabriela me apresentou sua amiga como irmã do melhor amigo de Marcelo, também envolvido com o crime. Sofia conheceu Marcelo e o achava “legal”.

dela. Porque nessa época a Marília morava em Belém e a outra morava no Trairi, aí eu deixava a Carmen dando uma olhadinha, mas ele dava de comer, aí ele ficava dentro de casa com ela, ficava passeando com ela pra... ficava olhando pra mim enquanto eu ia trabalhar. Aí ele dizia: “Vem cá pro papai” Até hoje... tá aí... ela não chama as irmã dela de irmã, tudo de tia, toda as duas. Ela tá aqui... “Mãe, eu vou ali na minha tia”. “Tia, num sei o quê...”, toda as duas.

Segundo a mãe, esse comportamento de atribuir ao irmão à denominação de pai era algo natural entre os seus filhos, pois havia uma recorrência das crianças realizarem trocas do tipo, irmã-mãe/tia e irmão-pai. Por exemplo, a Marília, sua filha mais velha, recebia a atribuição de tia pelos três irmãos menores. Tais atribuições estavam estreitamente relacionadas com os vínculos de parentesco estabelecidos pelo “cuidar das crianças”, ou melhor, pessoas próximas aos pais, principalmente, as irmãs e vizinhas que exerciam a função (o papel) de cuidadoras⁹⁸. Gabriela, assim como Marcelo, durante certo tempo foi criada pela avó (cuidadora), pois Joelma saía para divertir-se (festas) e deixava os filhos com sua mãe. Quando a avó de Gabriela faleceu, a menina sentiu muito sua falta, como se perdesse uma mãe. Os cuidados de outras pessoas, principalmente, na primeira infância marcavam as crianças profundamente.

⁹⁸ A antropóloga Cláudia Fonseca adverte que, diante da importância da parentela extensa, “Seria [...] um erro associar a descendência genealógica automaticamente a uma questão de reprodução biológica. Hérítier destaca, entre os valores universais que governam as relações humanas, a natureza *eminente social* da relação entre pais e filhos: ‘A filiação’, ela nos garante, não é nunca ‘um simples derivativo do engendramento’ (1985: 9)” (FONSECA, 2002, p. 10).

4 O ESGARÇAMENTO DO VÍNCULO DE PARENTESCO

A morte como elemento da vida social (principalmente, a morte por assassinato) é um evento moral, *crítico* (DAS, 1995), *extremo*⁹⁹ (ARENDRT, 2013) e *social*¹⁰⁰ (ELIAS, 2001), mas também, constituidor de conflitualidades e reconfigurações nas situações de *esgarçamento do vínculo de parentesco*¹⁰¹ (BUTLER, 2014) causadas pela morte matada dos jovens no Serviluz.

A heterogeneidade de situações e eventos nos casos apresentados acima com a perda de filhos, irmãos, pai, tios é apenas uma parcela (ou amostra) da realidade e das várias modalidades de parentalidade que são exterminadas no Serviluz e outras comunidades. Mas o extermínio da juventude não é exclusividade do sexo masculino, pois outras crianças me relataram os sentimentos e percepções em relação às mães e tias ameaçadas de morte e assassinadas. Independente de sexo, homens e mulheres eram vítimas fatais das brigas interpessoais e ameaças de morte decorrente de uma gama de motivos.

Mas não apenas o sujeito ameaçado de morte ou assassinado nas modalidades de crime apresentadas até aqui, estão “marcados”, as famílias e sua rede de relações interpessoais também são alvo dessa conjuntura, onde o esgarçamento do *vínculo de parentesco* (BUTLER, 2014) exigia uma *reconfiguração* nas redes micro e macro das relações sociais das crianças e

⁹⁹ Extremo é um conceito que Arendt (2013) se utilizada para falar dos regimes totalitários (ou extremos) e das atrocidades que cometeram contra a vida e a dignidade humana, principalmente, das vítimas dos campos de concentração nazista (a estrutura fundamental de domínio totalitário). Arendt caracterizou o Totalitarismo como extremo e singular, justamente por conta da sua estruturação e objetivo de domínio total, mas não apenas em questões políticas e territoriais, mas no domínio da vida das pessoas e do poder de decidir como e quando morreriam.

¹⁰⁰ Elias (2001) acredita que a morte não é apenas um fator biológico (nascemos, crescemos e morremos), mas possui grande valoração na sua dimensão de construção social.

¹⁰¹ Em *O Clamor de Antígona: parentesco entre a vida e a morte*, Judith Butler desenvolve uma discussão sobre relações de gênero, Estado e parentesco através da tragédia grega de Sófocles. Antígona desafia o Estado para enterrar seu irmão morto, assume certa masculinidade para ir contra as ordens de seu tio, dessa maneira ela seria uma “aberração fatal do parentesco” (p. 35). Ela confronta uma forma de representação do parentesco presente na esfera política. O Estado lhe destituiu da obrigação familiar (e de parentesco) de enterrar um ente, consolidando, assim, uma destruição no vínculo de parentesco. Butler visualiza essa questão da seguinte maneira: a relação de parentesco e a organização social se dão através da linguagem e da posição social em que o sujeito se encontra para expressar-se através dessa linguagem. Dessa maneira, o parentesco se dá através da linguagem (complementaria dizendo que também se dá através do discurso). Além disso, as relações de parentesco são geridas através de um conjunto de práticas que envolvem vários agentes. Diante dessa discussão elaborada por Butler compreendo as relações de parentesco das crianças e suas famílias em relação ao “marcado para morrer” como um esgarçamento do vínculo de parentesco, no qual tal desgaste se processa pelas moralidades (da coletividade, mas que também são as exigidas pela esfera política, se não forem ainda rígidas do que as praticas pelos atores sociais). O parentesco com um ente assassinado não evapora, mas é silenciado, reconfigurado, negado ou reforçado, dependendo do grau de afetividade e convivência que uma criança pode desenvolver com aquele jovem. A “marcação” e o assassinato de um jovem na favela afeta indistintamente a relação de parentesco, assim como demonstrei nos capítulos que se seguem nesse trabalho.

das famílias que perderam seus jovens para a violência. Mas isso não emerge apenas dentro das *teias de significados* (GEERTZ, 2003) intrafamiliares e parentais, pois o conjunto de práticas e discursos é transformado (reconfigurado) com essa nova condição familiar ao se depararem com o “fora” ou com as outras relações (por exemplo, as relações de vicinalidade) eram gestados desconfortos e as relações facilmente eram afetadas por esse contexto. A convivência e as relações cotidianas com os outros, aqueles que não se vinculam por laços consanguíneos e parentais, sofriam mutação.

Francisca, Maria, Joelma e as crianças experimentavam seus dramas familiares em meio às muitas tramas tecidas pelo ente morto ou por sua rede de parentalidade e vicinalidade. As crianças, principalmente, ao habitarem essas redes e *teias de significados* (GEERTZ, 2003) reconstruíam suas vidas e, ao mesmo tempo, classificavam pelos quadros de referência e situacionais disponíveis a elas as relações de parentesco, as vicinais, as de amigos e inimigos (polícia e bandido).

Mas diante dessas tramas e dramas: O que é família? Essa instituição, primordial na socialização das crianças, é homogênea? Como se formam as famílias e o que as sustenta após *eventos críticos* (DAS, 1995) e responsáveis pela perda de um ente?

Segundo a antropóloga Cláudia Fonseca, a modernidade tendo o indivíduo como seu valor fundamental, acabou por provocar a ressignificação na própria noção de família. A partir da revolução industrial, o afeto tornou-se a base da vida familiar, principalmente, em relação aos filhos, mas isso emergiu com o advento do amor romântico e do matrimônio ideal. A família então começou a ser aclamada como a propiciadora do desenvolvimento pessoal do sujeito.

Após muitos embates e discussões, antropólogos do século XX constaram que não existe padrão universal de evolução familiar e, falar em família nuclear é cada vez menos pertinente: “Em termos estatísticos, a unidade doméstica calcada na família nuclear não se manifesta com a mesma frequência que cinquenta anos atrás e, em termos normativos, não exerce mais a hegemonia de outrora” (FONSECA, 2002, p. 2). Diante desse contexto se fez ainda mais necessário olhar para a dinâmica social das relações familiares e compreender a importância das redes extensas de parentesco. A antropóloga explana que as relações familiares:

[...] de uma forma ou outra, parecem continuar ocupando um lugar de destaque na maneira em que a maioria de nós vemos e vivemos o mundo. Falar de família é evocar um conjunto de valores que dota os indivíduos de uma identidade e a vida de um sentido. Além dessa função simbólica, a noção de família - ligada à organização da vida cotidiana - ainda desempenha um papel pragmático na formulação de políticas públicas. Precisamos, portanto, de uma linguagem para falar desse conjunto de valores e práticas familiares sem cair no erro do passado - de imaginar um modelo homogêneo, coerente, hegemônico. Procuramos, por conseguintes, instrumentos para pensar as diferentes formas familiares numa perspectiva comparativa - perspectiva essa que recusa hierarquias etnocêntricas (famílias “avançadas” versus famílias “atrasadas”, etc.) e, ao mesmo tempo, resgata a especificidade de cada configuração (FONSECA, 2002, p. 5).

No Brasil, se comparada às configurações familiares de outros países, a rede consanguínea nunca perdeu sua relevância, ou seja, o princípio de aliança não interrompeu o de consanguinidade (FONSECA, 2002).

A importância da parentela extensa aparece com nitidez em grupos populares onde, diante das difíceis condições de vida e freqüente separação conjugal, as redes de ajuda mútua tornam-se indispensáveis (Scott 1990, Sarti 1995). Porém, mesmo nas camadas médias onde, em princípio, o ideário individualista é mais destacada (Salem 1989, Duarte 1995), a falta de equipamentos públicos (creche, escola em tempo integral...) obriga o jovem casal a depender dos pais, tios, primos e irmãos para cuidar dos filhos e amparar nas demais rotinas do dia-a-dia” (FONSECA, 2002, pp. 8-10).

As precariedades econômicas e necessidades de sobrevivência possibilitam a construção de extensas redes de ajuda mútua, onde muitas pessoas “tornam-se membros pertinentes da rede familiar, não somente pais, mas irmãos, tio, primos, ex-sogros, compadres e até amigos” (FONSECA, 2005, p. 52). Complementar a essa configuração extensa e as solidariedades nos grupos familiares, o laço familiar é elemento fundamental para constituir as relações entre esses membros:

O laço familiar como uma relação marcada pela identificação estreita e duradoura entre determinadas pessoas que reconhecem entre elas certos direitos e obrigações mútuos. Essa identificação pode ter origem em fatos alheios à vontade da pessoa (laços biológicos, territoriais), em alianças conscientes e desejadas (casamento, compadrio, adoção) ou em atividades realizadas em comum (compartilhar o cuidado de uma criança ou de um ancião, por exemplo). (FONSECA, 2005, p. 54).

Sobre a família e sua importância, as crianças do projeto missionário falaram na roda de conversação: “Família é compartilhar com os amigos e com a família” (menino) (sentimento de comunidade, pois na verdade, tudo é uma grande família); “Tia, família é o pai, a mãe, o irmão, a avó e a tia” (menina) (ela falava da sua própria família que era mais

extensa e com outras gerações, por exemplo, avó e tia); “Família é reunidos com amor” (menino) (o afeto, o laço de amor na concepção dele é o que define família, independente do arranjo existente).

Dessa maneira, pôde-se verificar no terceiro capítulo e através das falas acima que os grupos familiares das crianças no Serviluz são potencialmente heterogêneos, complexos, estruturados por parentela extensa e forte grau de ajuda mútua (ou mutualidade). Pai, mãe e filhos; mãe, avó e irmãos; mãe, padrasto, irmãos e primos; avó, netos e tios; sobrinhos, irmãos e cunhados; esses são apenas alguns exemplos de arranjos familiares na comunidade, nos quais vizinhos e amigos compartilham dessas relações familiares e estreitas, nas quais os laços são fortalecidos pela convivência do dia a dia, ou seja, os laços iam além da *vinculação de consanguinidade* (COHN, 2005) e se estendiam às redes colaborativas de cuidados.

É importante mencionar que a mãe na constituição dos grupos familiares no Serviluz, além de exercer papel central na rede e nas exigências morais da localidade, era a figura mais presente nos arranjos, pois, geralmente, o pai das crianças estava ausente, ou porque nunca assumiu a paternidade, ou abandonou a família, ou estava preso, ou havia sido assassinado e muitos outros motivos eram apresentados nessas situações. Dessa maneira, ou a mãe, ou as vizinhas, ou a avó, ou os próprios irmãos (mais velhos ou os mais novos) tornavam-se os membros centrais na socialização e criação de meninos e meninas. Mas nesse contexto a responsabilidade da mãe era acionada nos *eventos críticos* (DAS, 1995), pois a *relação de substância*¹⁰² pesava sobre ela, estando o filho vivo ou morto.

Nesse patamar, o esgarçamento do *vínculo de parentesco*¹⁰³ (BUTLER, 2014) também ganhava uma dimensão extensa das relações de mutualidade e nos laços familiares nas situações de jovens assassinados. A fratura da perda era, na maioria das vezes, mais sofrida, enlutada e considerada por vizinhos e colegas. Por exemplo, uma menina de 13 anos, moradora da Pracinha, relatou que sentia mais pela morte do seu vizinho do que pela morte do seu tio, ambos assassinados na mesma semana, ou seja, a relação afetiva construída com seu

¹⁰² Sobre isso, a antropóloga Clarice Cohn observa em seu estudo sobre as crianças mebengokré-xikrin, grupo indígena do Norte do Brasil, no qual as obrigações da mãe eram exigidas com a morte dos filhos: “quem deve ter cuidado é a mãe, quem tinha feito, fabricado, a criança. Por um lado, essa afirmação não é surpreendente, e a ‘relação de substância’, que liga quem ‘fez’ a criança a seu bem-estar físico por toda a vida, é comum a todas as sociedades jê” (COHN, 2010, p. 18).

¹⁰³ Parentesco, segundo Segalen, pode ser visto como: “um conjunto de pessoas ligadas pelo sangue ou por casamento ou por um laço de pseudo-casamento que se reconhecem não em função de ancestrais, mitos ou territórios em comum, mas, sim, em função de direitos de deveres recíprocos, criados principalmente pela presença de crianças nascidas ou criadas por elas” (SEGALEN, 1995, pp. 15-16).

vizinho foi levada mais em consideração do que o laço consanguíneo da menina com o seu tio. As estruturas da parentela extensa possui um grau de complexidade tão rizomático que a destruição do vínculo com o tio não se fez como mais importante para aquela criança.

O luto (moral e social) dos entes não se expressava tão latente para as crianças como o era para os adultos em determinadas situações. A agregação de simbologias e valores sociais ainda procurava se imbuir na socialização das crianças, na formação do ser social. O luto era ativado conforme a relação, o laço e a memória que a criança havia guardado do jovem assassinado. Esse aspecto não era uma especificidade das crianças. Também ocorriam com os adultos. As apresentações desse luto, o modo de dizer e a sinceridade eram mais emergentes na maioria dos casos. A obrigação do luto para os adultos era mais repressiva, exigida moralmente. Eles agiam em muitas situações através de uma etiqueta social e moral da pessoa enlutada, enquanto as crianças apresentavam mais espontaneidade. Elas ainda possuíam uma margem de liberdade com menos condicionamentos. Mas, por outro lado, a expressão de luto das crianças era fundamentalmente situacional, por exemplo, diante da sua mãe que perdeu um filho (no caso, irmão dessa criança), elas minimamente demonstravam tristeza (luto), pois “falar dos mortos não era assunto de criança”, ou porque não queriam deixar suas mães ainda mais tristes (os dois casos se aplicam à Rosa).

A morte enquanto tabu para as crianças (ELIAS, 2001) gerava sentimentos de inconformação, tristeza, mas também silenciamentos que podem ser auferidos com indiferença moral ou apenas o “não querer falar sobre”, pois ainda não se conseguiu uma maneira de se expressar. Se no caso da primeira questão, Bauman (1998) explana que a indiferença moral é uma produção social, ou seja, não está no plano subjetivo, mas é gerido pela coletividade. Ainda segundo o sociólogo, não são as ações que moldam a moral, pois “as ações morais não têm valor moral intrínseco. Nem são imanentemente imorais. A avaliação moral é algo externo à ação em si e se decide por critérios outros que não aqueles que guiam e moldam a própria ação” (BAUMAN, 1998, p.38). Dessa maneira, a indiferença moral é o resultado de um conjunto de critérios, condições e regras sociais. Ao aprofundar essa discussão, Bauman (1998) explica:

Sendo a responsabilidade o modo de existência do sujeito humano, a moralidade é a estrutura primária da relação intersubjetiva [...] A moralidade não é um produto da sociedade. A moralidade é algo que a sociedade manipula, explora, redireciona, espreme. [...] A responsabilidade, esse tijolo constitutivo de todo comportamento moral, surge da proximidade do outro. Proximidade significa responsabilidade e responsabilidade é proximidade. [...] O atributo moral da proximidade é a

responsabilidade; o atributo moral da distância social é a ausência de relacionamento moral [...] A responsabilidade é silenciada uma vez desgastada a proximidade; pode eventualmente ser substituída pelo ressentimento, uma vez o co-sujeito humano seja transformando num Outro. O processo de transformação é de separação social (BAUMAN, 1998, pp. 212-213).

Mas também, *a morte enquanto tabu para as crianças* poderia gestar expressões de raiva e desejo de vingança, como, por exemplo, no caso de Lucas que perdeu o pai e o tio materno; do primeiro, o menino tem profundo sentimento de perda familiar, mas do segundo não, pois era o assassino do seu pai. O esgarçamento do *vínculo de parentesco* (BUTLER, 2014) emergiu de dentro da família como uma dor incomensurável para o menino. Dessa maneira, a heterogeneidade das situações e das configurações da morte de um jovem que davam o tom de enlutamento das crianças.

4.1 Vingança, honra e justiça: sentimentos e perspectivas nos grupos familiares

Sentimentos de vingança e preservação da honra familiar emergiam com o esgarçamento do *vínculo de parentesco* (BUTLER, 2014), tanto por parte das crianças, como dos outros membros da família. Mas acompanhados desses sentimentos estava a descrença na justiça, ou melhor, no sistema de justiça. O tripé para a compreensão desse abandono que os familiares sentiam pelo poder judiciário brasileiro se alicerçava num panorama mais complexo: 1) *A vida nua do homo sacer* (AGAMBEN, 2002), ou melhor, as vidas dos jovens matáveis (extermináveis) não eram reconhecidas como dignas de viver, de valor (há uma potente desvalorização e desrealização do outro), de direito à vida, pois eram os “fora” da lei, os subjugados, os condenáveis e nunca as vítimas. Dessa maneira, não haveria, não chegaria a punição dos assassinos por vias legais; 2) Essa desvalorização e desrealização contaminava as agências e significações dos membros da família que consideravam, na maioria das situações, tanto seus jovens como *matáveis* (AGAMBEN, 2002) quanto os jovens que os assassinaram; 3) Então, diante desse contexto, haviam duas percepções para a rede de parentesco e vicinalidade do jovem exterminável: primeiro, “jovens envolvidos com o crime uma hora ou outra vão ser executados” e, logo, não demoraria muito para a vingança ser realizada, mesmo que por vias indiretas; e em segundo, no caso da emergência da vingança, seria necessário recorrer às outras instâncias, instituições, que assegurassem minimamente a proteção (ou assim prometem), e ações onde a “justiça” seria feita. A instituição família faria esse papel,

onde o direito a honra familiar emergiam fortemente nos casos de *morte matada*¹⁰⁴ (SÁ, 2011) e as aspirações eram de matar o “outro” com tamanha ou superior covardia e *crueidade* (BARREIRA, 2013, 2015) em relação ao crime cometido contra seu ente.

A honra, segundo Fonseca, contamina até os mais fracos, os mais desafortunados quando o intento é a proteção da casa. A antropóloga associa a honra e a valentia como caracteres de uma masculinidade hegemônica.

A valentia e a violência são tão caras aos homens que o preço pode ser a própria vida, e estão, dessa forma, associadas à masculinidade hegemônica. Sua manifestação dá-se por meio de confrontações e acertos de contas diante das humilhações sofridas. As reações violentas têm, na maior parte das vezes, a finalidade de recuperar ou deixar clara sua honra, pois um homem não faz isso para outro sem estar pronto para morrer. (FONSECA, 2000, p.192)

As humilhações sofridas após o evento de morte dos jovens na favela eram agravadas, principalmente, pelas situações de conviver cotidianamente com o assassino, mesmo que através de encontros casuais na esquina da rua, na padaria, nos eventos da favela. O encontro era inevitável. Como exemplo, podemos relembrar as humilhações sofridas por dona Maria quando encontrava o jovem que matou seu filho, no caso, o tio materno de Lucas. Nessa situação, o menino Lucas tinha sua raiva intensificava em relação ao ato do tio e gostaria de pôr em potência sua masculinidade hegemônica.

Mas, e quando é o Estado, ou melhor, a polícia (os agentes do Estado) que mata? *A potencialização da masculinidade hegemônica* (FONSECA, 2000) poderia prevalecer? O caso da família de Francisca é emblemático nesse contexto. A justiça parecia inalcançável, o anseio por justiça tomava corpo, complexidade, mas essa potência de desejo era carregada por mãos atadas. O risco de morte e o medo¹⁰⁵ eram inevitáveis. Francisca temia o risco da própria família, dos filhos, se levassem adiante as investigações do assassinato de Mateus, afinal, denunciar uma chacina realizada pelos agentes do Estado era assinar a sentença de morte família inteira.

A vingança nos casos familiares relatados nesse texto pode ser apresentada, em linhas gerais, da seguinte maneira: 1) No caso de Joelma e das suas crianças, a morte de Marcelo foi vingada, pois o primo deste ordenou de dentro do presídio que matasse o homem

¹⁰⁴ Morte em decorrência da violência letal e no ínterim de conflitos armados nas favelas (SÁ, 2011).

¹⁰⁵ Já diria o antropólogo Viveiros de Castro: “é necessário um mínimo de imaginação para se ter medo” e “é preciso aprender, ter aprendido, a ter medo” (CASTRO, 2011, p. 887).

que exterminou Marcelo. Sendo assim, a vingança ocorreu dentro do mesmo círculo de parentesco e o sentimento de luto não era tão manifesto por parte da mãe e da filha, Gabriela¹⁰⁶, como se um alívio tivesse sido instaurado na casa; 2) Já em relação à Maria e o neto, Lucas, a vingança era recente, mas se realizou de maneira indireta, a execução da vingança foi realizada por terceiro, mas motivada por outra circunstância em que o jovem que matou o tio materno de Lucas e assassino de Alef (pai do menino) estava agindo em nome dele (enquanto a pessoa ofendida) e em nome dessa família; 3) A ação de vingança no caso da família de Francisca não se apresentava e, se fosse o caso, seria praticamente irreal (ou irrealizável). Na perspectiva dela e das suas crianças, o inimigo era inalcançável e ao mesmo tempo indeterminável. Apenas sabiam que foram policiais e estes estavam encapuzados na noite do crime. A vingança seria praticamente “impossível” e a justiça também seria “impossível”, além de ser desacreditada pela família.

O inimigo familiar estava “à vista”, era morador da comunidade nos casos de Maria e Joelma. Mas, no caso da Francisca, o inimigo era a polícia e, logo, toda a categoria dos agentes de segurança pública. O inimigo era um vazio, uma indeterminação, não havia rosto, ela e as crianças não viram o rosto dos executores de Mateus e também ninguém viu ou sabia quem eles eram. O inimigo se personificava num coletivo, a polícia. Era tudo o que eles sabiam. O inimigo nos três casos é o “outro”. Esse “outro” classificava os jovens extermináveis como o “outro” em diferentes perspectivas, por exemplo, no *evento crítico* (DAS, 1995) do extermínio das suas vidas. Uma troca de condição foi necessária para desejar a vingança e desumanizar o inimigo. Havia um confronto entre um “eu” e um “tu”, onde o embate perdura mesmo após a morte dos jovens, mas agora quem assume o “tu” num misto de “eu” são as famílias:

Quem quer que responda a um “tu” dito por um não humano aceita a condição de “segunda pessoa” do outro, e quando por sua vez assumir a posição de “eu”, já o fará como não humano. A forma canônica de tais encontros consiste, portanto, em descobrir repentinamente que o outro é “humano”, isto é, que é o outro o humano, o que automaticamente desumaniza e aliena o interlocutor. Sendo um contexto no qual um sujeito humano é capturado por outro ponto de vista, cosmologicamente dominante, no qual se torna o “tu” de uma perspectiva não humana, a Sobrenatureza é a forma do Outro como Sujeito, implicando a objetificação do “eu” humano como um “tu” desse Outro (CASTRO, 2011, p. 903).

¹⁰⁶ Para a menina Gabriela, a morte do seu irmão já estava resolvida, havido sido vingada, não havendo mais motivos para o luto ou *melancolia* (FREUD, 2010).

A vingança, enquanto imaginação, ação e sentimento, não era uma exclusividade dos adultos. As crianças também expressavam sentimentos de “fazer justiça” pelo extermínio dos seus parentes, por exemplo, Lucas esperava crescer, completar 18 anos e juntar-se com os irmãos para vingar-se, matar o tio materno, tirar-lhe a vida, assim como este fez com o seu pai. A justiça legal não seria o suficiente, a descrença nessa instituição era potente para o menino de 9 anos.

Temporalidade e espacialidade eram duas dimensões fundamentais nesse contexto de vingança, a fratura familiar ou o esgarçamento do *vínculo de parentesco* (BUTLER, 2014) perpassavam por aspectos como: quando e onde ocorreu o evento de morte, além de como isso afetou a vida do grupo familiar, as adversidades temporais e espaciais na reconfiguração dos laços familiares e na conquista de confiança dos outros e na credibilidade das pessoas, passa-lhes a certeza que não seguirão o mesmo caminho trágico do jovem matável e que foi executado.

4.2 Socialidades e socialização das crianças: projetos de vida reconfigurados

As *entidades sociais* (FOUCAULT, 2012) ou as instituições responsáveis pela socialização das crianças empenhavam-se decisivamente no controle das socialidades de meninos e meninas no Serviluz que tivessem nas redes de parentesco jovens “marcados para morrer” ou envolvidos com o crime. Afinal, *os desprezíveis, os homens obscuros* (FOUCAULT, 2012) detinham uma complexa história contada pelos outros ¹⁰⁷, classificados e acusados como “aqueles que não são exemplo para ninguém”, ou melhor, o “mau exemplo” para as crianças. Então, no processo de socialização era necessário afastar meninos e meninas das histórias sobre esses jovens, que eram apenas seriam lembradas para dizer-lhe o que é “certo” e “errado”. Havia uma emergência de afastá-las do mal no meio “aberto”, “perigoso”, da favela e das sociabilidades (e socialidades) possíveis (disponíveis).

A socialização das crianças perpassava por uma base moral e absorção de valores, na qual era necessário naturalizar a diferença e torná-la uma segunda natureza, isso “através da inculcação e da incorporação sob a forma de *habitus*” (BOURDIEU, 1996, p. 103). Mas se

¹⁰⁷ Foucault ao analisar textos do século XVII E XVIII, em “A vida dos homens infames; Les cahiers du chemin” (1977), que são verdadeiras dramaturgias do real e lendas dos homens obscuros, nos faz pensar sobre o regime de verdade, o poder discurso contido nesses inscitos e sobre a vida das pessoas classificadas como desprezíveis.

a socialidade das crianças está para a sua socialização, então como cada criança foi socializada? Quem é sua família? Quem são seus vizinhos, sua rede de relações? Como interagem e percebem o mundo social? Em primeiro lugar, as crianças não reproduzem simplesmente o mundo dos adultos, mas codificam, interpretam, imaginam e constroem o mundo social, e, dessa maneira, expressam sua moral e suas opiniões sobre os eventos e as fatalidades no vínculo de parentesco.

Os jovens antes mesmo de se tornarem indesejáveis passam por um processo de *luta por reconhecimento*¹⁰⁸ (HONNETH, 2003) e esbarram nos *privilégios simbólicos* em contraposição as *privações simbólicas*¹⁰⁹ (BOURDIEU, 2012). Isso provocaria uma desrealização da pessoa, um ser social incompleto, alguém que não completou sua trajetória, incapaz de corresponder às expectativas sociais. Diante dessa conjuntura e sendo a vida social um processo permanente de julgamento, pois “categorizar é acusar” (BOURDIEU, 1996), os jovens indesejáveis tornam-se potencialmente matáveis, desprezíveis e sem utilidade aos olhos do mundo a sua volta.

As crianças que estão ligadas a esses jovens por vínculo de parentesco (e as que são vizinhas ou amigas) também sofrem essas injunções ou a desconfiança de tornarem-se *seres sociais incompletos* (BOURDIEU, 2012), ou seja, não possuidoras do capital simbólico exigido pela sociedade em geral, mas também, pelas expectativas sociais e morais do lugar de pertencimento, como exemplo, ser um trabalhador honesto, e não um “bandido”. Elas como seres perceptíveis a essa desconfiança, sempre estavam margeando *estratégias de apresentação de si*¹¹⁰ (GOFFMAN, 1975) e se acusavam mutuamente como maneira de se

¹⁰⁸ O filósofo e sociólogo alemão, Honneth (2003), discute *reconhecimento* juntamente com os conflitos e a formação de sujeitos coletivos. Ele acredita que a formação da identidade é um processo de inter-relação subjetiva de luta pelo *mutuo reconhecimento*. Quando expectativas e luta por *reconhecimento* estão juntas no mesmo plano é daí que emerge o desrespeito e o impedimento da formação pessoal de identidade, assim como esclarece o autor: “[...] os motivos de resistência social e da rebelião se formam no quadro de experiências morais que procedem da infração de expectativas de reconhecimento profundamente arraigadas. Tais expectativas estão ligadas na psique às condições da formação da identidade pessoal, de modo que elas retêm os padrões sociais de reconhecimento sob os quais um sujeito pode se saber respeitado em seu entorno sociocultural como um ser ao mesmo tempo autônomo e individualizado; se essas expectativas normativas são despontadas pela sociedade, isso desencadeia exatamente o tipo de experiência moral que se expressa no sentimento de desrespeito” (HONNETH, 2003, p. 258). Dessa maneira, desrespeito moral, conflito social e *reconhecimento* são as bases da teoria de Axel Honneth. Além disso, são nos conflitos sociais que o indivíduo exercita constantemente a luta por *reconhecimento* de sua individualidade.

¹⁰⁹ Para Pierre Bourdieu, os indivíduos estão posicionados no campo social de acordo com o capital acumulado que possuem. Esse capital pode ser de quatro tipos: social, cultural, econômico e simbólico.

¹¹⁰ Segundo Goffman (1975), essas *estratégias de apresentação de si* repousam sobre a tríade palco, ator no palco e plateia, isso de acordo com a representação teatral da vida social que ele procura alavancar em sua teoria. As *estratégias de apresentação de si* são fundamentais na vida dos atores sociais, pois “a informação a respeito do indivíduo serve para definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar. Assim informados, saberão qual a melhor maneira de agir para dele

proteger dos julgamentos morais. Uma exemplificação em torno dessa reflexão foi ressaltada na cena onde Hugo e Isa, primos, acusavam-se e desmentiam-se entre si. Hugo, 4 anos, está com o pai preso porque se envolveu numa briga com motivações interpessoais e, além disso, é classificado pela comunidade como envolvido com drogas. Isa, 5 anos, exercia uma forte *violência simbólica*¹¹¹ (BOURDIEU, 1998) quando falava quem era o seu primo: “O pai dele tá preso”, “Teu pai tá no presídio. Ele não vai voltar”¹¹² e o menino se defendia: “É mentira, tia”, mas depois confirmava: “Eh, meu pai tá preso, não sei quando ele vai voltar”. Isa nunca falava o nome do primo, mas ligeiramente, delatava a sua condição: filho de presidiário, essa era a denominação que ela encontrava para falar do menino. Ela legitimava seu discurso de autoridade e a *eficácia simbólica de suas palavras*¹¹³ (BOURDIEU, 1996) se exercia com o reconhecimento do primo que estava sendo acusado, pois o menino se sujeitava à *eficácia simbólica das palavras* (BOURDIEU, 1996) da sua prima.

A menina realizava o reforço de marcas incorporadas, apresentava um discurso espraiado de condenação moral ao pai do menino que era presidiário, ao passo que inscrevia no corpo dele a condição do pai, o *estigmatizava* (GOFFMAN, 2012) na medida em que ela gestava uma *transferência* (FREUD, 2010) e criminalizava seu primo; pois ao destituir o menino, ela estava também lhe imputando as mesmas atribuições negativas que recaíam sobre o pai de Hugo, presidiário, “bandido”. Esse princípio incorpóreo fatalmente geraria efeitos reais sobre a trajetória de Hugo e lhe traria traumas.

Mas a acusação que Isa realizava contra seu primo não era exclusividade das crianças, essas situações poderiam ser apresentadas por vários atores sociais da comunidade, familiares, vizinhos, educadores sociais e muitos outros. Os atos de instituição e destituição ganhavam corpo nas situações performativas de acusação ou nomeação (classificação).

obter uma resposta desejada” (GOFFMAN, 1975, p. 11). Sendo assim, “Sabendo que o indivíduo irá certamente apresentar-se sob uma luz favorável, os outros podem dividir o que assistem em duas partes: uma, que o indivíduo facilmente manipulará quando quiser, constituída principalmente por suas afirmações verbais e outra, em relação à qual parece ter pouco interesse ou domínio, oriunda principalmente das expressões que emite” (GOFFMAN, 1975, p. 16).

¹¹¹ Para Bourdieu, a violência simbólica não se exerce por coação física, mas deixa marcas morais e psicológicas profundas na vítima. Além disso, ela é um meio para que o poder simbólico possa se manifestar. Outro aspecto relevante: a violência simbólica só pode ser exercida com o apoio da vítima (legitimando o poder exercido contra ela), se não, perde força.

¹¹² As representações capturadas por Isa possuíam uma *eficácia propriamente simbólica de construção da realidade* (BOURDIEU, 1998).

¹¹³ Segundo Bourdieu (1996), “A eficácia simbólica das palavras se exerce apenas na medida em que a pessoa-alvo reconhece quem a exerce como podendo exercê-la de direito, ou então, o que dá no mesmo, quando se esquece de si mesma ou se ignora, sujeitando-se a tal eficácia, como se estivesse contribuindo para fundá-la por conta do reconhecimento que lhe concede” (BOURDIEU, 1996, p. 95).

O insulto, assim como a nomeação, pertence à classe dos atos de instituição e de destituição mais ou menos fundados socialmente, através dos quais um indivíduo, agindo em seu próprio nome ou em nome de um grupo mais ou menos importante numérica e socialmente, quer transmitir a alguém o significado de que ele possui uma dada qualidade, querendo ao mesmo tempo cobrar de seu interlocutor que se comporte em conformidade com a essência social que lhe é assim atribuída (BOURDIEU, 1996, p. 82).

As crianças, principalmente, os meninos precisavam se distinguir das trajetórias dos jovens “marcados para morrer”, dos indesejáveis nos seus processos *e ritos de instituição ou legitimação*¹¹⁴ (BOURDIEU, 1996), pois deveriam tornar-se “rapazes de futuro” e não “sujeito *bandido*”. Enfim, um emaranhado de restrições, cuidados e ordenamentos existiam na evitação da construção do sujeito bandido na trajetória dos meninos, sendo estes os mais vulneráveis na dinâmica social da comunidade. Mas tais situações eram intensamente mais vividas por meninos que perderam entes desprezíveis e matáveis. Recaía sobre esses meninos uma espécie de “*destino social mortal*”, uma história (ou trajetória) que já estava inscrita baseada na trajetória daquele parente executado.

Primeiramente, antes de adentrar no que estou chamando de “destino social” dos meninos com parentes assassinados, é importante destacar como se forma a socialidade masculina no Serviluz. Segundo Sá (2010), há quatro formas puras dos meninos tornarem-se rapazes: 1) crime; 2) surfe; 3) futebol; 4) luta (esportes de luta), mas os hibridismos são possíveis nessas formas, por exemplo, crime e surfe. Mas além dessas perspectivas, existem os “meninos da Igreja”, que são estudiosos e preferem carimba ao futebol ou surfe ou luta, como era o caso de Eduardo. Ele projetava para seu futuro tornar-se um rapaz ainda mais dedicado aos estudos, pois desejava ser médico. Mas, por outro lado, havia o Carlos, irmão de Eduardo, que amava estar na praia mergulhando, na rua brincando e observando as atividades cotidianas das pessoas. Ele não era da Igreja e nem gostava da escola. O Carlos era classificado pela família e pela favela como um menino com propensões a tornar-se “bandido” quando crescesse. A mãe de Carlos buscava de todas as maneiras possíveis socializá-lo e inseri-lo no surfe para provocar-lhe outra maneira de viver no mundo social. O Lucas que era “danado” e se parecia com o pai quando criança, segundo sua avó, era

¹¹⁴ Sobre isso, Bourdieu expõe: “O verdadeiro milagre produzido pelos atos de instituição reside sem dúvida no fato de que eles conseguem fazer crer aos indivíduos consagrados que eles possuem uma justificação para existir, ou melhor, que sua existência serve para alguma coisa. Todavia, por uma espécie de maldição, a natureza essencialmente diacrítica, diferencial, distintiva do poder simbólico faz com que o acesso da classe cultivada ao Ser tenha como inevitável contrapartida a queda da classe complementar no Nada ou num Ser Menor” (BOURDIEU, 1996, p. 106).

apaixonado pelo surfe, frequentava uma denominação evangélica, mas mesmo assim, era taxado como um “menino problema”.

A sensação de impotência da mãe do Carlos, mas também da maioria dos pais, cuidadores e educadores sociais no Serviluz, era expressão da colisão existente entre sociabilidade e a trajetória projetada para as crianças. As incertezas e as experiências da trajetória dos outros filhos causavam desconfortos nas relações de socialização. As projeções para a trajetória de vida das crianças recaíam sob a trajetória do ente assassinado, onde havia duas modalidades: 1) *projeções negativas de futuro* – “vai ser igual ao seu irmão ou seu pai” e 2) *projeções positivas de futuro* – que eram construídas fora do arranjo da trajetória de vida do ente assassinado; se faz de tudo para salvaguardar a trajetória da criança; “ser diferente de”, o que acaba apontando para as moralidades, reforçando as diferenças e (re) produzindo estigmas.

A trajetória do jovem marcado é tecida juntamente com suas relações interpessoais e os motivos da marcação e, na maioria das vezes, se constituem por brigas interpessoais e em decorrência de “n” motivos, desde um celular, brigas no bar, “tretas” do mundo do crime ou ciúmes da namorada. Mas tais trajetórias e motivações para os embates conflituosos e muitas vezes violentos eram geridos por regras que pudessem evitar os desvios sociais, afinal, a regra precede o *ato desviante* (BECKER, 2008). Além disso, esses jovens eram classificados pela família e pelos moradores da comunidade como responsáveis por suas trajetórias, nas quais eles teceram uma *carreira desviante* (BECKER, 2008) que culminou em seus assassinatos. O desviante carrega traços indesejáveis e a posse desses “pode ter um valor simbólico generalizado, de modo que as pessoas dão por certo que seu portador possui outros traços indesejáveis presumivelmente associados a ele” (BECKER, 2008, p. 43). Mateus, filho de Francisca, é um exemplo disso. A identificação como desviante torna-se a dominante perante o público e:

Tratar uma pessoa como se ela fosse em geral, e não em particular, desviante produz uma profecia autorrealizadora. Ela põe em movimento vários mecanismos que conspiram para moldar a pessoa segundo a imagem que os outros têm dela. Em primeiro lugar, após ser identificada como desviante, ela tende a ser impedida de participar de grupos mais convencionais, num isolamento que talvez as consequências específicas da atividade desviante nunca pudessem causar por si mesmas caso não houvesse o conhecimento público e a reação a ele. [...] a questão é que o tratamento dos desviantes lhe nega os meios comuns de levar adiante as rotinas da vida cotidiana acessíveis à maioria das pessoas. Em razão dessa negação, o desviante deve necessariamente desenvolver rotinas ilegítimas. (BECKER, 2008, pp. 44-45).

Becker ainda expressa que “muitas variedades de desvio criam dificuldades ao não se coadunarem com expectativas em outras áreas da vida” (BECKER, 2008, p. 45), ou seja, não haveria correspondência entre desvio e expectativas.

O irmão de Mateus, Carlos (13 anos), exposto a trajetória do irmão (para apenas falarmos da realidade mais próxima ao menino) sofria a profecia autorrealizada mencionada por Becker, onde várias insígnias e desconfianças por parte das “pessoas autorizadas” (BOURDIEU, 1996) pesavam sobre o garoto, por exemplo, ser taxado ou classificado como o “menino problema” e que “facilmente entraria no crime”, pois sua maneira de socialidade (e sociabilidade) com o mundo social não cruzava com as expectativas projetadas para ele. Carlos antes mesmo de infringir alguma regra era acusado como desviante e já se tornava um “indesejável” perante as socialidades mais limitadoras da favela. Um menino que não era desejado nos projetos sociais, na escola, nas relações de parentesco (rejeições dos irmãos menores) e encontrava nos amigos e na praia os espaços confortáveis para suas socialidades.

Carlos desejava ser policial, mas não poderia, pois “foram eles que mataram seu irmão”, segundo sua mãe. O Lucas também não poderia desejar ser policial, porque “a polícia é a que mais morre”, segundo sua avó. Os adultos, entre pais e educadores sociais, realizavam em várias situações o papel de *empreendedores morais e impositores de regras*¹¹⁵ (BECKER, 2008). A intenção era a prevenção para a não produção social (e intersubjetiva) de um desviante moral. Através da “autoridade autorizada” (BOURDIEU, 1996) e palavras de ordem eles procuram implementar as regras às crianças. Mas quem será essa autoridade? Isso se expressava de modo situacional, pois o capital simbólico dos adultos se manifestava como potência nesses contextos, além de darem como exemplo as histórias dos meninos e rapazes assassinados e que eram “marcados para morrer”. Uma teia de estratégias era suplantada para a prevenção do desvio e afastar as crianças, principalmente, os meninos das “más companhias ou amizades”.

Engendradas nessas situações e circularidades de expectativas, os meninos (filhos mais velhos dentre as crianças da casa) também se tornavam protetores, guardiões com o esgarçamento do *vínculo de parentesco* (BUTLER, 2014) e deveriam salvaguardar os pais (principalmente, as mães) e irmãos do “mal”, inclusive, eles também deveriam preservar-se contra o mal que poderia atingir suas vidas. Carlos exercia esse papel ao mesmo tempo em que era *estigmatizado* (GOFFMAN, 2012) como um futuro *desviante* (BECKER, 2008).

¹¹⁵ “As regras são produto da iniciativa de alguém e podemos pensar nas pessoas que exibem essa iniciativa como empreendedores morais” (BECKER, 2008, p. 153).

Lucas também parecia desempenhar essa função em relação à avó e aos irmãos, principalmente, quando se tratava em vingar a morte do pai.

Carlos e Lucas têm em comum os julgamentos escolares que em grande parte eram negativos e o fracasso escolar dos dois é evidenciado por contradições fundamentais do mundo social que estão inseridas no funcionamento da instituição escolar:

Para uma parte bastante grande da sociedade, esta contradição é aquela de uma ordem social que tende cada vez mais a dar tudo a todo mundo, especialmente em matéria de consumo de bens materiais ou simbólicos, ou até políticos, mas sob as categorias fictícias da aparência, do simulacro e do falso, como se esse fosse o único jeito de reservar para poucos a posse real e legítima destes bens exclusivos (BOURDIEU, 2012, p. 486).

Esses meninos vivem um “mal-estar” (FREUD, 2011) na tessitura das suas trajetórias de vida, “mal-estar” que é escolar, mas também, das periferias, dos “excluídos”. Eles reconfiguram dia após dia os modos de socialidades que desejam, ao tempo deles e em meio às expectativas dos adultos que lhes rodeiam.

As narrativas (os discursos) do que seja uma boa mãe e de o quanto isso é decisivo na trajetória das crianças ou dos filhos em geral eram potentes nesses contextos. A criação que a mãe dá aos seus filhos é primordial na fala social das pessoas do Serviluz, afinal, na maioria das vezes, é a mãe que cria, pois ou pai abandonou, ou está preso, ou está morto, ou seja, uma infinidade de motivos recai na situação de mulheres que são “mãe e pai de suas crias”; no imaginário coletivo, a criação da mãe é refletida na trajetória do filho, antes do julgamento do filho envolvido no crime vem o julgamento da criação. Mãe e filho são marcados, ela pela criação, ele pelos atos ilícitos, mas os dois são criminosos diante do julgamento moral da maioria dos atores sociais da comunidade, sejam estes evangélicos ou não. “A culpa é da mãe, ela que criou errado”. Interessante que todos apontam onde estão os erros, mas quase ninguém indica uma fórmula exata de criação, como eles tivessem a consciência de que não existe fórmula e que a criação é um tiro no escuro e que esse tiro pode ser no seu próprio pé.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O matável é relatável diante da agência moral. O relatável é constitutivo das relações sociais entre o dizível e o não dizível. A agência moral das crianças não é absolutamente determinável, não é condicionável a agência dos adultos, ou seja, essa não chega a limitar completamente a potência agentiva das crianças. Dessa maneira, há certa liberdade, mesmo que controlada e controlável, pois é seccionada; mas assim também ocorre aos adultos. Sobre essa potência agentiva das crianças podemos observar dois exemplos: Na percepção de Rosa havia uma gradação no merecimento de morte de um jovem envolvido no crime, onde a polícia bater (o “baculejo”) em jovens classificados como “vagabundos” era permitido, autorizado, mas matar em algumas situações não era consistente, ou seja, para ela, “bandido bom” não era “bandido morto”, existiam exceções para Rosa, a menina se distinguia do senso comum. Por outro lado, e numa perspectiva situacional e particular, Lucas compreendia que no caso de jovens envolvidos no crime e homicidas era necessário fazer justiça com as próprias mãos, a vingança era a forma coerente para o menino. A leitura realizada por Lucas se aproximava ao senso comum dos adultos, mas duas questões merecem ser pontuadas: 1) Uma parcela da comunidade adulta no Serviluz possuía a crença que jovens envolvidos com o crime assinaram sua sentença de morte, ou seja, construíam suas trajetórias para esse caminho, “a morte era certa”; 2) Considerando as singularidades do caso de Lucas, seu tio materno executou seu pai, o sentimento de injustiça era latente, vívidos no imaginário simbólico do menino, a ferida estava aberta, exposta; uma complexidade rizomática estava correlacionada com o desejo de vingar a família (mãe, avós e tios, mas também, ele mesmo, enquanto filho).

A vida das crianças e suas ações deveriam estar correlacionadas com as exigências e expectativas dos pais e cuidadores. As suas crenças, as compreensões sobre o mundo, as atitudes, as exigências de comportamento, de fala, de seu modo de conceber as relações e interpretar as situações pareciam estar debruçados para essa perspectiva: a construção de uma moral positiva e lúdica, mas que transcorriam em outros termos quando elas deixavam exaltar suas potências agentivas sobre o universo social. Elas não perdiam de vista seu poder agentivo e, enquanto, atores capazes de interpretar e ressignificar as situações sociais, de questionar, se opor, pensar e repensar como responderiam as adversidades transcorridas com o esgarçamento do vínculo de parentesco, elas sempre se mostraram

atentas, astutas e bem informadas sobre o mundo que habitam, fosse em casa, na rua ou na escola.

A potência agentiva e a compreensão de mundo desses meninos e meninas são profundas imersões para compreendermos o contexto social no Serviluz, os conflitos, as “mortes marcadas” (“matáveis”) e as percepções sobre vida, morte, mortos, justiça, vingança, família. Além disso, os eventos compreendidos entre a chacina e a pacificação no Serviluz, (enquanto eventos extremos e críticos), mas também, após o “acordo de paz”, demonstram o grau de complexidade e manifestações de conflitualidades em torno dos discursos e práticas das crianças e dos adultos, e o quanto o esgarçamento do vínculo de parentesco ainda lhes afligiam. Na família de Francisca e das suas crianças essa configuração era nítida. Para Maria e Lucas (avó e neto), que perderam Alef num período anterior a chacina, a dor dessa fratura familiar parecia ser revivida com os novos eventos na comunidade, assim também o era para Joelma e suas crianças. A cada novo acontecimento ou evento conflituoso, as feridas se abriam, sangravam e a dor não era sanada, então um conjunto de novas esperanças e perspectivas deveriam ser reconfiguradas para continuarem sobrevivendo. Rosa, Carlos, Eduardo, Lucas e Gabriela eram crianças interessadas nessa nova reconfiguração familiar, mas também, das suas socialidades, diante do esgarçamento do vínculo de parentesco, afinal, elas eram diretamente afetadas com esse contexto. A agência moral desses meninos se expressava intensamente, fosse para julgar os atos dos jovens assassinados, que eram seus entes, fosse para desmistificar o senso comum.

Além disso, suas agências se mostravam atentas ao universo das reconfigurações associadas às suas socialidades, agora inteiramente voltadas para a construção de uma trajetória de vida que se distinguisse dos entes assassinados em situação e condição de “marcação para a morte”. Suas falas, brincadeiras, práticas, expressões de sentimentos, relações intersubjetivas e tudo que envolvesse o universo das socialidades infantis eram cerceadas por esse dispositivo moral e real (se considerarmos os casos singulares de cada família que perdeu um jovem assassinado), “marcado para morrer”.

Ser “trabalhador” *versus* “bandido”, “cidadão de bem” *versus* “vagabundo”, “não-envolvido com o crime” *versus* “envolvido com o crime” eram apenas algumas dos binarismos e classificações encontradas nas socialidades cotidianas das crianças do Serviluz. Meninos e meninas estavam todos os dias passando pelo crivo da desconfiança dos adultos, principalmente, dos cuidadores. Uma brincadeira de “polícia e bandido”, uma manifestação jocosa de pensar em fazer uma tatuagem (Em determinada situação, Carlos lançou essa ideia na

frente da mãe e dos irmãos menores e foi fortemente interditado por Francisca, “tu quer ficar igual aqueles vagabundo lá de cima”), começar a frequentar uma segmentaridade da comunidade mais estigmatizada do que a sua de pertencimento (mesmo que fosse para brincar com um coleguinha novo da escola), frequentar a praia enquanto um ambiente de lazer e sociabilidade, ou participar das atividades esportivas promovidas pelos projetos sociais (surfe e futebol, por exemplo), são apenas alguns exemplos de como o desejo, as práticas de liberdade das crianças, suas vontades de desbravar outros espaços dentro da comunidade (principalmente, com o classificado processo de pacificação), eram compreendidas como uma “tendência” da criança se tornar “bandido”, um “envolvido no crime”, e posteriormente, um “marcado para morrer”, principalmente, se essa criança, tem no seu histórico familiar um jovem vítima da violência letal em decorrência da “marcação”, ou seja, as desconfianças e a suspeita social triplicam. Os meninos eram as principais vítimas dessa desconfiança e suspeita social, pois o sexo masculino era o mais recrutado para o tráfico de drogas e de armas da favela, mas também, para os furtos e assaltos (dentro e fora da favela).

As crianças continuavam brincando e construindo suas socialidades, mesmo que incessantemente cerceadas pelos adultos, mas, claro, suas interações e práticas tornavam-se mais livres e espontâneas quando fugiam aos olhos dos seus cuidadores, pois elas sabiam que a interdição, a reclamação da ação prática (a “bronca”, o “carão”) era certa. Enfim, meninos e meninas construía suas linhas de fuga todos os dias para continuarem brincando e desbravando o Serviluz. Claro, alguns estavam mais interditados e capturados pelas desconfianças, não poderiam sair de casa, só andariam com que a mãe deixasse e conhecesse, mas outros, por exemplo, o Carlos (13 anos) e tantos outros meninos na sua faixa etária na comunidade, praticavam suas socialidades independente das suspeitas projetadas pelos adultos.

Após essa retrospectiva do texto, gostaria de expor os fatos ocorridos posteriormente ao início dessa escrita (desde o texto de qualificação) e a prospecção que essa pesquisa está propiciando. Sai do campo de pesquisa para iniciar minha escrita em junho do ano passado. Posterior a isso, continuei em contato como meus interlocutores pelas redes sociais e por telefone, mas algum tempo depois retornei ao Serviluz apenas para conversar com eles e dar notícias. No dia 16 de outubro de 2016, Márcio me ligou para anunciar, segundo ele, uma “notícia muito triste”, dona Francisca perdeu mais um filho assassinado. Na noite anterior, 15 de outubro de 2016, a Estiva presenciou mais uma chacina, dessa vez, as vítimas foram três mulheres que bebiam e conversavam num bar ao lado do prédio onde

Francisca e seus filhos moram. O alvo do crime, segundo Márcio, era uma das mulheres, ex-companheira de um traficante da localidade. A mulher estava acompanhada da sua atual companheira e da amiga, Mara, a filha de dona Francisca.

Naquele mesmo dia (16/10/2016), recebo outra ligação. Era dona Francisca aos prantos e com um misto de conformação e dor pela perda da filha que há alguns anos era usuária de drogas. A mãe em desespero revelou que dessa vez o crime não ficaria impune, pois no caso de Mateus ela silenciou por medo de represália dos agentes de segurança do Estado.

Intensifiquei minhas ligações telefônicas com dona Francisca e suas crianças após essa notícia e em dezembro do ano passado fui visitá-los. Mudaram de casa mais uma vez e reconfiguravam suas vidas com esse novo evento crítico. Dona Francisca e as crianças estavam adorando a nova casa, mais ampla e arejada. Todos aparentavam estado de felicidade e esperança em dias melhores. A mãe ainda sentia muito pela perda de mais um filho, mas para ela, o evento não trouxe muitas novidades, “do jeito que ela andava... uma hora isso ia acontecer mesmo”. Já as crianças, Eduardo e Carlos, não mencionaram essa perda da irmã, silenciaram ao ver a mãe comentando o assunto e chorando.

Minha prospecção de pesquisa não poderia ser outra: as chacinas. Como as chacinas afetam as crianças e suas famílias? Pretendo submeter para um posterior projeto de seleção para o doutorado o seguinte objeto de pesquisa: compreender e analisar as chacinas ocorridas em Fortaleza no ano de 2015 a partir do ponto de vista de crianças e adolescentes moradores do Serviluz e da Grande Messejana ¹¹⁶, assim como também, das redes familiares (e de parentesco) e de amigos dos jovens chacinados. A escrita desse projeto ainda está em andamento e em processo de amadurecimento. As crianças e suas famílias continuaram sendo meus impulsionadores etnográficos.

Por fim, gostaria de ressaltar a minha satisfação em ter conhecido e convivido durante alguns meses com as crianças pesquisadas e suas cuidadoras, entre mães, avós e vizinhas. Aprendi bem mais do que imaginava quando me lancei nesse desafio e, certamente, a Deiziane de hoje não é a mesma que começou essa pesquisa em 2015. Imensa gratidão pela experiência e pelas pessoas que tive a oportunidade de conhecer mais um pouco e as novas que surgiram nessa empreitada de campo.

¹¹⁶ A Grande Messejana sofreu uma chacina no ano de 2015, dois meses após a chacina da Estiva (Serviluz).

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. A Experiência Precoce da Punição. In.: Martins, José de Souza. (Org.). **O Massacre dos Inocentes**. A Criança sem Infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991.
- ADORNO, Sérgio. A Socialização Incompleta: Os Jovens Delinquentes Expulsos da Escola. In.: **Sociedade Civil e Educação**. Campinas, S.P: Papyrus: CEDES; SP: Ande: Anped, p. 125-134, 1992.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- AGUIAR, Deiziane P. Entre brincadeiras, silêncios e conversações: interagindo no campo com crianças numa favela à beira-mar em Fortaleza. **30ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA)** – 03 a 06 de agosto de 2016 na UFPB, João Pessoa/PB.
- AGUIAR, Deiziane P.; SÁ, Leonardo. A dimensão do urbano no Serviluz e a configuração socioespacial das guerras e suas fronteiras simbólicas: a perspectiva das crianças. **V Reunião Equatorial de Antropologia (REA) e XIV Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste (ABANNE)** – 19 a 22 de julho de 2015, no UNIT em Maceió/AL.
- AGUIAR, Deiziane P.; SÁ, Leonardo; BARREIRA, César. Não matarás? Pessoas indesejáveis e o ponto de vista das crianças sobre crueldade, moralidades e justiça nas favelas de Fortaleza. **39º Encontro Anual da Anpocs** – 26 a 30 de outubro de 2015 na cidade de Caxambu, Minas Gerais.
- AGUIAR, Deiziane Pinheiro. “Não tenho medo da estiva, não”: crianças entre interações e *acusações* na comunidade do Serviluz. 2014. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- ALMEIDA, Rosemary. Violência, identidade e processos organizativos: o forró da bala como cenário de análise. 1995. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1995.
- AMPERJ LEGISLAÇÃO. **Estatuto da Criança e do adolescente**. Lei nº 8.069, de 13.julho.1990.
- ANJOS JÚNIOR, Carlos Versiani. **A serpente domada**: um estudo sobre a prostituta de baixo meretrício. Fortaleza: UFC, 1983.
- GONÇALVES, Antonio Giovanni Boaes; PIRES, Flávia Ferreira. Editorial. Crianças: um enfoque geracional. **Política & Trabalho** (Online), v. 43, p. 9-10, 2015.
- ARAÚJO, Francimara Carneiro. "O Jogo é Doido": A violência nas trajetórias de jovens do Parque Santa Filomena. 2010. **Monografia** (Curso de Serviço Social) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.
- ARAÚJO, Francimara Carneiro. Ser Criança: Um Estudo Etnográfico Sobre As práticas infantis no Parque Santa Filomena, Jangurussu, Fortaleza-Ce. 2014. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. Cia. de bolso, São Paulo, 2013.
- ARENDT, H. A condição humana. 12 ed.rev. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. São Paulo: Ediouro, 2001.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

AUGÉ, M. *Os não-lugares*: Introdução a uma Antropologia da Super-Modernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BARREIRA, César. **Cotidiano despedaçado**: Cenas de uma violência difusa. Fortaleza: UFC/ FUNCAP/CNPq-Pronex; Campinas, São Paulo: Pontes Editoras, 2008.

BARREIRA, César. Crueldade: a face inesperada da violência difusa. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 55-74, April, 2015.

BARREIRA, César. Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade. **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. 01, nº 01, jan/jul 2013.

BARREIRA, César. Banditismo e Práticas Culturais: A Construção de uma Justiça Popular. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 41, nº 2, jul/dez, 2010, p. 73-82.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. A cidade e o medo. In: (In) **Segurança e Sociedade**. Treze lições. BARREIRA, César e BATISTA, Élcio (orgs.). Campinas, São Paulo: Pontes Editoras e Fortaleza, CE: Fundação Demócrito Rocha, 2011.

BARTHES, R. O efeito de real. In: **Literatura e Semiologia**: pesquisas semiológicas. Petrópolis, RJ, 1972.

BAUMAN, Z. *Prefácio*: Ser leve e líquido. In: **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. Introdução. In: **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Z. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BECKER, Howard S. **Falando da Sociedade**: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECKER, Howard S. A História de Vida e o Mosaico Científico. In: **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

BECKER, Howard S. **Segredos e Truques da Pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1996.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 9.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**. Sobre a Teoria da Ação. Campinas –SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. Violência Simbólica e Lutas Políticas. In.: **Meditações Pascalianas**. Oeiras: Celta Editora, 1998.

BUTLER, Judith. **O clamor de Antígona**: parentesco entre a vida e a morte. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

CAMPOS, José Tiago de Queiroz Mendes. Um lugar do tamanho do mundo: socialidade e narrativas do Serviluz. 2012. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

CANETTI, Elias. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O medo dos outros. **Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 54, n. 2, ago. 2011.

CAVALCANTE, Ricardo Moura Braga. Vidas breves: investigação acerca dos assassinatos de adolescentes em Fortaleza. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, **Dissertação** (Mestrado em Políticas Públicas), UECE, 2011.

CERTEAU, Michel de. Terceira parte: práticas de espaço. In: **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer; 18 ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

COHN, Clarice. A criança, a morte e os mortos: o caso mebengokré-xikrin. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 1-25, July/Dec. 2010.

COHN, Clarice. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Espaços, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara Koogan, 1991.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 31-42, June, 1999.

DAS, Veena. **Critical Events**: An Anthropological Perspective on Contemporary India. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs** (vol.1), São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Micropolítica e segmentaridade. In.: **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 3/tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik – São Paulo: Ed. 34, 1996.

DELGADO, Ana Cristina C.; MULLER, Fernanda. Sociologia da Infância: pesquisa com crianças. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 351-360, maio/ago. 2005.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galeras e o movimento hip hop, 2ª. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

DIÓGENES, Glória. Grupos identitários e fragmentação social: A violência como “marca” In: SANTOS, José Vicente T. (org.): **Violências em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, p. 164-182.

DURKHIEM, Émile. **Da divisão social do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Émile. **A educação moral**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3.ed. São Paulo: Martins, 2014.
- ELIAS, N; SCOTSON, J.L. **Os estabelecidos e os outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.
- ELIAS, Norbert. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- ELIAS, Norbert. Parte II: Sinopse. In.: **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- Entrevistas com M. J. Sarmento. **É preciso ouvir as crianças**, agosto de 2011. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/161/artigo234827-1.asp>> . Acesso em: 30 ago. 2014.
- Entrevistas com Manuel Jacinto Sarmento. **É preciso ouvir as crianças**, agosto de 2011. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/161/artigo234827-1.asp>> . Acesso em: 30 ago. 2014.
- FABIAN, J. A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação. **Mana**, vol. 12, n. 2, pp. 503-520, 2006.
- FAVRET-SAADA, J. Être affecté, Gradhiva. **Revue d’Histoire et d’Archives de l’Anthropologie**, v. 8, PP. 3-9.
- FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- FONSECA, Cláudia. O abandono da razão: a descolonização dos discursos sobre a infância e a família. Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil. Porto Alegre: **Artes Médicas**, 1999.
- FONSECA, Cláudia. Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. “Da família ao parentesco em sociedades complexas”. Participação na Mesa Redonda “O lugar da família na ciência contemporânea: desafios e tendências na pesquisa”. **Congresso Internacional Pesquisando a Família**, Florianópolis 24-26 de abril, 2002.
- FONSECA, Cláudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, v.14, n.2, p.50-59, maio-ago 2005.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In.: **Ditos & Escritos, v. IV**: estratégia, poder-saber. 3 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983; 1999.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 21ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- FRAGA, P. D. Violência: forma de dilaceramento do ser social. **Serviço Social & Sociedade**. Ano XXIII, n. 70, p.44-58.

FREUD, S. **Luto e melancolia**. Sigmund Freud Obras Completas. Vol. 12. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Trabalho original publicado em 1917).

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. Penguin e Cia. das Letras, 2011.

GARLAND, David. **A cultura do Controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan, , 2008.

GEERTZ, Clifford. O pensamento como ato moral: dimensões éticas do trabalho de campo antropológico nos países novos. In: **Nova Luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. São Paulo: LTC, 2003.

GINZBURG, Carlo. **O Fio e os Rastros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2012.

GOLDMAN, Marcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica**, vol. X, n. 1, pp. 161-173, 2006.

GREGORI, Maria Filomena e SILVA, Cátia Ainda Pereira da. **Meninos de Rua e Instituições: tramas, disputas e desmanche**. São Paulo: Contexto, 2000.

GREGORI, Maria Filomena. **Viração**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HAGUETTE, Teresa M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

IPECE Informe. **Perfil Municipal de Fortaleza**. Nº 42, out. 2012.

JAVEAU, Claude. Criança, infância(s), crianças: que objetivo dar a uma ciência social da infância? **Educ. Soc.**, ago. 2005, vol.26, n.91, p.379-403.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, n. 49, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MAUSS, Marcel. **Marcel Mauss: antropologia**. Org. Roberto Cardoso de Oliveira [tradução: Regina Lúcia Moraes Morel, Denise Maldí Meirelles e Ivonne Toscano]. São Paulo: Ática, 1979.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina: e, Outros Poemas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

WRIGHT MILLS, C. **Sobre o artesanato intelectual**. Zahar, São Paulo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**. Pesquisa Qualitativa em Saúde. 6a Ed. Rio de Janeiro: ABRASCO, 1999.

MISSE, Michel. (org.). **Acusados e Acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

MISSE, Michel. Crime, Sujeito e Sujeição Criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, 79: 15-38, 2010.

NOGUEIRA, André A. Surfando nas ondas do Titanzinho: Corpo, natureza, memória e cultura em Fortaleza (1960 – 2010). **Tese** (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP), 2015.

NOGUEIRA, André Aguiar. “Fogo, vento, terra e mar: migrações, natureza e cultura popular no bairro Serviluz em Fortaleza (1960-2006)”. 2006. **Dissertação** (Mestrado em História Social) – PUC/SP, 2006.

OLIVEIRA, David Silva de. A cidade cinematográfica: produção e projeções audiovisuais nas ruas do Serviluz. 2015. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. Os significados da morte: os discursos dos meios de comunicação sobre crimes que “abalaram” o Brasil. 2012. **Tese** (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

PEREIRA, L. M. A criança kaiowa, o fogo doméstico e o mundo dos parentes: espaços de sociabilidade infantil. **32º Encontro Anual da Anpocs**. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2454&Itemid=230>

PINHEIRO, Ângela. **Crianças e Adolescentes no Brasil**. Por que o abismo entre a Lei e a Realidade? Fortaleza: Editora UFC, 2006.

PINHO, Érika Bezerra de Meneses. “O tempo bom do Farol”: transgressões, sociabilidade e afeto nas trajetórias de ex-prostitutas idosas. 2012. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

PIRES, Flávia F. Cidade, casa e igreja: sobre Catingueira, seus adultos e suas crianças. **Campos** (UFPR), v. 8/2, p. 65-79, 2008.

PIRES, Flávia F. Quem tem medo de mal-assombro? **Etnográfica**, vol. 13 (2), 2009a.

PIRES, Flávia F.. Pesquisando crianças e infância: abordagens teóricas para o estudo das (e com as) crianças. **Cadernos de Campo** (USP), v. 17, p. 133-151, 2009.

PIRES, Flávia F. Tornando-se Adulto: uma abordagem antropológica sobre criança e religião. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 30 (1): 143-164, 2010.

PIRES, Flávia Ferreira; RIBEIRO, F. B. Crianças: um enfoque geracional. **Política & Trabalho** (Online), v. 43, p. 13-17, 2015.

PIRES, Flávia. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. **Revista de Antropologia**, V. 50, n. 1, USP, 2007.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. 7º. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

RANCIÈRE, J. O efeito de realidade e a política da ficção. **Novos estudos**, CEBRAP, mar.2010, PP. 75-90.

Relatório IDH Municipal. **Desenvolvimento Humano, por bairro, em Fortaleza**. 2014.

RODRIGUES, Lídia Valesca Bomfim Pimentel. Vidas nas Ruas, Corpos em Percursos no Cotidiano da Cidade. 2005. **Tese** (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

SÁ, Leonardo; AGUIAR, Deiziane P.; RODRIGUES, S. H. J. Dor, sofrimento e luto das mães nas favelas, bairros populares e periferias da cidade de Fortaleza. In: **Violência, territorialidades e negociações**. 1 ed. Campinas : Pontes Editores, 2016, v.1, pp. 523-541.

SÁ, Leonardo; ACCIOLY, I.; AGUIAR, Deiziane P. Relatos de si em situação de condenação punitiva: a trajetória de Adão. **Linguagem em Foco**, v.7, pp. 35-46, 2015.

SÁ, Leonardo Damasceno de. “Moralidades possíveis e o sujeito como multiplicidade de práticas: um campo aberto de questões”. In: **Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

SÁ, Leonardo Damasceno de. A condição de ‘bichão da favela’ e a busca por ‘consideração’: Uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** - Vol. 4 - no2 - ABR/MAI/JUN, pp.339-355, 2011.

SÁ, Leonardo Damasceno de. Cultura, violência e subjetividade. In: **(In) Segurança e Sociedade**. Treze lições. BARREIRA, César e BATISTA, Élcio (orgs.). Campinas, São Paulo: Pontes Editoras e Fortaleza, CE: Fundação Demócrito Rocha, 2011.

SÁ, Leonardo Damasceno de. Guerra, Mundão e Consideração. Uma etnografia das relações sociais dos jovens do Serviluz. 2010. **Tese** (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SÁ, Leonardo Damasceno de. Reflexões sobre o trabalho de campo como empreendimento micropolítico. In.: MENDONÇA FILHO, Manoel e NOBRE, Maria Teresa (orgs.). **Política e afetividade**. Salvador/São Cristóvão, Edufba/Edufs., 2009.

SÁ, Leonardo. O que as mães têm a nos contar? Um estudo sociocultural dos relatos de mortes matadas e de vidas perdidas de meninos e rapazes nas periferias do Ceará. **Projeto de pesquisa** - Chamada MCTI/CNPq/CAPES nº 43/2013.

SÁ, Leonardo; RODRIGUES, Hosana S. J.; AGUIAR, Deiziane P. Dor, sofrimento e formas de luto das mães nas favelas de Fortaleza. **29º RBA**, UFRN, Natal, 2014.

SÁ, Leonardo; SANTIAGO NETO, João Pedro de. Entre tapas e chutes: um estudo antropológico do baculejo como exercício de poder policial no cotidiano da cidade. **O público e o privado** – revista do PPG em Políticas Públicas (UECE), n. 18, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. Conhecimento e transformação social: para uma ecologia dos saberes. **Somanlu**, ano 7, n. 1, jan./jun. 2007.

SARMENTO, M. J. Gerações e Alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 361-378, Maio/Ago. 2005.

SCHUCH, Patrice. Uma lei moderna x Uma cultura tradicional: notas sobre reformulação do campo de atenção à infância e juventude no Brasil. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, vol. 2, n. 4, dezembro de 2010.

SCHUCH, Patrice; RIBEIRO, Fernanda B.; FONSECA, C. Infâncias e crianças. Saberes, tecnologias e práticas. **Civitas**, Porto Alegre, v.13, n. 2, p. 205-220, maio-ago. 2013.

SEGALEN, Martine. "Introduction". In: **La famille en Europe: parenté ET perpétuation familiale** (Marianne Gullestad et Martine Segalen, orgs.). Editions: La Découverte, 1995.

SEGALEN, Martine. e Françoise Zonabend. "Familles en France". In **Histoire de La famille, vol.3: Le choc des modernités**. Paris: Armand Colin, 1986.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da Identidade e da Diferença. In: **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 4ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 73-102.

SIMMEL, Georg. **Georg Simmel: Sociologia**. Evaristo de Moraes Filho (org.). São Paulo: Ática, 1983, PP. 7-86/ 122-164.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Tradução Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

UNICEF. **Relatório Situação mundial da infância** – crianças em um mundo urbano, New York, 2012.

VILHENA, J. Da cidade onde vivemos à uma clínica do território. Lugar e produção de subjetividade. **Pulsional Revista de Psicanálise**. São Paulo. Ed. Escuta. XV; n. 163, nov./2002, PP. 48-54.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência (2011)** – Os jovens no Brasil. 1º edição. Instituto Sangari e Ministério da Justiça. São Paulo, 2011.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência (2012)** – Crianças e Adolescentes do Brasil. 1º edição. FLACSO Brasil - Área de estudos sobre a violência. Rio de Janeiro, 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência (2013)** – Mortes Matadas por Arma de Fogo. CEBELA e FLACSO Brasil. 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Palestra Pela Vida da Juventude**. Cuca do Modubim – Fortaleza - Ceará, 13 de set. 2014.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo. Editora Martin Claret: 2002.

WEBER, Max. A Instituição Estatal Racional e os Modernos Partidos Políticos e Parlamentos (Sociologia do Estado). In.: **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999, PP. 517-525.

WERNECK, Alexandre. Sociologia da moral como sociologia da agência. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 12. n. 36, pp. 704-718, dez. de 2013.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 9, n.1, 1997.

WIEVIORKA, M. Pour comprendre la violence: l'hypothèse du sujet. **Revista Soc. Estado**, v.19, n.1, p.21-51, jun., 2004.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos. (orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ZALUAR, Alba e BARCELLOS, C. Mortes Prematuras e Conflito Armado pelo Domínio das Favelas no Rio de Janeiro. **RBCS**, vol. 28, fev., 2013.

ZALUAR, Alba. Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 557-584, Oct, 2009.

Fontes de jornais

A simplicidade do Serviluz, *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 10 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/a-simplicidade-do-serviluz-1.734754>> Acesso em: 22 mar. 2014.

Cais do Porto: História do Titanzinho tem forte ligação com o mar, *O Povo*, Fortaleza, 26 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/colunas/opovonosbairros/2013/09/26/noticiasopovonosbairros,3136282/cais-do-porto-historia-do-titanzinho-tem-forte-ligacao-com-o-mar.shtml>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

Estudante teme até amigos de infância em Fortaleza. Folha de São Paulo, 30 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/09/1688270-estudante-teme-ate-amigos-de-infancia-em-fortaleza-campea-de-assassinatos.shtml>>. Acesso em: 30 de setembro, 2015.

Fortaleza a 4º capital em assassinato de jovens. *Diário do Nordeste*, 22 de dez. de 2010. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/fortaleza-4-capital-emassassinato-dejovens-1.737852>>. Acesso em: 7 mai. 2013.

Jovem é executado a tiros no Serviluz. *Jornal O Povo*, 23 de mar. de 2014. Disponível em:<<http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/04/23/noticiafortaleza,3240424/jovem-e-executado-a-tiros-no-serviluz.shtml>>. Acesso em: 20 set. 2014.

Jovem que fazia assaltos próximo da Beira-Mar é fuzilado na Favela Saporé, no Mucuripe. *Diário do Nordeste*, 19 de fev. de 2014. Disponível em:<

<http://blogs.diariodonordeste.com.br/policia/assassinato/jovem-que-fazia-assaltos-proximo-da-beira-mar-e-fuzilado-na-favela-sapora-no-mucuripe/>> Acesso em: 11 de mar. 2015.

Número de homicídios cresce 29% no Ceará. *Jornal O Povo*, 16 de mai. de 2013.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2013/05/16/noticiasjornalcotidiano,3057116/numero-de-homicidios-cresce-29-no-ceara.shtml>> Acesso em: 19 mar. 201

Pela 1ª vez Ceará atinge meta de redução de homicídios. *Jornal O Povo*, 11 de set. de 2014. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/09/11/noticiasjornalcotidiano,3312887/pela-1-vez-ceara-atinge-meta-de-reducao-de-homicidios.shtml>> Acesso em: 20 set. 2014.

Relatório coloca Brasil em 6º em taxa de homicídio de crianças e jovens, *BBC*, 4 de set. de 2014. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/09/140904_unicef_homicidios_uk>. Acesso em: 05 set. 2014.

Site da Prefeitura de Fortaleza e regionais. Disponível em:

<<http://www.fortaleza.ce.gov.br/regionais/regional-II>>. Acesso em: 16 de fev. de 2013.

Uma geração de jovens educada na cultura do medo, *Diário do Nordeste*, 25 de out. de 2009.

Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=683673> Uma geração de jovens educada na cultura do medo>. Acesso em: 20 mar. 2013.

Vereador propõe audiência pública para discutir importância cultural da swingueira, *O Povo*, 03 de abr. de 2013. Disponível em: http://www20.opovo.com.br/app/politica/2013/04/03/noticiaspolitica,3032804/vereador-propoe-audiencia-publica-para-discutir-a-importancia-cultural-da-swingueira.shtml?fb_action_ids=515802168482229&fb_action_types=og.recommends&fb_aggregation_id=288381481237582. Acesso em: 05 dez. 2016.

ANEXO A - MAPA DAS REGIONAIS DE FORTALEZA



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.

MAPA 1: Mapa das Regionais de Fortaleza.
O Serviluz localiza-se na SER II.